

**Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples,
não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Duas Séries, da 4ª Emissão da**



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

Companhia Aberta – CVM nº 20192
CNPJ nº 02.451.848/0001-62 – NIRE 35.300.154461
Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Jundiaí/SP

Partes dos recursos desta Oferta serão utilizados para reembolsos de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas aos Projetos de Investimento (conforme descrito na seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto), o qual foi aprovado pela Portaria GM nº 214, emitida pelo Ministério dos Transportes em 13 de setembro de 2012.

R\$1.100.000.000,00

1.100.000 Debêntures

Código ISIN das Debêntures da 1ª Série: “BRANHBDBS060” -

Código ISIN das Debêntures da 2ª Série: “BRANHBDBS078”

Classificação de Risco das Debêntures pela Standard & Poor's: “brAAA”

A **Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (“Emissora” ou “Autoban”)** está realizando uma oferta pública de distribuição de, inicialmente, 950.000 (novecentas e cinquenta mil) debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirográfrica, da 4ª emissão da Emissora, com preço unitário/valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de outubro de 2012 (“**Data de Emissão**”), perfazendo o montante total de, inicialmente, R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais), sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais (conforme abaixo definidas) (“**Debêntures**”), sob a coordenação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**HSBC**” ou “**Coordenador Líder**”), do BB - Banco de Investimento S.A. (“**BB-BI**” ou “**Coordenador**”), da Caixa Econômica Federal (“**Caixa**” ou “**Coordenador**”) e, quando em conjunto com o Coordenador Líder e BB-BI, “**Coordenadores da Oferta**”) e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**XP**” ou “**Coordenador Contratado**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), da Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 (“**Instrução CVM 471**”), do Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“**ANBIMA**”), em 20 de agosto de 2008, conforme alterado (“**Convênio CVM-ANBIMA**”), e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis (“**Oferta**”).

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do (i) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“**SDT**”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“**CETIP**”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP, e/ou (ii) DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“**DDA**”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“**BM&FBOVESPA**”), sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizada por meio da BM&FBOVESPA, e/ou (b) negociação no mercado secundário por meio do (i) SND – Módulo Nacional de Debêntures (“**SND**”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) BOVESPAFIF (este último ambiente de negociação de ativos) (“**BOVESPAFIF**”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, organizado pelos Coordenadores da Oferta e pelo Coordenador Contratado, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, em diferentes níveis de taxas de juros e com a demanda das Debêntures pelos investidores, no âmbito da Oferta, para a definição, com a Emissora: (i) da realização da Emissão somente na primeira série ou em duas séries; (ii) a quantidade de Debêntures da Segunda Série (conforme definido neste Prospecto); e (iii) da Remuneração da Primeira Série (conforme definido neste Prospecto) e/ou da Remuneração da Segunda Série (conforme definido neste Prospecto) (“**Procedimento de Bookbuilding**”). Não haverá quantidades mínimas de Debêntures, observados os valores mínimo e máximo de investimento de R\$3.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, por Investidor de Varejo no âmbito da Oferta de varejo (conforme definido neste Prospecto). As Debêntures da Primeira Série serão distribuídas sob o regime de colocação de garantia firme de colocação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta e as Debêntures da Segunda Série serão distribuídas sob o regime de melhores esforços de colocação, admitindo-se, portanto, a colocação parcial das Debêntures da Segunda Série com a consequente eventual redução do montante total da Emissão. As características das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série estão descritas neste Prospecto. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”), conforme previsto na Escritura de Emissão.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido) poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 142.500 (cento e quarenta e duas mil e quinhentas) Debêntures, nas mesmas condições e no mesmo preço das Debêntures inicialmente ofertadas (“**Debêntures Suplementares**”), destinadas a atender o excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores da Oferta e ao Coordenador Contratado nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores da Oferta e pelo Coordenador Contratado em comum acordo com a Emissora até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores da Oferta, do Coordenador Contratado e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderiam ser Debêntures da Primeira Série (conforme definido neste Prospecto) e/ou Debêntures da Segunda Série (conforme definido neste Prospecto). A opção de Debêntures Suplementares não foi exercida pelos Coordenadores com relação às Debêntures da Primeira Série e foi exercida com relação às Debêntures da Segunda Série, o que representou um aumento de 15.000 (quinze mil) Debêntures da Segunda Série em relação às Debêntures da Segunda Série originalmente ofertadas. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderia ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 190.000 (cento e noventa mil) Debêntures, nas mesmas condições e no mesmo preço das Debêntures inicialmente ofertadas (“**Debêntures Adicionais**”), que somente poderiam ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores da Oferta e ao Coordenador Contratado até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores da Oferta, do Coordenador Contratado e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderiam ser Debêntures da Primeira Série (conforme definido neste Prospecto) e/ou Debêntures da Segunda Série (conforme definido neste Prospecto). A opção de Debêntures Adicionais foi parcialmente exercida com relação às Debêntures da Primeira Série, o que representou um aumento de 115.000 (cento e quinze mil) Debêntures da Primeira Série em relação às Debêntures da Primeira Série originalmente ofertadas, e foi integralmente exercida com relação às Debêntures da Segunda Série, o que representou um aumento de 20.000 (vinte mil) Debêntures da Segunda Série em relação às Debêntures da Segunda Série originalmente ofertadas.

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Autoban realizada em 29 de agosto de 2012 (“**AGE**”), conforme proposta do Conselho de Administração da Emissora formalizada em Reunião realizada em 29 de agosto de 2012 (“**RCA**”), nos termos do estatuto social da Emissora, cujas atas foram arquivadas na JUCESP em 11 de setembro de 2012 sob os números 396.182/12-4 e 396.181/12-0, respectivamente e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“**DOESP**”), e no Jornal de Jundiaí. Os termos e condições das Debêntures estão disciplinados na “Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie Quirográfrica, em até Duas Séries para Distribuição Pública, da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.” (“**Escritura de Emissão**”), celebrada em 04 de setembro de 2012 entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“**Agente Fiduciário**”), representando, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão (“**Debenturistas**”). A Escritura de Emissão foi devidamente registrada na JUCESP em 14 de setembro de 2012, sob o número ED001002-9/00.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de concessionárias de rodovias.

Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras da Emissora e as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 480**”), ambos incorporados e por referência a este Prospecto. O Formulário de Referência da Emissora, na sua versão mais recente disponível até a data deste Prospecto, assim como as demonstrações financeiras da Emissora, encontram-se disponíveis para consulta nos sites da Emissora, www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br. Para informações detalhadas de acesso em cada um destes sites, ver seções “Informações Sobre a Oferta - Informações Complementares” e “Documentos Incorporados por Referência” deste Prospecto.

Este Prospecto não deve, em qualquer circunstância, ser considerado como recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir pela subscrição das Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que os Coordenadores da Oferta tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

ANTES DE TOMAR DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A EMISSORA E OS COORDENADORES DA OFERTA RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES A LEITURA CUIDADOSA DESTES PROSPECTO E DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “4. FATORES DE RISCO” E “5. RISCOS DE MERCADO”, CUJO CAMINHO PARA ACESSO ESTÁ INDICADO NO ITEM “DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA” NESTE PROSPECTO, E A SEÇÃO “FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA” DESTES PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

A Oferta foi registrada pela CVM em 18 de outubro de 2012, sob o nº CVM/SRE/DEB/2012/028 para as Debêntures da Primeira Série, e sob o nº CVM/SRE/DEB/2012/029 para as Debêntures da Segunda Série. O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE DAS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenador Líder

Coordenador

Coordenador

Coordenador Contratado



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES	5
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS.....	13
DOCUMENTOS INCORPORADOS POR REFERÊNCIA.....	15
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, OPERACIONAIS E OUTRAS	
INFORMAÇÕES	16
Informações Financeiras	16
Informações de Mercado	16
Outras Informações	16
Arredondamentos	16
SUMÁRIO DA EMISSORA	17
Visão Geral.....	17
Nossa Estratégia	18
Crescimento da Receita	18
Maximização de Eficiência Operacional.....	18
Explorar e Desenvolver Iniciativas Complementares Estratégicas	19
Principais fatores de risco relativos à Emissora	19
Emissões feitas por nós, Sociedade Coligada, Controlada, Controladora	
ou integrante do nosso mesmo grupo em que o Agente Fiduciário	
tenha atuado como agente fiduciário.....	20
SUMÁRIO DA OFERTA	22
FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA	37
Riscos relacionados à Oferta e às Debêntures.....	37
INFORMAÇÕES CADASTRAIS	42
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES	44
Emissora	44
Coordenadores da Oferta.....	44
Coordenador Contratado	45
Consultores e Auditores	45
Agente Fiduciário.....	45
Banco Mandatário	46
Agente Escriturador	46
Auditores Independentes.....	46
Declarações de Veracidade das Informações	46
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	47
Composição Atual do Capital Social	47
Características da Oferta	47
Autorizações Societárias	47
Registro CVM, Análise Prévia pela ANBIMA e Procedimento Simplificado de Registro	47
Registro para Distribuição e Negociação nos Mercados Primário e Secundário	47
Público Alvo da Oferta.....	48
Procedimento de Bookbuilding.....	48
Aumento da Oferta.....	49
Prazo de Subscrição	49
Forma e Preço de Subscrição e Integralização.....	51

Características da Emissão	51
Número da Emissão	51
Quantidade	51
Valor Nominal Unitário	51
Valor Total da Emissão	51
Número de Séries	51
Conversibilidade, Tipo e Forma	51
Espécie	51
Data de Emissão	52
Comprovação de Titularidade das Debêntures	52
Prazo e Data de Vencimento	52
Amortização	52
Remuneração e Atualização Monetária das Debêntures	53
Remuneração e Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série	53
Remuneração e Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série	56
Período de Capitalização	59
Periodicidade de Pagamento da Remuneração e Juros Remuneratórios	59
Repactuação	60
Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial das Debêntures	60
Aquisição Facultativa	62
Encargos Moratórios	63
Decadência dos Direitos aos Acréscimos	63
Tratamento Tributário das Debêntures da Segunda Série e Imunidade Tributária	63
Local de Pagamento	64
Prorrogação dos Prazos	64
Publicidade	64
Fundo de Amortização	64
Direito de Preferência	64
Classificação de Risco	64
Vencimento Antecipado	64
Assembleia Geral de Debenturistas	67
Convocação	67
Quorum de Instalação	68
Quorum de Deliberação	68
Aplicação da Lei das Sociedades por Ações	69
Emissões feitas pela Emissora, Sociedade Coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupos da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário	69
Contrato de Distribuição	70
Oferta de Varejo	71
Oferta Institucional	73
Regime de Colocação	74
Entrega das Debêntures	76
Comissionamento	76
Reembolso de Despesas	77
Sobre as Debêntures	77

Suspensão e Cancelamento da Oferta pela CVM.....	79
Alteração das Circunstâncias, Modificação ou Revogação da Oferta.....	80
Demonstrativo de Custos da Oferta	81
Custo Unitário de Distribuição.....	82
Cronograma das Etapas da Oferta	82
Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado.....	83
Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder	83
Relacionamento entre a Emissora e o BB-BI.....	84
Relacionamento entre a Emissora e a Caixa	85
Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Contratado	86
Informações Adicionais.....	86
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	89
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS	90
HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	90
BB – Banco de Investimento S.A.....	92
Caixa Econômica Federal.....	96
XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.	97
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	99
Debêntures da Primeira Série.....	99
Debêntures da Segunda Série.....	100
CAPITALIZAÇÃO	107
ANEXOS	109
Escritura de Emissão das Debêntures.....	111
Atos societários da Emissora relativos à Emissão.....	189
Súmula de classificação de risco	235
Declarações de veracidade da Emissora e do Coordenador Líder	239
Estatuto social da Emissora.....	245

(Esta página foi intencionalmente em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles atribuídos nesta seção, salvo se expressamente mencionado em contrário neste Prospecto ou se o contexto exigir de forma diferente. Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” deste Prospecto.

ABCR	Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias.
Acionista Controlador ou CCR	CCR S.A.
AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
Agente Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser publicado no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, a ser publicado no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.
Aviso ao Mercado	Aviso publicado nos termos do artigo 53 da Instrução 400, em 17 de setembro de 2012, nos jornais “Jornal de Jundiaí” e no “Valor Econômico”, pela Emissora e Coordenadores da Oferta e pelo Coordenador Contratado.
Banco Central	Banco Central do Brasil.
Banco Mandatário	Banco Itaú Unibanco S.A.
BB-BI	BB – Banco de Investimento S.A.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPAFIX	Sistema de Negociações de Títulos de Renda Fixa da BM&FBOVESPA.
Brasil	República Federativa do Brasil.
Caixa ou Coordenador	Caixa Econômica Federal.

CETIP	Cetip S.A. – Mercados Organizados.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNT	Confederação Nacional do Transporte.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código ANBIMA de Atividades Conveniadas	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas.
Contrato de Concessão	Contrato de Concessão nº CR/005/1998, decorrente do Edital de Concorrência nº 007/CIC/97 do DER/SP, celebrado entre a Emissora e a ARTESP, na qualidade de sucessora do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo – DER/SP, em 1º de maio de 1998.
Contrato de Distribuição	“Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em até duas séries da Espécie Quirografária, da Quarta Emissão da Concessionária do Sistema Anahanguera-Bandeirantes S.A.” celebrado entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta.
Convênio CVM-ANBIMA	Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a ANBIMA, em 20 de agosto de 2008, conforme alterado.
Coordenador Líder	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores	BB-BI e Caixa.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder e Coordenadores, quando referidos em conjunto e indistintamente.
Coordenador Contratado	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de outubro de 2012.
Data de Subscrição e Integralização	Após a publicação do Anúncio de Início as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data.

Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da Primeira Série	19 de outubro de 2012.
Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da Segunda Série	22 de outubro de 2012.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Deloitte	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Debêntures	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 4ª emissão da Emissora, em duas séries. Salvo se mencionado em contrário neste Prospecto ou se o contexto exigir de forma diferente, o termo “Debênture” ou “Debêntures” incluem as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares.
Debêntures Adicionais	<p>A opção da Emissora, a seu exclusivo critério, de aumentar, exclusivamente até a data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, a quantidade de Debêntures em até 20% com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida (sem considerar as Debêntures Suplementares), ou seja, em até 190.000 Debêntures, que somente poderiam ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado, até a data de conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, nas mesmas condições e no mesmo preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. A critério dos Coordenadores da Oferta, do Coordenador Contratado e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, as Debêntures Adicionais poderiam ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série.</p> <p>A opção de Debêntures Adicionais foi parcialmente exercida com relação às Debêntures da Primeira Série, o que representou um aumento de 115.000 (cento e quinze mil) Debêntures da Primeira Série em relação às Debêntures da Primeira Série originalmente ofertadas, e foi integralmente exercida com relação às Debêntures da Segunda Série, o que representou um aumento de 20.000 (vinte mil) Debêntures da Segunda Série em relação às Debêntures da Segunda Série originalmente ofertadas.</p>
Debêntures da Primeira Série	Debêntures da primeira série da 4ª emissão da Emissora.
Debêntures da Segunda Série	Debêntures da segunda série da 4ª emissão da Emissora.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas e em circulação, excluídas as (1) mantidas em tesouraria pela Emissora ou (2) de titularidade de (a) controladores (ou grupo de controle) da Emissora e (b) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas mencionadas anteriormente.

Debêntures Suplementares	A opção dos Coordenadores da Oferta e do Coordenador Contratado em distribuir um lote suplementar de até 15% em relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida (sem considerar as Debêntures Adicionais), ou seja, em até 142.500 Debêntures, exercidas após consulta e concordância prévia da Emissora, até a data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , exclusivamente para atender eventual excesso de demanda que fosse constatado pelos Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado no decorrer da Oferta, nas mesmas condições e no mesmo preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A critério dos Coordenadores da Oferta, do Coordenador Contratado e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , as Debêntures Suplementares poderiam ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série. A opção de Debêntures Suplementares não foi exercida pelos Coordenadores com relação às Debêntures da Primeira Série e foi exercida com relação às Debêntures da Segunda Série, o que representou um aumento de 15.000 (quinze mil) Debêntures da Segunda Série em relação às Debêntures da Segunda Série originalmente ofertadas.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
Debenturistas da Primeira Série	Os titulares das Debêntures da Primeira Série.
Debenturistas da Segunda Série	Os titulares das Debêntures da Segunda Série.
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito.
DER/SP	Departamento de Estradas e Rodagens.
Dias Úteis	Qualquer dia, exceto sábados, domingos e feriados nacionais.
Dólar ou US\$	Dólar norte-americano, a moeda oficial dos Estados Unidos da América.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
EBITDA	Lucro líquido do exercício ou período, conforme o caso, antes do imposto de renda e contribuição social, receitas e despesas financeiras, despesas com depreciação e amortização, despesas de provisão de manutenção e despesas de antecipação da outorga fixa. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, despesas de provisão de manutenção e de antecipação de outorga fixa.

Emissora, Companhia ou Autoban	Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.
Escritura ou Escritura de Emissão	Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.
Formulário de Referência	Formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e incorporado por referência a este Prospecto.
HSBC	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , normas internacionais de relatório financeiro estabelecidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> — IASB.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, convidadas a participar da Oferta.
Instituições Intermediárias	Coordenador Líder, Coordenadores, Coordenador Contratado e Instituições Consorciadas.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta, Coordenador Contratado e Instituições Consorciadas, quando referidos em conjunto e indistintamente.
Instrução CVM 28	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 471	Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais e que participem da Oferta de Varejo por meio de Pedido de Reserva observado o valor mínimo de investimento de R\$3.000,00 e o máximo de investimento de R\$300.000,00.

Investidores Institucionais	Pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil e/ou no exterior e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$300.000,00, além de fundos de investimento, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
KPMG	KPMG Auditores Independentes.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Concessões	Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei 12.431	Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada pelo Projeto de Lei.
NTN-B	Notas de Tesouro Nacional, série B.
Oferta	Oferta pública de distribuição de Debêntures, a ser realizada nos termos da Instrução CVM 400, Instrução CVM 471, Convênio CVM-ANBIMA e demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e a participação do Coordenador Contratado e Instituições Consorciadas. A Oferta considera conjuntamente a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional.
Oferta de Varejo	Oferta destinada aos Investidores de Varejo.
Oferta Institucional	Oferta destinada aos Investidores Institucionais.
Pedido de Reserva	Formulário específico preenchido durante o Período de Reserva pelo Investidor de Varejo que desejou participar da Oferta de Varejo.
Período de Capitalização	O período de capitalização da Remuneração é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures.

Período de Reserva	Os Investidores de Varejo interessados deveriam efetuar o Pedido de Reserva de Debêntures da Segunda Série, perante uma única Instituição Intermediária, mediante preenchimento do Pedido de Reserva, sem necessidade de depósito prévio do investimento pretendido, observados os valores mínimo e máximo de investimento de R\$3.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, por Investidor de Varejo, no período de 24 de setembro de 2012 a 9 de outubro de 2012, inclusive.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Os Investidores de Varejo interessados, qualificados como Pessoas Vinculadas, deveriam efetuar o Pedido de Reserva de Debêntures da Segunda Série, perante uma única Instituição Intermediária, mediante preenchimento do Pedido de Reserva, sem necessidade de depósito prévio do investimento pretendido, observados os valores mínimo e máximo de investimento de R\$3.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, por Investidor de Varejo, no período de 24 de setembro de 2012 a 28 de setembro de 2012, inclusive.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam (1) controladores ou administradores da Emissora; (2) controladores ou administradores de qualquer das Instituições Intermediárias; (3) outras pessoas vinculadas à emissão das Debêntures e à Oferta; ou (4) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (1), (2) ou (3) acima.
PIB	Produto Interno Bruto.
Poder Concedente	Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do DER/SP, conforme Decreto Estadual nº 40.028, de 30 de março de 1995, posteriormente sucedido pela ARTESP, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 914, de 14 de janeiro de 2002.
Portaria do Ministério dos Transportes	Portaria GM nº 214, emitida pelo Ministério dos Transportes em 13 de setembro de 2012.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a lei brasileira, incluindo a Lei das Sociedades por Ações, as normas e regulamentações da CVM, as resoluções do CFC e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, aprovados pelo CFC e pela CVM.
Preço de Subscrição e Integralização	As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, sem qualquer incidência da remuneração entre a Data de Emissão e a data de subscrição.

Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, organizado pelos Coordenadores da Oferta e pelo Coordenador Contratado, para a definição com a Companhia da (1) realização da Emissão somente na primeira série ou em duas séries; (2) emissão e quantidade de Debêntures da Segunda Série e (3) Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou Remuneração das Debêntures da Segunda Série, observados os limites previstos na Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.
Projeto de Lei	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012, na forma aprovada e encaminhada à sanção presidencial pelo Senado Federal em 17 de agosto de 2012.
Projetos de Investimento	Conforme definido na seção “Destinação dos Recursos”.
Prospecto Preliminar	O prospecto preliminar para a Oferta, incluindo seus anexos e documentos incorporados por referência.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este prospecto definitivo para a Oferta, incluindo seus anexos e documentos incorporados por referência.
Real ou R\$	Real, a moeda oficial do Brasil.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Saldo do Valor Nominal Unitário	Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série remanescente após cada Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série.
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SND	Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Taxa DI Over	Taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Valor Nominal Unitário	R\$1.000,00, na Data de Emissão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

As informações constantes deste Prospecto, especialmente as seções 7 e 10 do nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto, relacionadas com os nossos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros e estratégias constituem estimativas e declarações futuras, que estão fundamentadas, em grande parte, em nossas perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem afetar o nosso setor de atuação, nossa participação de mercado, nossa reputação, nossos negócios, nossa situação financeira, o resultado das nossas operações, nossas margens e nosso fluxo de caixa.

Embora acreditemos que estejam baseadas em premissas razoáveis, essas estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são feitas com base nas informações que dispomos na data deste Prospecto. Em vista desses riscos e incertezas, as estimativas e declarações futuras constantes deste Prospecto não são garantias de resultados futuros e, portanto, podem vir a não se concretizar, estando muitas das quais além do nosso controle ou capacidade de previsão. Por conta desses riscos e incertezas, o investidor não deve se basear exclusivamente nessas estimativas e declarações futuras para tomar sua decisão de investimento.

Nosso desempenho pode diferir substancialmente daquele previsto em nossas estimativas e declarações futuras em razão de inúmeros fatores, incluindo:

- conjuntura econômica, política e de negócios do Brasil e em especial, nos mercados geográficos em que atuamos e possíveis intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, deflação, taxas de juros, preço de combustível, níveis de emprego, crescimento do PIB e da população e confiança do consumidor;
- adoção de medidas por parte do Poder Concedente, incluindo atos unilaterais;
- as condições de infraestrutura e logística de transportes no Brasil;
- redução de tráfego nas rodovias, inclusive como resultado do aumento dos preços dos combustíveis;
- alterações nas leis e regulamentos, presentes e futuros;
- obtenção e manutenção de licenças e autorizações governamentais para construções e nossa operação;
- capacidade de pagamento de nossos financiamentos e cumprimento de nossas obrigações financeiras;
- interesses de nosso Acionista Controlador;
- nosso nível de endividamento;
- alteração em nossos custos de serviços e custos operacionais;
- capacidade de implementação de nossa estratégia operacional e plano de expansão;
- nossa capacidade de acessar o mercado de capitais ou financeiro em condições favoráveis;

- outros fatores que podem afetar nossas condições financeiras, liquidez e resultados das operações; e
- outros fatores discutidos nas seções “Sumário da Emissora — Principais Fatores de Risco relativos à Emissora” e “Fatores de Risco relativos à Oferta”, bem como nas seções 4 e 5 do nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto.

Questões que dependam ou estejam relacionadas a eventos ou condições futuras ou incertas, ou que incluam as palavras “acredita”, “antecipa”, “continua”, “entende”, “espera”, “estima”, “fará”, “planeja”, “poderia”, “pode”, “poderá”, “pretende”, “prevê”, “projeta”, suas variações e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e declarações futuras neste Prospecto. As estimativas e declarações futuras constantes deste Prospecto referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não assumimos a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas e declarações futuras, em razão de novas informações, eventos futuros ou quaisquer outros fatores.

DOCUMENTOS INCORPORADOS POR REFERÊNCIA

Os seguintes documentos, conforme arquivados na CVM, são incorporados por referência a este Prospecto:

- nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e respectivos pareceres dos auditores independentes;
- nossos formulários de informações trimestrais – ITR relativos aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2011 e 2012; e
- nosso Formulário de Referência.

Os documentos incorporados por referência a este Prospecto podem ser obtidos em nossa sede social, por *email* e em nosso *website*, conforme abaixo:

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.

Diretoria de Relações com Investidores

Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini nº 200

Jundiaí, São Paulo, SP, Brasil

<http://www.autoban.com.br/sobre/RelacoesInvestidores.aspx> (neste *website*, no campo, “Demonstrações Financeiras”, clicar em “DFP 2011”, “DFP 2010” e “DFP 2009”).

<http://www.autoban.com.br/sobre/RelacoesInvestidores.aspx> (neste *website*, no campo, “Informações Trimestrais”, clicar em “ITR – 31/03/2012” e “ITR – 30/06/2012”).

<http://www.autoban.com.br/sobre/RelacoesInvestidores.aspx> (neste *website*, clicar em “Formulário de Referência”).

Os documentos incorporados por referência a este Prospecto também podem ser obtidos no *website* da CVM, conforme abaixo:

www.cvm.gov.br (neste *website*, (1) no campo, “Acesso Rápido”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações” e, posteriormente, (2) no campo, “1 - Consulta por parte de nome ou CNPJ de Companhias Abertas”, nesta ordem, (a) digitar “Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.”, (b) clicar em “Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.”, (c) clicar em “Formulário de Referência” e (d) acessar nosso Formulário de Referência, versão de data mais recente).

www.cvm.gov.br (neste *website*, (1) no campo, “Acesso Rápido”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações” e, posteriormente, (2) no campo, “1 - Consulta por parte de nome ou CNPJ de Companhias Abertas”, nesta ordem, (a) digitar “Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.”, (b) clicar em “Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.”, (c) clicar em “DFP” e (d) acessar nossas demonstrações financeiras de 2009, 2010 e 2011).

www.cvm.gov.br (neste *website*, (1) no campo, “Acesso Rápido”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações” e, posteriormente, (2) no campo, “1 - Consulta por parte de nome ou CNPJ de Companhias Abertas”, nesta ordem, (a) digitar “Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.”, (b) clicar em “Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.”, (c) clicar em “ITR” e (d) acessar nossas informações trimestrais).

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, OPERACIONAIS E OUTRAS INFORMAÇÕES

Informações Financeiras

Nossa moeda funcional é o Real. Atualmente, elaboramos e apresentamos nossas demonstrações financeiras em Reais, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com o IFRS.

As informações financeiras constantes deste Prospecto foram extraídas das:

- nosso formulário de informações financeiras trimestrais – ITR relativo ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, submetidas à revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;
- nossas demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2011, submetidas à revisão da KPMG Auditores Independentes; e
- nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010, 2011, auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

Informações de Mercado

As informações constantes deste Prospecto sobre o nosso setor, incluindo estimativas, foram extraídas de pesquisas internas e de mercado, dados disponíveis ao público e publicações do nosso setor de atuação. Essas informações foram obtidas de fontes que consideramos confiáveis, como Banco Central, BM&FBOVESPA, Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ministério dos Transportes, CNT, ARTESP, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, IBGE, entre outros, além de fontes privadas como Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores e Instituto de Pesquisas Datafolha. Apesar de não termos procedido a qualquer investigação independente para verificar a exatidão e retidão dessas informações, não temos motivos para acreditar que elas sejam imprecisas ou incorretas em algum aspecto relevante. Contudo, não prestamos qualquer declaração quanto à exatidão e retidão dessas informações.

Outras Informações

Neste Prospecto, utilizamos os termos “Emissora”, “nós” e “nosso” para nos referirmos à Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., salvo se expressamente mencionado em contrário ou se o contexto assim exigir.

Arredondamentos

Alguns valores e percentuais constantes deste Prospecto foram arredondados para facilitar a sua apresentação e, dessa forma, os valores totais apresentados em algumas tabelas constantes deste Prospecto podem não representar a soma exata dos valores que os precedem.

SUMÁRIO DA EMISSORA

*Apresentamos a seguir um sumário dos nossos negócios, incluindo nossas informações operacionais e financeiras, nossas vantagens competitivas e estratégias de negócio. **Este sumário não contém todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento. Nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto, juntamente com as nossas demonstrações financeiras, contém informações completas sobre nossos negócios, incluindo nossas informações operacionais e financeiras, nossas vantagens competitivas e estratégias de negócio. Adicionalmente, declaramos que as informações apresentadas nesta seção do Prospecto são consistentes com aquelas constantes do nosso Formulário de Referência.***

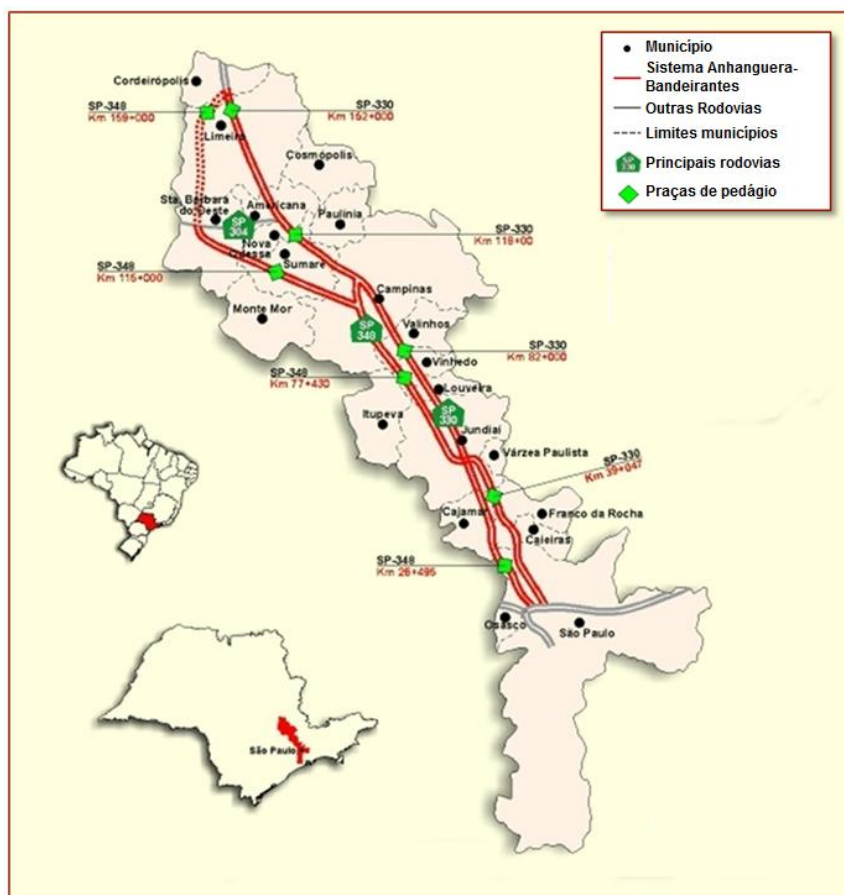
*Os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, especialmente as seções “— Principais Fatores de Risco relativos à Emissora” e “Fatores de Risco relativos à Oferta”, nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto, especialmente as seções 4, 5 e 10, e nossas demonstrações e informações financeiras e respectivas notas explicativas incorporadas por referência a este Prospecto, para um entendimento mais detalhado dos nossos negócios e da Oferta. **Leia este Prospecto e nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto antes de aceitar a Oferta.***

Visão Geral

Estamos localizados no Estado de São Paulo e somos a única concessionária autorizada a operar o Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, o qual acreditamos ser um dos mais estratégicos complexos de rodovias do Brasil em termos de localização geográfica, volume de tráfego e relevância econômica. Foi-nos outorgado o direito de explorar e operar referido sistema em 1998, por meio do Contrato de Concessão, sendo a maior concessão de rodovias do Brasil, em termos de receita, de acordo com os dados mais recentes publicados pela ABCR, em 2011.

O Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes consiste em segmentos de quatro rodovias: Via Anhanguera – SP 330, Rodovia dos Bandeirantes – SP 348, Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto – SP 300 e Rodovia Adalberto Panzan – SP 102/330, e conta atualmente com 316,8 quilômetros de extensão. Este sistema percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil e interliga a cidade de São Paulo com o interior do Estado de São Paulo, incluindo a cidade de Campinas. Ele, em conjunto com outras rodovias, interliga, portanto, grandes centros urbanos no interior do Estado de São Paulo e áreas adjacentes, assim como outras regiões importantes do Estado com o porto de Santos, facilitando, assim, o fluxo natural de exportações brasileiras. Acreditamos que este sistema é um elemento essencial para a economia do Estado de São Paulo, e desempenha um papel fundamental na integração das cidades da região.

O mapa abaixo mostra a localização e principais aspectos do sistema rodoviário que administramos:



Nossa Estratégia

Crescimento da Receita

Buscamos melhorar continuamente nossa base de arrecadação monitorando de perto as mudanças nos padrões do tráfego, minimizando a disponibilidade de rotas alternativas pelo posicionamento estratégico das praças de pedágio e, quando necessário, prestando consultas a prefeituras locais sobre formas de reduzir o tráfego predatório em suas cidades. As relações já estabelecidas com prefeituras locais nos permitem trabalhar com servidores locais na implementação de projetos de engenharia para melhorar o fluxo de veículos e reduzir o uso de vias locais como alternativa para o tráfego comercial. Também buscamos atrair e apoiar o desenvolvimento de negócios residenciais e comerciais que possam fortalecer as economias locais e contribuir para o aumento de veículos nas nossas rodovias.

Maximização de Eficiência Operacional

Continuamos a investir em estudos e projetos relacionados ao posicionamento de praças de pedágio em nossas rodovias para maximizar nossas receitas e aumentar o uso de sistemas de pagamento automático de pedágio, a fim de minimizar a disponibilidade de rotas de fuga das rodovias e facilitar a velocidade e agilidade de pagamento em nossas praças de pedágio. Ademais, a CCR permite acesso a sistemas de tecnologia da informação que julgamos serem avançados, e que nos permitem assimilar rapidamente as melhores práticas do ramo.

Explorar e Desenvolver Iniciativas Complementares Estratégicas

Implementamos novas iniciativas complementares estratégicas, incluindo: (1) arrendamento de nossas redes de dutos de fibra ótica para companhias de telecomunicações, (2) arrendamento dos direitos de passagem de óleo, gás natural, água e serviços de eletricidade, (3) parceria com empresas privadas que usam o Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes para acessarem propriedades comerciais, industriais ou privadas, (4) o monitoramento e rastreamento de cargas, e (5) o controle e regulamentação dos *outdoors* ao longo do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes. As receitas dessas novas iniciativas estratégicas somam aproximadamente 1,3% do total das nossas receitas, no período findo em 31 de dezembro de 2011, e 1,4% no período findo em 30 de junho de 2012.

Principais fatores de risco relativos à Emissora

Para fins desta seção, a indicação de que um risco pode ter ou terá um “efeito adverso para nós” ou expressões similares significam que esse risco pode ter ou terá um efeito adverso em nossa participação de mercado, nossa reputação, nossos negócios, nossa situação financeira, no resultado das nossas operações, nossas margens e/ou nosso fluxo de caixa. Apesar de considerarmos os fatores de risco relacionados abaixo como os principais fatores de risco relativos a nós, eles não são exaustivos, devendo os potenciais investidores analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, especialmente a seção “Fatores de Risco relativos à Oferta” deste Prospecto, e nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto, especialmente as seções 4 e 5.

Nos termos dos contratos financeiros por nós celebrados, estamos sujeitos a certas condições que podem resultar no pagamento antecipado das obrigações assumidas, bem como restringir nossa capacidade de contrair dívidas adicionais.

Somos parte em diversos contratos financeiros que exigem a manutenção de certos índices financeiros (*covenants*) e/ou o cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos, respeitados os termos dos respectivos contratos, que não seja sanado ou renunciado por nossos respectivos credores, poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros. Caso seja declarado o vencimento antecipado dos referidos contratos financeiros, podemos não ter caixa suficiente para honrá-los tempestivamente. Adicionalmente, alguns dos contratos financeiros dos quais somos parte impõem restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais, o que poderia limitar a readequação de nosso perfil de endividamento, caso um cenário econômico mais favorável se apresente. Além disso, uma parte das receitas provindas da nossa Concessão foi dada em garantia para o cumprimento de nossas obrigações no âmbito de alguns de nossos contratos financeiros.

Estamos expostos a riscos relacionados ao volume de tráfego e receita de pedágios.

No momento, praticamente todas as nossas receitas são oriundas de pedágios e podem ser afetadas por mudanças no volume de tráfego, aumento das tarifas dos pedágios e diminuição dos usuários de nossas rodovias em razão do aumento das tarifas. Volumes de tráfego estão condicionados a múltiplos fatores, incluindo a qualidade, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas que não nos tenham sido concedidas, a qualidade e estado de conservação de nossas rodovias, preços dos combustíveis, normas ambientais (incluindo medidas de restrição do uso de veículos automotivos visando reduzir a poluição do ar), a existência de concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, sócio culturais, climáticos, dentre outros. Não podemos garantir que seremos capazes de adaptar nossas operações em resposta a mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar negativamente o nosso negócio e condição financeira.

Término antecipado da Concessão.

Em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da legislação aplicável, estamos sujeitos à caducidade da Concessão do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, decorrente do Edital de Concorrência nº 007/CIC/97 do DER, ou seja, a Concessão poderá ser extinta por decretos do Poder Concedente e após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

O parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para ao Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Ademais, não há garantia de que as obrigações por nós assumidas serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da Concessão, os debenturistas receberão o pagamento dos direitos emergentes da Concessão.

Parte significativa dos nossos bens está vinculada à prestação de serviços públicos, os quais não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

Parte significativa dos nossos bens está vinculada à prestação de serviços públicos. Em caso de falência ou processos de execução contra nós, tais bens não estarão disponíveis para a satisfação dos credores ou suscetíveis à penhora, pois devem ser revertidos ao Poder Concedente, de acordo com os termos da legislação aplicável. Essa limitação pode reduzir significativamente os valores disponíveis aos nossos credores em caso de falência ou um processo de execução contra nós, além de poderem ter um efeito negativo em nossa capacidade de obter financiamentos.

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à nossa Concessão. Assim, estamos sujeitos a aumentos não previstos nos nossos custos ou decréscimos não previstos nas nossas receitas.

Obtemos quase a totalidade de nossa receita da cobrança de pedágio de acordo com o Contrato de Concessão celebrado com o Poder Concedente. O Contrato de Concessão é um contrato administrativo regido pelas leis brasileiras. Essas leis e regulamentos fornecem ao Poder Concedente discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à Concessão e as tarifas que podemos cobrar. Se os nossos custos aumentarem ou nossas receitas diminuírem significativamente ou tenhamos que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou no Contrato de Concessão, ou ainda como resultado de medidas unilaterais do Poder Concedente, nossa condição financeira e os nossos resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

Emissões feitas por nós, Sociedade Coligada, Controlada, Controladora ou integrante do nosso mesmo grupo em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário

Para os fins da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, seguem abaixo os dados relativos às outras emissões realizadas por nós, por sociedade coligada, Acionista Controlador ou integrante do nosso mesmo grupo em que o Agente Fiduciário tenha atuado, ou atua como agente fiduciário:

- (a) Na 1ª emissão de debêntures simples, com garantira real, em três séries, de nossa emissão, no valor total de R\$ 510.000.000,00 (quinhentos e dez milhões de reais), com emissão de 51.000 (cinquenta e uma mil) debêntures, em 01 de abril de 2006, sendo que as datas de vencimento das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª série são, respectivamente, 1º de abril de 2014, 1º de abril de 2013 e 1º de outubro de 2012. A emissão teve seu valor integralmente garantido por (i) penhor de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos recebíveis de pedágio e de receitas adicionais; (ii) penhor de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos direitos de conta correntes vinculadas; (iii) penhor de 55% (cinquenta e cinco por cento) das ações de nossa emissão de titularidade da CCR; e (iv) cessão fiduciária de 55% (cinquenta e cinco por cento) da eventual indenização do Poder Concedente. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas a amortização programada, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (b) Na 4ª Emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, convolada em espécie quirografária, em série única da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (“Via Oeste”), no valor total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures em 28 de abril de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 28 de maio de 2017. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (c) Na 2ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (“Rodoanel”), no valor total de R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais), com a emissão de 180.000 (cento e oitenta mil debêntures), em 05 de maio de 2011, sendo que a data de vencimento das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª série são, respectivamente 5 de maio de 2014, 5 de maio de 2015 e, 5 de maio de 2016. Referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR e pela Encalco Construções Ltda. (“Encalco”), no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão, sendo 95% (noventa e cinco por cento) garantido por fiança da CCR e 5% (cinco por cento) garantido por fiança da Encalco. Adicionalmente, as debêntures da 3ª série contarão com fiança de 5% (cinco por cento) do valor total da série, qual seja R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), prestada por Alberto Bagdade e Mário Múcio Eygênio Damha. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (d) Na 1ª Emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, em série única da Renovias Concessionárias S.A. (“Renovias”), no valor total de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), com a emissão de 140 (cento e quarenta) debêntures em 01 de fevereiro de 2010, sendo que a data de vencimento das debêntures é 1º de fevereiro de 2015. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas a amortização programada, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (e) Na 2ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (“SP Vias”), no valor total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com a emissão de 40.000 (quarenta mil) debêntures em 05 de julho de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 5 de julho de 2016. A referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR S.A. no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

SUMÁRIO DA OFERTA

Esta seção é um breve resumo de determinadas informações da Oferta contidas em outras partes deste Prospecto e não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco relativos à Oferta” deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Emissora.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Emissora	Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.
Debêntures	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em Duas Séries, da 4ª emissão da Emissora.
Emissão	4ª emissão de debêntures da Emissora, considerando conjuntamente a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional.
Oferta	Oferta pública de distribuição de Debêntures, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e participação do Coordenador Contratado, nos termos da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471, do Convênio CVM-ANBIMA, e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis.
Coordenador Líder	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenador ou BB-BI	BB - Banco de Investimento S.A.
Coordenador ou Caixa	Caixa Econômica Federal.
Coordenador Contratado	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, BB-BI e Caixa.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, convidadas a participar da Oferta.
Instituições Intermediárias	Coordenadores da Oferta, Coordenador Contratado e Instituições Consorciadas.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A. ou qualquer outra instituição que venha a sucedê-lo na prestação dos seus serviços.

Instituição Escriuturadora	Itaú Corretora de Valores S.A., ou qualquer outra instituição que venha a sucedê-lo na prestação dos seus serviços.
Classificação de Risco e Agência de Classificação de Risco	Súmula emitida pela Standard & Poor's que atribuiu rating "brAAA" às Debêntures.
Data de Emissão	15 de outubro de 2012.
Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série	Debêntures da Primeira Série: 4 anos e 11 meses, contados da Data de Emissão, ou seja, 15 de setembro de 2017.
Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série	Debêntures da Segunda Série: 5 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2017.
Data de Vencimento	Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.
Quantidade	Serão emitidas, inicialmente, 950.000 Debêntures, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, observando que (1) a primeira série será composta por 850.000 Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido; e (2) a segunda série, tendo em vista sua emissão, será composta por 100.000 Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.
Séries	A Emissão será realizada em 2 séries, observado o regime de colocação de Garantia Firme para as Debêntures da Primeira Série e o regime de Melhores Esforços para as Debêntures da Segunda Série, admitindo-se, portanto, a colocação parcial das Debêntures da Segunda Série com a consequente eventual redução do montante total da Emissão. Não haverá quantidades mínimas de Debêntures para cada Série, observados os valores mínimo e máximo de investimento de R\$3.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, por Investidor de Varejo.
Conversibilidade e Forma	As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia, e têm a forma nominativa e escritural.
Espécie	As Debêntures são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, <i>caput</i> , da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória. Desse modo, não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, bem como as Debêntures não conferem qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas.

Debêntures Adicionais	<p>A opção da Emissora, a seu exclusivo critério, de aumentar, exclusivamente até a data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, a quantidade de Debêntures em até 20% com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida (sem considerar as Debêntures Suplementares), ou seja, em até 190.000 Debêntures, que somente poderiam ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores da Oferta e o Coordenador Contratado até a data de conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, nas mesmas condições e no mesmo preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. A critério dos Coordenadores da Oferta, do Coordenador Contratado e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, as Debêntures Adicionais poderiam ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série. A opção de Debêntures Adicionais foi parcialmente exercida com relação às Debêntures da Primeira Série, o que representou um aumento de 115.000 (cento e quinze mil) Debêntures da Primeira Série em relação às Debêntures da Primeira Série originalmente ofertadas, e foi integralmente exercida com relação às Debêntures da Segunda Série, o que representou um aumento de 20.000 (vinte mil) Debêntures da Segunda Série em relação às Debêntures da Segunda Série originalmente ofertadas.</p>
Debêntures Suplementares	<p>A opção dos Coordenadores da Oferta e do Coordenador Contratado em distribuir um lote suplementar de até 15% em relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida (sem considerar as Debêntures Adicionais), ou seja, em até 142.500 Debêntures, exercidas após consulta e concordância prévia da Emissora, até a data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, exclusivamente para atender eventual excesso de demanda que fosse constatado pelos Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado no decorrer da Oferta, nas mesmas condições e no mesmo preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A critério dos Coordenadores da Oferta, do Coordenador Contratado e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, as Debêntures Suplementares poderiam ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série. A opção de Debêntures Suplementares não foi exercida pelos Coordenadores com relação às Debêntures da Primeira Série e foi exercida com relação às Debêntures da Segunda Série, o que representou um aumento de 15.000 (quinze mil) Debêntures da Segunda Série em relação às Debêntures da Segunda Série originalmente ofertadas.</p>
Valor Nominal Unitário	<p>As Debêntures terão Valor Nominal Unitário de R\$1.000,00 na Data de Emissão.</p>
Valor Total da Emissão	<p>O valor total da emissão será de R\$1.100.000.000,00 na Data de Emissão, considerando a emissão de Debêntures Adicionais e de Debêntures Suplementares.</p>
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	<p>Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, organizado pelos Coordenadores da Oferta e pelo Coordenador Contratado, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, em diferentes níveis de taxas de juros e com a demanda das Debêntures pelos investidores, no âmbito da Oferta, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição em conjunto com a Emissora: (1) da realização da Emissão somente na primeira série ou em duas</p>

séries; (2) da emissão e quantidade das Debêntures da Segunda Série, e (3) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, observadas as disposições constantes na Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ("Procedimento de *Bookbuilding*").

A realização da Emissão em duas séries, a quantidade das Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, e a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série foram definidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, devendo ser observado o regime de colocação de Garantia Firme para as Debêntures da Primeira Série e o regime de Melhores Esforços para as Debêntures da Segunda Série, admitindo-se, portanto, a colocação parcial das Debêntures da Segunda Série com a consequente eventual redução do montante total da Emissão. Não haverá quantidades mínimas de Debêntures, observados os valores mínimo e máximo de investimento de R\$3.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, por Investidor de Varejo.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, que será arquivado na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 129 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, e será divulgado nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os Investidores Institucionais, incluindo Pessoas Vinculadas, estas últimas que puderam subscrever Debêntures na Oferta Institucional até o limite de 15% do total de Debêntures. Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não foi permitida a colocação de Debêntures junto a Investidores Institucionais que fossem Pessoas Vinculadas, sendo que as intenções de investimento apresentadas por Investidores Institucionais que fossem Pessoas Vinculadas foram automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto os Pedidos de Reserva de Pessoas Vinculadas, realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.

Para maiores informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, ver seção "Informações Sobre a Oferta", item "Procedimento de *Bookbuilding*" deste Prospecto.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures, bem como afetar a liquidez das Debêntures no mercado secundário. O investidor deve ler a seção "Fatores de Risco relativos à Oferta – Risco relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um efeito adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures, podendo, inclusive, promover a sua má-formação ou descaracterizar o seu processo de formação, bem como na liquidez das Debêntures no mercado secundário" deste Prospecto.

Prazo de Colocação

Após (1) a concessão do registro da Oferta pela CVM, (2) a publicação do anúncio de início da Oferta, a ser publicado pela Emissora e Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, (3) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, (4) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo,

	<p>incluindo, por incorporação por referência, o Formulário de Referência da Emissora e, (5) com relação às Debêntures da Segunda Série, (i) a sanção presidencial ao artigo 71 do Projeto de Lei, bem como a publicação da respectiva lei no Diário Oficial da União, na forma aprovada e encaminhada à sanção presidencial pelo Senado Federal em 17 de agosto de 2012, e (ii) a publicação da Portaria do Ministério dos Transportes no Diário Oficial da União, a colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 6 meses contados da data de publicação do Anúncio de Início.</p> <p>Destaca-se que a sanção presidencial ao artigo 71 do Projeto de Lei foi realizada dia 17 de setembro de 2012, bem como sua publicação no Diário Oficial da União foi realizada em 18 de setembro de 2012. Adicionalmente, em 13 de setembro de 2012 foi publicada a Portaria nº 214 do Ministério dos Transportes.</p> <p>Desta forma as condições, previstas no item (5) acima, para emissão das Debêntures da Segunda Série foram plenamente atendidas e, portanto, as condições para emissão das Debêntures são (1) a concessão do registro da Oferta pela CVM, (2) a publicação do anúncio de início da Oferta, a ser publicado pela Emissora e Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, (3) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, e (4) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo, incluindo, por incorporação por referência, o Formulário de Referência da Emissora.</p>
Preço de Subscrição e Liquidação	<p>As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, sem qualquer incidência da remuneração entre a Data de Emissão e a data de subscrição, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("<u>Data de Subscrição e Integralização</u>").</p>
Prazo de Subscrição	<p>Após (1) a concessão do registro da Oferta pela CVM, (2) a publicação do Anúncio de Início, (3) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, (4) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo, incluindo, por incorporação por referência, o Formulário de Referência da Emissora, e, (5) com relação às Debêntures da Segunda Série, (i) a sanção presidencial ao artigo 71 do Projeto de Lei, bem como a publicação da respectiva lei no Diário Oficial da União, na forma aprovada e encaminhada à sanção presidencial pelo Senado Federal em 17 de agosto de 2012, e (ii) a publicação da Portaria do Ministério dos Transportes no Diário Oficial da União, a colocação das Debêntures deverá ser efetuada durante o Prazo de Colocação, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na Data de Subscrição e Integralização. O encerramento da Oferta dar-se-á mediante a publicação pela Emissora e Coordenadores da Oferta do Anúncio de Encerramento.</p> <p>Destaca-se que a sanção presidencial ao artigo 71 do Projeto de Lei foi realizada dia 17 de setembro de 2012, bem como sua publicação no Diário Oficial da União foi realizada em 18 de setembro de 2012. Adicionalmente, em 13 de setembro de 2012 foi publicada a Portaria nº 214 do Ministério dos Transportes.</p>

	<p>Desta forma as condições, previstas no item (5) acima, para emissão das Debêntures da Segunda Série foram plenamente atendidas e, portanto, as condições para emissão das Debêntures são (1) a concessão do registro da Oferta pela CVM, (2) a publicação do anúncio de início da Oferta, a ser publicado pela Emissora e Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, (3) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, e (4) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo, incluindo, por incorporação por referência, o Formulário de Referência da Emissora.</p>
Forma de Subscrição	<p>As Debêntures serão subscritas por meio do SDT, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, e/ou do DDA, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à BM&FBOVESPA, conforme o caso.</p>
Registro para Distribuição	<p>As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do (1) SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP, e/ou (2) DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas por meio da BM&FBOVESPA.</p>
Negociação	<p>As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do (1) SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP, e/ou (2) BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.</p>
Amortização das Debêntures da Primeira Série	<p>O Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série será amortizado em oito parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização a ser realizada em 15 de dezembro de 2015, inclusive, ou seja, a partir do 38º mês inclusive, contados da Data de Emissão (<u>“Período de Carência das Debêntures da Primeira Série”</u>), conforme datas e percentuais indicados na seção “Informações sobre a Oferta — Características da Emissão — Amortização” deste Prospecto (cada uma de tais datas, uma <u>“Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série”</u>). Para maiores informações sobre a Amortização das Debêntures, ver seção “Informações sobre a Oferta — Características da Emissão — Amortização” deste Prospecto.</p>
Amortização das Debêntures da Segunda Série	<p>O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 15 de outubro de 2017 (<u>“Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série”</u>). Para maiores informações sobre a Amortização das Debêntures, ver seção “Informações sobre a Oferta — Características da Emissão — Amortização” deste Prospecto.</p>
Data de Amortização	<p>Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série e Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série.</p>
Remuneração das Debêntures da Primeira Série	<p><i>Atualização monetária:</i> O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente; e</p>

Série	<p><i>Juros remuneratórios:</i> Sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à 109,00% da variação acumulada da Taxa DI <i>Over</i>, a partir Data de Subscrição e Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização, de acordo com a fórmula indicada na Escritura de Emissão. A taxa dos juros remuneratórios incidente às Debêntures da Primeira Série foi definida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p> <p>Para maiores informações sobre a Remuneração das Debêntures da Primeira Série”, ver seção “Informações sobre a Oferta – Características da Emissão Remuneração e Atualização Monetária das Debêntures” deste Prospecto.</p>
Remuneração das Debêntures da Segunda Série	<p><i>Atualização monetária:</i> O Valor Nominal Unitário será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, a partir da Data de Subscrição e Integralização, calculada de forma <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures, de acordo com a fórmula indicada na Escritura de Emissão, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série automaticamente (“<u>Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série</u>”).</p> <p><i>Juros remuneratórios:</i> Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros prefixados, correspondentes a 2,7100% ao ano, conforme definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, base 252 Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Subscrição e Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.</p> <p>Para maiores informações sobre a Remuneração das Debêntures da Segunda Série”, ver seção “Informações sobre a Oferta – Características da Emissão – Remuneração e Atualização Monetária das Debêntures” deste Prospecto.</p>
Repactuação	<p>Não haverá repactuação programada das Debêntures.</p>
Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série	<p>As Debêntures da Primeira Série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora. A Emissora poderá, a qualquer tempo da Data de Subscrição e Integralização, a seu exclusivo critério e independente da vontade dos Debenturistas da Primeira Série, realizar (1) o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série (“<u>Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série</u>”), ou (2) a amortização facultativa parcial, esta última limitada a 95% do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável, que deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação (“<u>Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série</u>”).</p> <p>Para maiores informações sobre a possibilidade de Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série vide a seção “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão – Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial das Debêntures”, deste Prospecto.</p>

Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série	<p>Nos termos da Lei 12.431, as Debêntures da Segunda Série não poderão ser resgatadas ou amortizadas de maneira facultativa e antecipadamente pela Emissora.</p>
Aquisição Facultativa	<p>A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures da Primeira Série em Circulação. As Debêntures da Segunda Série em Circulação somente poderão ser adquiridas pela Emissora, após decorridos os 2 primeiros anos, contados a partir da Data de Emissão, nos termos do Art. 1º, §1º da Lei 12.431.</p> <p>A aquisição das Debêntures em Circulação pela Emissora deverá observar, além do disposto acima, o artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. As Debêntures da Primeira Série adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures da Segunda Série serão canceladas.</p> <p>As Debêntures da Primeira Série adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.</p> <p>Para mais informações, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Características da Emissão – Aquisição Facultativa” deste Prospecto.</p>
Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado	<p>As Debêntures estão sujeitas a determinados Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, ver a Cláusula 6.24 da Escritura de Emissão e a seção “Informações sobre a Oferta – Características da Emissão – Vencimento Antecipado” deste Prospecto e “Fatores de Risco relativos à Oferta – Nossas obrigações constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado” deste Prospecto.</p>
Assembleias Gerais de Debenturistas	<p>Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“<u>Assembleias Gerais de Debenturistas</u>”), sendo que deverá ser realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas comum a ambas as Séries, desde que possua a mesma ordem do dia. Poderá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para cada uma das Séries, desde que o seja para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva Série.</p>

As Assembleias Gerais de Debenturistas, tanto da Primeira Série quanto da Segunda Série, poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas da respectiva Série que representem, no mínimo, 10% das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

As referidas Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em Circulação e Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série e das Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture da Primeira Série em Circulação e a cada Debênture da Segunda Série em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série dependerão de aprovação dos respectivos Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures da Primeira Série em Circulação, ou Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

Não estão incluídos no quorum acima: (1) os quoruns expressamente previstos na Escritura de Emissão; (2) as alterações (a) dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (b) do quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (c) da redução da Remuneração (exceto os casos expressamente previstos na Escritura de Emissão); (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) da espécie das Debêntures para uma espécie com menor prioridade de seus créditos em caso de falência da Emissora; (f) da criação de evento de repactuação; e (g) das disposições relativas à Aquisição Facultativa, previstas na cláusula 6.18 da Escritura de Emissão, sendo que tais matérias deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação, e (3) qualquer alteração nos Eventos de Inadimplemento, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo 75% das Debêntures em circulação.

Para informações adicionais sobre os quoruns qualificados, ver seções “Informações sobre a Oferta — Características da Emissão — Remuneração e Atualização Monetária das Debêntures — Remuneração e Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série — Indisponibilidade da Taxa DI”; “Informações sobre a Oferta — Características da Emissão — Remuneração e Atualização Monetária das Debêntures — Remuneração e Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série — Indisponibilidade temporária do IPCA”; “Informações sobre a Oferta — Características da Emissão — Vencimento Antecipado” e “Informações sobre a Oferta — Características da Emissão — Assembleia geral de Debenturistas — Quorum de Deliberação” deste Prospecto.

Investidores Institucionais	Pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil e/ou no exterior e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$300.000,00, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais, e que participem da Oferta de Varejo por meio de Pedido de Reserva, observados os valores mínimo e máximo de investimento de R\$3.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, por Investidor de Varejo.
Oferta de Varejo	<p>A Oferta de Varejo será composta apenas por Debêntures da Segunda Série. O montante equivalente a, no máximo, 60% das Debêntures da Segunda Série (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) será destinado, prioritariamente, à colocação pública para Investidores de Varejo que realizaram seus Pedidos de Reserva, durante o Período de Reserva, ou Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sem necessidade de depósito prévio do investimento pretendido, observados os valores mínimo e máximo de investimento de R\$3.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, por Investidor de Varejo. Os Coordenadores da Oferta, em comum acordo com a Emissora, poderão aumentar o montante destinado à Oferta de Varejo, conforme os objetivos da Oferta.</p> <p>Para maiores informações sobre a Oferta de Varejo, ver seção “Informações sobre a Oferta — Características da Emissão — Oferta de Varejo” deste Prospecto.</p>
Oferta Institucional	As Debêntures da Segunda Série que não forem colocadas na Oferta de Varejo, as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures Suplementares e Adicionais serão destinadas à Oferta Institucional, sendo que não serão admitidas para Investidores Institucionais reservas antecipadas e não haverá valores mínimos ou máximos de investimento.
Pedido de Reserva	Formulário específico preenchido durante o Período de Reserva pelo Investidor de Varejo que desejou participar da Oferta de Varejo.
Período de Reserva	Os Investidores de Varejo que não sejam Pessoas Vinculadas tiveram o período entre 24 de setembro de 2012 a 9 de outubro de 2012, inclusive, para realizarem seus Pedidos de Reserva.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas tiveram o período entre 24 de setembro de 2012 a 28 de setembro de 2012, inclusive, para realizarem seus Pedidos de Reserva.

Inadequação da Oferta	O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (1) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (2) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (3) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de concessionárias de rodovias. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco relativos à Oferta” deste Prospecto, em conjunto com os com as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Emissora, cujo acesso está indicado na seção "Documentos e Informações Incorporados por Referência" deste Prospecto.
Regimes de Colocação Garantia Firme e Melhores Esforços	As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição e contará com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Nos termos do Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta promoverão a distribuição pública das Debêntures da Primeira Série sob o regime de garantia firme de colocação, no valor de R\$850.000.000,00 e das Debêntures da Segunda Série sob o regime de melhores esforços de colocação. As Debêntures do Lote Adicional e as Debêntures do Lote Suplementar estão sujeitas ao regime de melhores esforços de colocação pelos Coordenadores da Oferta. Para mais informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Contrato de Distribuição - Regime de Colocação” deste Prospecto.
Data de Liquidação das Debêntures da Primeira Série	As Debêntures da Primeira Série serão liquidadas na mesma data, no primeiro Dia Útil subsequente após a publicação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Debêntures da Segunda Série	As Debêntures da Segunda Série serão liquidadas na mesma data, no primeiro Dia Útil imediatamente posterior a Data de Liquidação das Debêntures da Primeira Série.
Fatores de Risco	Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados veja a seção “Fatores de Risco relativos à Oferta” deste Prospecto, e as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Emissora, cujo acesso está indicado na seção "Documentos Incorporados por Referência" deste Prospecto.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos obtidos pela Autoban com a Emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados da seguinte forma: (i) no mínimo, 74% para o resgate antecipado do maior número de notas promissórias dentre as 380 notas promissórias comerciais, emitidas em 25 de novembro de 2011, com valor nominal unitário de R\$2.500.000,00, totalizando R\$950.000.000,00, objeto da segunda emissão de notas comerciais, em série única, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada; e (ii) até, aproximadamente, 26% para recomposição de caixa com vistas à complementação dos montantes a serem distribuídos como dividendos, sendo que os recursos não utilizados nos termos deste subitem serão utilizados conforme o subitem anterior.

	<p>Os recursos líquidos obtidos pela Autoban com a Emissão das Debêntures da Segunda Série serão integralmente utilizados para o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas aos Projetos de Investimento, nos termos da Lei 12.431.</p> <p>Para maiores informações sobre a Destinação dos Recursos, ver seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto.</p>
Projetos de Investimento	Conforme definido na seção “Destinação dos Recursos”.
Tratamento Tributário das Debêntures da Segunda Série (“Debêntures Incentivadas”) e Imunidade Tributária	<p>As Debêntures da Segunda Série gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431 e, consequentemente, também gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida Lei.</p> <p>Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário e Escriturador, sob pena de ter descontados dos rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.</p> <p>Caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento, as Debêntures da Segunda Série deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei, desde que por sua culpa ou dolo, a Emissora desde já se obriga a, seu exclusivo critério, (a) arcar com todos os impostos de renda que venham a ser devidos pelos Debenturistas sobre a Remuneração das Debêntures da Segunda Série de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos impostos não fossem incidentes, ou (b) recomprar a totalidade das Debêntures da Segunda Série, observados os termos da Lei 12.431.</p>
Informações Adicionais	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores da Oferta e na CVM, nos endereços indicados na seção “Identificação de Administradores, Consultores e Auditores” deste Prospecto. Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção “Informações Relativas à Oferta” deste Prospecto.
Registro na CVM e Análise prévia pela ANBIMA	A Emissão será registrada na CVM, na forma da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471, do Convênio CVM-ANBIMA e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

Sobre as Debêntures Incentivadas

O registro da Emissão foi requerido em 23 de agosto de 2012 por meio do Convênio CVM-ANBIMA, sendo a Emissão previamente submetida à análise da ANBIMA para a elaboração de parecer técnico nos termos da Instrução CVM 471, do Código ANBIMA, conforme vigentes nesta data, e, posteriormente, da CVM, para a concessão do registro.

A Lei nº 12.431 criou as chamadas “debêntures incentivadas” (ou, ainda, “Debêntures de Infraestrutura”) (“Debêntures Incentivadas”), que podem ser emitidas para financiar projetos de infraestrutura de longo prazo, considerados prioritários pelo Governo Federal.

Tais debêntures, desde que atendam aos requisitos previstos na Lei 12.431 e demais normativos aplicáveis, garantem um tratamento tributário favorecido aos seus investidores (pessoas físicas ou jurídicas), residentes ou domiciliados no Brasil e/ou no exterior. Basicamente, rendimentos auferidos por investidores sujeitam-se à incidência do imposto de renda, exclusivamente na fonte, às seguintes alíquotas: (i) investidores localizados no exterior encontram-se sujeitos a alíquota de 0% (desde que invistam no Brasil nos termos da Resolução CMN 2.689/00 e não estejam localizados em Países de Tributação Favorecida); (ii) investidores pessoas físicas localizadas no País ficam também sujeitos a alíquota de 0%; e (iii) investidores pessoas jurídicas localizadas no País encontram-se sujeitos à alíquota reduzida de 15% para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (para maiores informações, vide tabela na seção “Informações sobre a Oferta — Características da Emissão — Sobre as Debêntures” deste Prospecto).

Conforme abaixo mencionado, as debêntures incentivadas devem observar certos requisitos para que gozem do tratamento tributário diferenciado, dentre os quais (a) ser objeto de oferta pública, (b) destinação dos recursos da oferta deve ser feita para projetos considerados como prioritários, nos termos do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011 (“Decreto 7.603/2011”), (c) prazo médio ponderado da oferta deve ser superior a 4 anos, dentre outros.

A criação das debêntures incentivadas representa um esforço do Governo Federal de fomentar não apenas o investimento em infraestrutura, como ainda promover captações de dívida de longo prazo por companhias brasileiras, complementando a tradicional atuação do BNDES e dos projetos que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Sociedade Emissora

As Debêntures Incentivadas devem ser emitidas por sociedades de propósito específico (“SPEs”) especialmente criadas para fins da implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como “prioritários”. A critério das SPEs, seu capital pode ser fechado ou aberto.

Projetos Prioritários

Para fins de caracterização de um projeto como “prioritário”, os projetos devem: (i) ser voltados a investimentos na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação; (ii) ser aprovados pelo Ministério setorial responsável; e (iii) visar à implementação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos seguintes setores:

- Logística e transporte;
- Mobilidade urbana;
- Energia;
- Telecomunicações;
- Radiodifusão;
- Saneamento básico; e
- Irrigação

A submissão dos Projetos deve ser realizada pela SPE interessada perante o respectivo ministério setorial competente. A confirmação de que determinado projeto será considerado como “prioritário” para fins da Lei 12.431 ocorrerá através da publicação de Portaria de aprovação editada pelo Ministério setorial responsável.

Características das Debêntures Incentivadas e da Sua Oferta

As principais características das Debêntures Incentivadas podem ser resumidas da seguinte forma:

- Remuneração por taxa de juros deve ser prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial (TR);
- Vedada a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada;
- Prazo médio ponderado superior a 4 anos;
- Vedação à recompra nos 2 primeiros anos após a sua emissão e à liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento;
- Inexistência de compromisso de revenda assumido pelo comprador;
- Prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 dias;
- Comprovação de que a debênture tenha sido negociada em mercados regulamentados de valores mobiliários; e
- Alocação dos recursos da oferta em projeto prioritários de infraestrutura.

As Debêntures Incentivadas podem ser objeto de oferta pública nos termos da Instrução da CVM 400, bem como de oferta pública de esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476.

No caso de descumprimento quanto à implementação de projetos de investimento na forma aprovada, as pessoas jurídicas, integrantes das SPEs, ficam sujeitas à multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da Emissão.

As ofertas de Debêntures Incentivadas devem ser realizadas até a data limite de 31 de dezembro de 2015.

Para maiores informações sobre a Oferta, ver seção “Informações sobre a Oferta” deste Prospecto.

FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA

Investir em debêntures envolve uma série de riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento em nossas Debêntures, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os constantes da seção “Sumário da Emissora – Principais Fatores de Risco relativos à Emissora”, e nas seções 4 e 5 do nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto, além das nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas também incorporadas por referência a este Prospecto. Caso qualquer dos riscos mencionados abaixo e nas seções 4 e 5 do nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto venha a ocorrer, nossa participação de mercado, nossa reputação, nossos negócios, nossa situação financeira, o resultado de nossas operações, nossas margens e nosso fluxo de caixa poderão ser adversamente afetados.

Para os fins desta seção, da seção “Sumário da Emissora – Principais Fatores de Risco relativos à Emissora” e das seções 4 e 5 do nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto, a indicação de que um risco pode ter ou terá um “efeito adverso para nós” ou expressões similares significam que esse risco pode ter ou terá um efeito adverso em nossa participação de mercado, nossa reputação, nossos negócios, nossa situação financeira, no resultado das nossas operações, nossas margens e nosso fluxo de caixa.

Riscos adicionais que atualmente consideramos irrelevantes ou que atualmente não são do nosso conhecimento também poderão ter um efeito adverso para nós.

Riscos relacionados à Oferta e às Debêntures

As Debêntures são da espécie quirografária.

As Debêntures não contarão com qualquer garantia ou preferência em relação aos nossos demais credores, pois são da espécie quirografária. Dessa forma, na hipótese de nossa liquidação, os Debenturistas estarão subordinados aos nossos demais credores e somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores, se houver, e nossos acionistas em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de nossa liquidação, não podemos garantir que os Debenturistas receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

Caso as Debêntures da Segunda Série deixem de satisfazer determinadas características que a enquadrem como Debêntures Incentivadas, não podemos garantir que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.

Nos termos da Lei 12.431, foi reduzida para 0% a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior que tenham se utilizado dos mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689 e que não sejam residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (“Pessoas Residentes no Exterior”) em decorrência da sua titularidade de, dentre outros, de debêntures que atendam determinadas características (“Debêntures Incentivadas”), como as Debêntures da Segunda Série, e que tenham sido objeto de oferta pública de distribuição por pessoas jurídicas de direito privado não classificadas como instituições financeiras e regulamentadas pelo CMN ou CVM, como nós.

Adicionalmente, a Lei 12.431 estabeleceu que os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil (“Pessoas Físicas Residentes no Brasil” e, em conjunto com as Pessoas Residentes no Exterior, “Pessoas Elegíveis”) em decorrência de sua titularidade de Debêntures Incentivadas, como as Debêntures da Segunda Série, que tenham sido emitidas por sociedade de propósito específico constituída para implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, como nós, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte a alíquota de 0%, desde que os projetos de investimento na área de infraestrutura sejam considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Governo Federal.

São consideradas Debêntures Incentivadas as debêntures que, além dos requisitos descritos acima, apresentem, cumulativamente, as seguintes características: (1) sejam remuneradas por taxa de juros prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial, (2) não admitam a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada, (3) apresentem prazo médio ponderado superior a quatro anos, (4) não admitam a sua recompra pelo respectivo emissor nos dois primeiros anos após a sua emissão, tampouco a sua liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, (5) não estabeleçam compromisso de revenda assumido pelo respectivo titular, (6) apresentem prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 dias, (7) comprove-se a sua negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários no Brasil, e (8) os recursos captados com as Debêntures da Segunda Série sejam alocados nos Projetos de Investimento. Para informações adicionais sobre as Debêntures Incentivadas, ver seção “Informações sobre a Oferta — Debêntures Incentivadas” deste Prospecto.

Dessa forma, caso as Debêntures da Segunda Série deixem de satisfazer qualquer uma das características relacionadas nos itens (1) a (7) do parágrafo anterior, não podemos garantir que as Debêntures da Segunda Série continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.

Nessa hipótese, não podemos garantir que os rendimentos auferidos em decorrência da titularidade das Debêntures da Segunda Série pelas Pessoas Elegíveis continuarão a ser tributados a alíquota de 0%, passando a ser tributados a alíquota variável de 15% a 22,5% para Pessoas Físicas Residentes no Brasil e 15% ou 25%, conforme as Pessoas Residentes do Exterior sejam ou não residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20%. Da mesma forma, não podemos garantir que os rendimentos auferidos desde a Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da Segunda Série não serão cobrados pelas autoridades brasileiras competentes, acrescido de juros calculados segundo a taxa SELIC e multa.

Além disso, não podemos garantir que a Lei 12.431 não será novamente alterada, questionada, extinta ou substituída por leis mais restritivas, o que poderia afetar ou comprometer o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431 conferido às Debêntures da Segunda Série.

Adicionalmente, na hipótese de não aplicação dos recursos oriundos da Oferta das Debêntures da Segunda Série nos Projetos de Investimento, é estabelecida uma penalidade de 20% sobre o valor não destinado aos Projetos de Investimento, sendo mantido o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei nº 12.431 aos investidores nas Debêntures que sejam Pessoas Elegíveis. Não podemos garantir que teremos recursos suficientes para o pagamento dessa penalidade ou, se tivermos, que isso não terá um efeito adverso para nós.

Ainda, nos termos da Escritura de Emissão, na eventualidade de as Debêntures da Segunda Série deixarem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, em razão do nosso não atendimento, por nossa culpa ou dolo, dos requisitos estabelecidos na Lei 12.431, nós nos comprometemos, a nosso critério, a (1) arcar com todos os impostos de renda que venham a ser devidos pelos Debenturistas sobre a Remuneração das Debêntures da Segunda Série de modo que acresceremos a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos impostos não fossem incidentes ou (2) recomprar a totalidade das Debêntures da Segunda Série, observados os termos da Lei 12.431. Não podemos garantir que teremos recursos suficientes para honrar essa nossa obrigação ou, se tivermos, que isso não terá um efeito adverso para nós.

Nossas obrigações constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece diversas hipóteses que podem ensejar o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações com relação às Debêntures. Não podemos garantir que teremos recursos suficientes em caixa para realizar o pagamento integral da dívida representada pelas Debêntures na ocorrência do vencimento antecipado de nossas obrigações no âmbito da Oferta, hipótese que poderá acarretar um impacto negativo relevante aos Debenturistas, incluindo a sua capacidade de receber pontual e integralmente os valores que lhes forem devidos nos termos da Escritura de Emissão, e a nós. Para descrição completa dos Eventos de Inadimplemento, ver seção “Informações sobre a Oferta – Características da Emissão – Vencimento Antecipado” deste Prospecto.

O eventual rebaixamento na classificação de risco atualmente atribuída às Debêntures poderá dificultar a captação de recursos por nós, bem como acarretar a redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos a nós são levados em consideração, tais como nossa condição econômico-financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características das Debêntures, assim como as obrigações que assumimos e os fatores político-econômicos que podem afetar nossa condição financeira. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto à nossa condição de honrar nossos compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

As Debêntures da Primeira Série poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de eventual Resgate Antecipado Facultativo Total, a nosso critério, ou poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI.

Nós nos reservamos o direito de, a nosso livre e exclusivo critério e nos termos da Escritura de Emissão, promover o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, o que pode resultar na redução do horizonte de investimento dos titulares de Debêntures da Primeira Série. Para informações adicionais, ver seção “Informações sobre a Oferta — Características da Emissão — Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures e Amortização Facultativa Parcial” deste Prospecto. Além disso, as Debêntures da Primeira Série poderão ser objeto de resgate em razão da extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI. Para informações adicionais, ver seção “Informações sobre a Oferta — Características da Emissão — Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures e Amortização Facultativa Parcial” deste Prospecto e as cláusulas 6.12.1.7 e 6.12.1.8 da Escritura de Emissão.

Os Debenturistas da Primeira Série poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência desse resgate antecipado, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures da Primeira Série. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures da Primeira Série fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

A Taxa DI Over utilizada para a remuneração das Debêntures da Primeira Série pode ser considerada nula em decorrência da Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça.

O Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 176, declarando ser “nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP”. De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBIMA quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras. Existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, tal Súmula ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI Over não é válida como fator de remuneração das Debêntures da Primeira Série. Nesse caso, um novo índice deverá ser determinado pelo Poder Judiciário, podendo representar remuneração inferior à Taxa DI Over prejudicando a rentabilidade das Debêntures.

A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um efeito adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures, podendo, inclusive, promover a sua má-formação ou descaracterizar o seu processo de formação, bem como na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

A taxa de remuneração final das Debêntures será determinada com base no resultado no Procedimento de *Bookbuilding*, podendo diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão da Oferta. Adicionalmente, nos termos da regulamentação brasileira em vigor, na eventualidade de não haver excesso de demanda superior em 1/3 da quantidade de Debêntures inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares), será aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de definição da taxa de remuneração final, mediante a participação desses no Procedimento de *Bookbuilding* até o limite máximo de 15% da Oferta. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de definição da taxa de remuneração final das Debêntures poderá ter um efeito adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures, podendo, inclusive, promover a sua má-formação ou descaracterizar o seu processo de formação. Além disso, a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um efeito adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas podem optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a liquidez. Não temos como garantir que a aquisição das Debêntures por Pessoas Vinculadas não ocorrerá ou que referidas Pessoas Vinculadas não optarão por manter estas Debêntures fora de circulação.

A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.

O investimento em títulos de mercados emergentes, entre os quais se inclui o Brasil, envolve um risco maior do que os investimentos em títulos de emissores de países desenvolvidos, podendo esses investimentos serem tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos desses países que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários de cumprir com suas obrigações. Eventos econômicos e políticos nesses países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. Não podemos garantir de que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas atividades da Emissora, conforme descrito acima.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures pelos Debenturistas.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta, historicamente, baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado ativo e líquido para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos subscritores desses títulos sua pronta alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Debenturistas podem ter dificuldade para realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la, e, conseqüentemente, podem sofrer prejuízo financeiro.

As informações acerca do nosso futuro contidas neste Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas do nosso futuro, as quais refletem as nossas opiniões em relação ao nosso desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há garantias de que o nosso desempenho futuro será consistente com tais informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção “Fatores de Risco relativos à Oferta” e na seção “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes das seções 4 e 5, respectivamente, do nosso Formulário de Referência, e em outras seções deste Prospecto. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do nosso futuro que não representam qualquer garantia quanto a sua ocorrência. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. Não assumimos qualquer obrigação de atualizar ou revisar quaisquer informações acerca das perspectivas de nosso futuro, exceto pelo disposto na regulamentação aplicável, e a não concretização das perspectivas do nosso futuro divulgadas podem gerar um efeito negativo relevante em nossos resultados e operações.

A Emissão será realizada em duas séries, sendo que as Debêntures da Primeira Série serão distribuídas pelos Coordenadores da Oferta no âmbito da Oferta sob o regime de garantia firme de colocação e as Debêntures da Segunda Série serão distribuídas pelos Coordenadores da Oferta no âmbito da Oferta sob o regime de melhores esforços de colocação. Dessa forma, é possível que as Debêntures da Segunda Série não sejam integralmente distribuídas no âmbito da Oferta, o que, na medida em que será admitida eventual distribuição parcial no âmbito da Oferta, resultará em redução no montante total da Emissão correspondente às Debêntures da Segunda Série inicialmente ofertadas. Adicionalmente, a distribuição parcial das Debêntures da Segunda Série no âmbito da Oferta poderá afetar a liquidez das Debêntures da Segunda Série que venham a ser efetivamente colocadas no mercado.

A Emissão será realizada em duas séries, sendo que as Debêntures da Primeira Série serão distribuídas pelos Coordenadores da Oferta no âmbito da Oferta sob o regime de garantia firme de colocação e as Debêntures da Segunda Série serão distribuídas pelos Coordenadores da Oferta no âmbito da Oferta sob o regime de melhores esforços de colocação. Dessa forma, é possível que as Debêntures da Segunda Série não sejam integralmente distribuídas no âmbito da Oferta, o que, na medida em que será admitida eventual distribuição parcial no âmbito da Oferta, resultará em eventual redução no montante total da Emissão correspondente às Debêntures da Segunda Série inicialmente ofertadas.

Adicionalmente, na eventualidade de ser verificada uma demanda menor para as Debêntures da Segunda Série após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a liquidez no mercado secundário das Debêntures da Segunda Série que venham a ser efetivamente colocadas no mercado pode ser afetada adversamente, o que pode fazer com que os Debenturistas da Segunda Série encontrem dificuldades para realizar a venda desses títulos no mercado secundário, incluindo no momento e ao preço que desejarem, ou não consigam realizá-la.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Identificação	Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., companhia de capital aberto inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda - MF sob o nº 02.451.848/0001-62 e com Número de Identificação do Registro da Empresa - NIRE na Junta Comercial do Estado de São Paulo 35 3 00154461.
Sede	Nossa sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini nº 200, na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.
Diretoria de Relações com Investidores	Nossa diretoria de relações com investidores está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini nº 200, na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo. O responsável por essa diretoria é o Sr. Maurício Soares Vasconcellos. O telefone da nossa diretoria de relações com investidores é +55 11 4589-4005 ou o fax é +55 11 4589-4006 e o email é cvm.autoban@grupoccr.com.br .
Registro de Emissora	Somos registrados perante a CVM sob o nº 2019-2, na categoria B de emissor de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes, em relação à auditoria das nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011. Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, em relação à revisão das nossas informações trimestrais relativas ao período de seis meses encerrado de 30 de junho de 2012.
Publicações e Jornais nos quais divulga informações	Nossas informações são divulgadas em atendimento à Lei das Sociedades por Ações nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, “Jornal de Jundiaí” e “Valor Econômico”, este último, com relação à Oferta.
Banco Mandatário	Banco Itaú Unibanco S.A.
Atendimento aos Debenturistas	O atendimento aos Debenturistas é feito pelo Diretor de Relações com Investidores, o Sr. Maurício Soares Vasconcellos, na sede da Emissora, por meio do telefone +55 11 4589-4005 e email cvm.autoban@grupoccr.com.br .
Página na Internet	http://www.autoban.com.br . As informações constantes da nossa página na Internet não são parte integrante ou são incorporadas por referência a este Prospecto, a menos que tenha sido expressamente mencionado em contrário neste Prospecto.

Informações adicionais

Informações adicionais sobre nós e a Oferta poderão ser obtidas no nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto e junto (1) à nossa diretoria de relações com investidores, (2) aos Coordenadores da Oferta nos endereços e *websites* indicados na seção “Informações sobre a Oferta — Informações Adicionais”, (3) ao Agente Fiduciário no endereço e *website* indicados na seção “Informações sobre a Oferta — Informações Adicionais”, (4) à CVM, na Rua Sete de Setembro nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga nº 340, 2º a 4º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou, ainda, em seu *website*: www.cvm.gov.br, (5) à CETIP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.663, 1º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou em seu *website*: www.cetip.com.br, e (6) à BM&FBOVESPA, na Rua XV de Novembro nº 275, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou em seu *website*: www.bmfbovespa.com.br.

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Emissora

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.

Diretoria de Relações com Investidores

Sr. Maurício Soares Vasconcellos

Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini nº 200

Jundiaí, SP, Brasil

CEP: 13209-500

Tel: +55 11 4589-4005

Fax: +55 11 4589-4006

Email: cvm.autoban@grupoccr.com.br

www.autoban.com.br

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Sr. Antonio Marques de Oliveira Neto

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.064, 2º andar

São Paulo, SP, Brasil

CEP: 01451-000

Tel.: +55 11 3847- 5078

Fax: +55 11 3847- 9818

www.hsbc.com.br

Coordenador

BB – Banco de Investimento S.A.

Sra. Patricia Romano

Rua Senador Dantas nº 105, 36º andar

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

CEP: 20231-204

Fone: +55 21 3808-3625

Fax: +55 21 2262-3862

www.bb.com.br

Coordenador

Caixa Econômica Federal

Sr. Celso Zanin

Avenida Paulista nº 2.300, 12º andar

São Paulo, SP, Brasil

CEP: 01310-300

Fone: + 55 11 3555-6200

Fax: + 55 11 3555-9599

E-mail: sumef@caixa.gov.br

www.caixa.gov.br

Coordenador Contratado

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Sr. Paulo Gouvêa
Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.179, 8º andar
São Paulo, SP, Brasil
CEP: 01452-000
Tel.: +55 11 3526-1300
Fax: +55 11 3526-1350
www.xpi.com.br

Consultores e Auditores

Consultores Legais da Emissora

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados

Sr. Adriano Schnur Gabriel Ferreira e Sra. Cristina Tomiyama
Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.144, 11º andar
São Paulo, SP, Brasil
CEP: 01451-000
Tel.: +55 11 3150-7000
Fax: +55 11 3150-7071
www.machadomeyer.com.br

Consultores Legais dos Coordenadores da Oferta

Pinheiro Neto Advogados

Sr. Ricardo Simões Russo
Rua Hungria nº 1.100
São Paulo, SP, Brasil
CEP: 01455-906
Tel.: +55 11 3247-8400
Fax: +55 11 3247-8600
www.pinheironeto.com.br

Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) e Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)
Avenida das Américas nº 4.200, bloco 04, sala 514
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
CEP: 22640-102
Tel.: +55 21 3385-4565
Fax: +55 21 3385-4046
<http://www.pentagonotrustee.com.br/>



Banco Mandatário

Banco Itaú Unibanco S.A.

Sr. Douglas Callegari
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100
São Paulo, SP, Brasil
CEP: 04344-902
Tel.: +55 11 2797-4431
Fax: +55 2797-3140
www.itaui.com.br

Agente Escriturador

Itaú Corretora de Valores S.A.

Sr. Douglas Callegari
Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.400
São Paulo, SP, Brasil
CEP: 04538-132
Tel.: +55 11 2797-4431
Fax: +55 2797-3140
www.itaui.com.br

Auditores Independentes

Em relação às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011:

KPMG Auditores Independentes

Sr. Wagner Bottino
Rua Doutor Renato Paes de Barros nº 33
São Paulo, SP, Brasil
CEP: 04530-000
Tel.: +55 11 2183-3000
Fax: +55 11 2183-3001
www.kpmg.com.br

Em relação às nossas demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012:

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Sr. José Roberto P. Carneiro
Rua Alexandre Dumas nº 1.981
São Paulo, SP, Brasil
CEP: 04717-906
Tel.: +55 11 5186-1000
Fax: +55 11 5186-6981
www.deloitte.com/br

Declarações de Veracidade das Informações

Nós e o Coordenador Líder prestamos declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Essas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição Atual do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora, subscrito e integralizado, é de R\$246.750.000,00, representado por 175.000.000, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da Emissora na data deste prospecto. Para maiores informações sobre o controle da Emissora, vide seção 15 “Controle” do Formulário de Referência da Emissora.

Acionista	Ações Ordinárias	%
CCR S.A.	174.999.989	99,99
Outros	11	0,01
Total.....	175.000.000	100,00

Características da Oferta

Autorizações Societárias

A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas de acordo com as deliberações da assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 29 de agosto de 2012, conforme proposta do conselho de administração da Emissora formalizada em reunião realizada em 29 de agosto de 2012, nos termos do estatuto social da Emissora e, nos termos do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. As atas dessa assembleia geral extraordinária e reunião do conselho de administração foram arquivadas na JUCESP em 11 de setembro de 2012, sob os números 396.182/12-4 e 396.181/12-0, respectivamente, e publicadas nos jornais DOESP, e “Jornal de Jundiaí”, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados após o registro da Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no DOESP e no “Jornal de Jundiaí”, conforme legislação em vigor.

Registro CVM, Análise Prévia pela ANBIMA e Procedimento Simplificado de Registro

A Emissão será registrada na CVM, na forma da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471, do Convênio CVM/ANBIMA e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

O registro da Emissão foi requerido por meio do Convênio CVM-ANBIMA em 23 de agosto de 2012, tendo a Emissão sido previamente submetida à análise da ANBIMA para a elaboração de parecer técnico nos termos da Instrução CVM 471, do Código ANBIMA para Atividades Conveniadas e do Código ANBIMA, conforme vigentes nesta data, e, posteriormente, da CVM, para a concessão do registro.

Registro para Distribuição e Negociação nos Mercados Primário e Secundário

As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do (1) SDT, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP, e/ou (2) DDA, sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas por meio da BM&FBOVESPA; e (b) negociação no mercado secundário por meio do (1) SND, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (2) BOVESPAFIX, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

Público Alvo da Oferta

O público alvo da Oferta é composto por (1) Investidores Institucionais, ou seja, pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil e/ou no exterior e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$300.000,00, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM; e, por (2) Investidores de Varejo, assim entendidos Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais, e que participem da Oferta de Varejo por meio de Pedido de Reserva, observados os valores mínimo e máximo de investimento de R\$3.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, por Investidor de Varejo.

Procedimento de Bookbuilding

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, organizado pelos Coordenadores da Oferta, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, em diferentes níveis de taxas de juros e com a demanda das Debêntures pelos investidores, no âmbito da Oferta, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição em conjunto com a Emissora: (1) da realização da Emissão somente na Primeira Série ou em duas Séries; (2) da emissão e quantidade das Debêntures da Segunda Série; e (3) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série observada as disposições constantes na Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.

A realização da Emissão em duas séries, a quantidade de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, e a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série foram definidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo observado o regime de garantia firme de colocação para as Debêntures da Primeira Série, conforme descrito abaixo, e o regime de melhores esforços de colocação das Debêntures da Segunda Série, admitindo-se, portanto, a colocação parcial das Debêntures da Segunda Série com a consequente eventual redução do montante total da Emissão.

Não haverá quantidades mínimas de Debêntures, observados os valores mínimo e máximo de investimento de R\$3.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, por Investidor de Varejo.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, que será arquivada na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 129 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, e será divulgado nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os Investidores Institucionais, incluindo Pessoas Vinculadas, estas últimas que puderam subscrever Debêntures na Oferta Institucional até o limite de 15% do total de Debêntures. Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não foi permitida a colocação de Debêntures junto a Investidores Institucionais que fossem Pessoas Vinculadas, sendo que as intenções de investimento apresentadas por Investidores Institucionais que fossem Pessoas Vinculadas foram automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto para aqueles Pedidos de Reserva de Pessoas Vinculadas, realizadas durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.

Aumento da Oferta

A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderia ser aumentada pela emissão de Debêntures Suplementares e/ou pela Emissão de Debêntures Adicionais, conforme a seguir:

- (1) nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, poderia ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 142.500 Debêntures, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado no Contrato de Distribuição, que somente poderiam ser exercida pelos Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado em comum acordo com a Emissora na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores da Oferta, do Coordenador Contratado e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderiam ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série. A opção de Debêntures Suplementares não foi exercida pelos Coordenadores com relação às Debêntures da Primeira Série e foi exercida com relação às Debêntures da Segunda Série, o que representou um aumento de 15.000 (quinze mil) Debêntures da Segunda Série em relação às Debêntures da Segunda Série originalmente ofertadas.
- (2) nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderia, a critério da Emissora ser acrescida em até 20% ou seja, em até 190.000 Debêntures, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, que somente poderiam ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. A critério dos Coordenadores da Oferta, do Coordenador Contratado e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderiam ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série. A opção de Debêntures Adicionais foi parcialmente exercida com relação às Debêntures da Primeira Série, o que representou um aumento de 115.000 (cento e quinze mil) Debêntures da Primeira Série em relação às Debêntures da Primeira Série originalmente ofertadas, e foi integralmente exercida com relação às Debêntures da Segunda Série, o que representou um aumento de 20.000 (vinte mil) Debêntures da Segunda Série em relação às Debêntures da Segunda Série originalmente ofertadas.

Tendo em vista o aumento na quantidade de Debêntures originalmente ofertada, conforme previsto acima, a Escritura de Emissão foi ajustada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitida, mediante a celebração de aditamento à Escritura de Emissão, que será arquivado na JUCESP nos termos da Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura.

Prazo de Subscrição

Após (1) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (2) a publicação do Anúncio de Início; (3) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou BM&FBOVESPA; (4) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo da Oferta, incluindo, por referência, o Formulário de Referência da Emissora, e, (5) com relação às Debêntures da Segunda Série, (i) a sanção presidencial ao artigo 71 do Projeto de Lei, bem como a publicação da respectiva lei no Diário Oficial da União, na forma aprovada e encaminhada à sanção presidencial pelo Senado Federal em 17 de agosto de 2012, e (ii) a publicação da Portaria do Ministério dos Transportes no Diário Oficial da União, a colocação das Debêntures deverá ser efetuada durante o Prazo de Colocação, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na Data de Subscrição e Integralização. O encerramento da Oferta dar-se-á mediante a publicação pela Emissora e Coordenadores da Oferta do Anúncio de Encerramento.

Destaca-se que a sanção presidencial ao artigo 71 do Projeto de Lei foi realizada dia 17 de setembro de 2012, bem como sua publicação no Diário Oficial da União foi realizada em 18 de setembro de 2012. Adicionalmente, em 13 de setembro de 2012 foi publicada a Portaria nº 214 do Ministério dos Transportes.

Desta forma as condições, previstas no item (5) acima, para emissão das Debêntures da Segunda Série foram plenamente atendidas e, portanto, as condições para emissão das Debêntures são (1) a concessão do registro da Oferta pela CVM, (2) a publicação do anúncio de início da Oferta, a ser publicado pela Emissora e Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, (3) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, e (4) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo, incluindo, por incorporação por referência, o Formulário de Referência da Emissora.

Forma e Preço de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, sem qualquer incidência da remuneração entre a Data de Emissão e a data de subscrição, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA.

Características da Emissão

Número da Emissão

A Oferta contempla a 4ª emissão de debêntures da Emissora.

Quantidade

Serão emitidas, inicialmente, 950.000 Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, em duas séries, observando que:

- (a) a primeira série será composta por 850.000 Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e
- (b) a segunda série, tendo em vista sua emissão, será composta por 100.000 Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00, na Data de Emissão.

Valor Total da Emissão

O valor total da emissão será, inicialmente, de R\$950.000.000,00 na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

Número de Séries

A Emissão será realizada em 2 Séries, observado o regime de Garantia Firme de colocação para as Debêntures da primeira série, e o regime de melhores esforços de colocação das Debêntures da Segunda Série, admitindo-se, portanto, a colocação parcial das Debêntures da Segunda Série com a consequente eventual redução do montante total da Emissão. Não haverá quantidades mínimas de Debêntures, observados os valores mínimo e máximo de investimento de R\$3.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, por Investidor de Varejo.

Conversibilidade, Tipo e Forma

As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Espécie

As Debêntures são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória. Desse modo, não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, bem como as Debêntures não conferem qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de outubro de 2012.

Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND. Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade.

Prazo e Data de Vencimento

Observado o disposto na Escritura de Emissão, (1) o Prazo de Vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 4 anos e 11 meses contados da Data de Emissão, com vencimento final previsto, portanto, para 15 de setembro de 2017 e (2) o Prazo de Vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 5 anos contados da Data de Emissão, com vencimento final previsto, portanto, para 15 de outubro de 2017.

Na Data de Vencimento da Primeira Série e na Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em Circulação, com o seu consequente cancelamento. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora da seguinte forma: (1) as Debêntures da Primeira Série serão liquidadas pelo seu Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série; e (2) as Debêntures da Segunda Série serão liquidadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série.

Amortização

Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado de acordo com os termos e disposições abaixo.

Amortização das Debêntures da Primeira Série

O Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada em, 15 de dezembro de 2015, inclusive, ou seja, a partir do 38º mês, inclusive, contados da Data de Emissão (“Período de Carência das Debêntures da Primeira Série”), conforme datas e percentuais indicados na tabela abaixo (cada uma de tais datas, uma “Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série”):

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série
12,5%	15 de dezembro de 2015
12,5%	15 de março de 2016
12,5%	15 de junho de 2016
12,5%	15 de setembro de 2016
12,5%	15 de dezembro de 2016
12,5%	15 de março de 2017
12,5%	15 de junho de 2017
12,5%	Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série

Amortização das Debêntures da Segunda Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, ou seja, em 15 de outubro de 2017 (“Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série” e, quando em conjunto com Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série, “Data de Amortização”).

Remuneração e Atualização Monetária das Debêntures

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

Remuneração e Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série

Atualização Monetária

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente.

Juros Remuneratórios

Sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondente à 109,00% da variação acumulada da Taxa DI *Over*, a partir Data de Subscrição e Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização, de acordo com a fórmula indicada na Escritura de Emissão. A taxa dos juros remuneratórios incidente às Debêntures da Primeira Série foi definida no Procedimento de *Bookbuilding*.

A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, foi ratificada por meio de aditamento à Escritura de Emissão, que será arquivado na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da Primeira Série, nos termos da Escritura.

Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição e Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

A Remuneração das Debêntures da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator DI - 1)$$

Onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos ao final do Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Produtório das Taxas DI *Over*, com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Onde:

k = número de ordem da Taxa DI *Over*, variando de 1 (um) até n;

n = número total de Taxas DI *Over*, considerados na apuração do “Fator DI”, sendo “n” um número inteiro;

p = 109,00 sobre a Taxa DI *Over*, informado com 2 casas decimais refletindo o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*;

TDI_k = Taxa DI *Over* de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI *Over* de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada, com 2 casas decimais.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série:

- (a) O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Se os fatores diários estiverem acumulados, considera-se-á o fator resultante “Fator DI” com 8 casas decimais, com arredondamento; e
- (d) Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Indisponibilidade Temporária da Taxa DI

Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures da Primeira Série, não houver divulgação da Taxa DI *Over* pela CETIP, será utilizada a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over*. Se a não divulgação da Taxa DI *Over* for superior ao prazo de 10 dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto no item “*Indisponibilidade da Taxa DI Over*” abaixo, quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

Indisponibilidade da Taxa DI

Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI *Over* por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI *Over* às Debêntures da Primeira Série por proibição legal ou judicial será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI *Over*. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI *Over* ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI *Over* por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série para deliberar, em comum acordo com a Emissora e, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série a ser aplicado, parâmetro este que deverá ser aquele que melhor refletia as condições de mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série, a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente será utilizada quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da Primeira Série.

Caso a Taxa DI *Over* volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a Taxa DI *Over*, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI *Over* nos termos aqui previstos, a última Taxa DI *Over* divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias na Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série.

Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 Dias Úteis contados a partir da data da realização da referida Assembleia Geral, qual a alternativa escolhida:

- (1) resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, sem incidência de prêmio de resgate, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, caso em que a Taxa DI *Over* a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente; ou
- (2) amortizar integralmente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da Primeira Série e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação; e (b) durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série continuará sendo aquela estabelecida na Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa de remuneração substituta, que deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época a ser definida pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação, reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, devendo a Emissora, obrigatoriamente, ser convocada para tal Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que a nova remuneração não poderá exceder a última Taxa DI *Over* disponível. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração das Debêntures da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 Dias Úteis utilizada pela Taxa DI *Over*. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas da Primeira Série quanto à taxa substituta de remuneração durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

Remuneração e Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série

Atualização Monetária

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, a partir da Data de Subscrição e Integralização, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures, de acordo com a fórmula indicada na Escritura de Emissão, sendo o produto da atualização incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (“Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série”):

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, sendo “dut” um número inteiro.

Sendo que:

- (1) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 casas decimais, sem arredondamento;
- (2) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.
- (3) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.
- (4) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.
- (5) Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 de cada mês de cada ano, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;

Indisponibilidade temporária do IPCA

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo relativo ao mês imediatamente anterior, calculado pro rata temporis por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do IPCA devido, quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por 2 meses consecutivos, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição ao IPCA.

Caso, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, ou, após o transcurso do Período de Ausência do IPCA, na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA, será utilizado o mesmo índice a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos nos sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária no Brasil (“Taxa Substitutiva”). Até a divulgação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Segunda Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da divulgação da Taxa Substitutiva, referida Taxa Substitutiva não será mais utilizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série.

Juros remuneratórios das Debêntures da Segunda Série

Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devidamente atualizado pela Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros prefixados, correspondentes a 2,7100% ao ano, conforme definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Subscrição e Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso (“Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série” e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, a “Remuneração das Debêntures da Segunda Série”).

A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série, uma vez definido em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, que será arquivado na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da Segunda Série, nos termos da AGE.

O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos, calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

Taxa = 2,7100 conforme apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informada com 4 casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

Período de Capitalização

Para fins deste Prospecto e da Escritura de Emissão, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização, inclusive no caso do primeiro Período de Capitalização e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, exclusive. Para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, inclusive, e termina na próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures.

Periodicidade de Pagamento da Remuneração e Juros Remuneratórios

Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração da Primeira Série será paga trimestralmente, iniciando-se em 15 de junho de 2013, conforme previsto na Escritura de Emissão e indicado na tabela abaixo (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série”). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de abril de 2013, conforme previsto na Escritura de Emissão e indicado na tabela abaixo (cada uma, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série”).

Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série:	Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série
15 de junho de 2013	15 de abril de 2013
15 de setembro de 2013	15 de outubro de 2013
15 de dezembro de 2013	15 de abril de 2014
15 de março de 2014	15 de outubro de 2014
15 de junho de 2014	15 de abril de 2015
15 de setembro de 2014	15 de outubro de 2015
15 de dezembro de 2014	15 de abril de 2016
15 de março de 2015	15 de outubro de 2016
15 de junho de 2015	15 de abril de 2017
15 de setembro de 2015	15 de outubro de 2017
15 de dezembro de 2015	
15 de março de 2016	
15 de junho de 2016	
15 de setembro de 2016	
15 de dezembro de 2016	
15 de março de 2017	
15 de junho de 2017	
15 de setembro de 2017	

Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures no Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

Repactuação

Não haverá repactuação programada das Debêntures.

Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial das Debêntures

As Debêntures da Primeira Série poderão ser resgatadas antecipadamente ou amortizadas pela Emissora, conforme termos e condições previstos na Escritura de Emissão e descritos abaixo. Nos termos da Lei 12.431, as Debêntures da Segunda Série não poderão ser resgatadas ou amortizadas de maneira facultativa e antecipadamente pela Emissora.

Resgate Antecipado Facultativo Total

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independente da vontade dos Debenturistas da Primeira Série, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série”).

O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da Primeira Série, a ser amplamente divulgada nos termos da Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 10 Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série”), que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo (a) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas (“Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série”); e (b) demais informações necessárias para operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas da Primeira Série farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário, ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual (“Taxa do Prêmio de Resgate das Debêntures da Primeira Série”), de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série conforme subitem “a” acima:

Data do Resgate Antecipado Facultativo Total	Taxa do Prêmio de Resgate
15/10/2012 (inclusive) até 15/10/2013 (inclusive)	0,75%
16/10/2013 (inclusive) até 15/10/2014 (inclusive)	0,50%
16/10/2014 (inclusive) até 15/10/2015 (inclusive)	0,40%
16/10/2015 (inclusive) até 15/10/2016 (inclusive)	0,30%
16/10/2016 (inclusive) até 14/09/2017 (inclusive)	0,20%

As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas da Primeira Série, realizar a amortização facultativa parcial, limitada a 95% do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável, que deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação (“Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série”).

A Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da Primeira Série, a ser amplamente divulgada nos termos da Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 10 Dias Úteis da data prevista para realização da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série (“Comunicação de Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série”), que deverá descrever os termos e condições da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série, incluindo (a) a data efetiva para a amortização (“Data a Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série”); (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas em todo caso, limitado a 95% do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série à época da amortização; (c) o Valor da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série; e (d) demais informações necessárias para operacionalização da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série;

Por ocasião da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série, os Debenturistas da Primeira Série farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada, acrescida: (a) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização, ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual (“Taxa do Prêmio de Amortização”).

Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série”), de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série conforme subitem “a” acima:

Data da Amortização Facultativa Parcial	Taxa do Prêmio de Amortização
15/10/2012 (inclusive) até 15/10/2013 (inclusive)	0,75%
16/10/2013 (inclusive) até 15/10/2014 (inclusive)	0,50%
16/10/2014 (inclusive) até 15/10/2015 (inclusive)	0,40%
16/10/2015 (inclusive) até 15/10/2016 (inclusive)	0,30%
16/10/2016 (inclusive) até 14/09/2017 (inclusive)	0,20%

Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou a Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série de quaisquer Debêntures da Primeira Série custodiadas eletronicamente no SND, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou a Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série de quaisquer Debêntures da Primeira Série custodiadas na BM&FBOVESPA, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou a Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série de quaisquer Debêntures da Primeira Série não vinculadas à CETIP ou à BM&FBOVESPA, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Facultativa Parcial, conforme o caso seguirá os procedimentos adotados pelo Agente Escriturador e/ou Banco Mandatário.

A CETIP, e/ou a BM&FBOVESPA, e/ou o Agente Escriturador, e/ou o Banco Mandatário deverão ser comunicados pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou a Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou a Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, por meio de envio de correspondência neste sentido.

A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ou Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer momento, adquirir Debêntures da Primeira Série em Circulação. A Emissora não poderá, nos 2 primeiros anos contados a partir da Data de Emissão, adquirir Debêntures da Segunda Série em Circulação, nos termos do Art. 1º, §1º da Lei 12.431/11.

Observado o disposto acima, a Emissora poderá, adquirir Debêntures em Circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso.

As Debêntures da Primeira Série adquiridas pela Autoban poderão (1) ser canceladas; (2) permanecer em tesouraria; ou (3) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures da Segunda Série que forem adquiridas pela Emissora deverão ser canceladas.

As Debêntures da Primeira Série adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Escritura de Emissão se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação.

Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% ao mês sobre o montante devido; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% sobre o valor devido e não pago, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Tratamento Tributário das Debêntures da Segunda Série e Imunidade Tributária

As Debêntures da Segunda Série gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431 e, conseqüentemente, também gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida Lei.

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário e Escriturador, sob pena de ter descontados dos rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento, as Debêntures da Segunda Série deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei, desde que por sua culpa ou dolo, a Emissora desde já se obriga a, seu exclusivo critério, (a) arcar com todos os impostos de renda que venham a ser devidos pelos Debenturistas sobre a Remuneração das Debêntures da Segunda Série de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos impostos não fossem incidentes, ou (b) recomprar a totalidade das Debêntures da Segunda Série, observados os termos da Lei 12.431.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, e/ou os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures prevista na Escritura de Emissão, por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas no que se refere à integralização das Debêntures, até o 1º Dia útil subsequente, se a data do seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo ou ainda quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

Publicidade

Exceto pelo aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400, pelo Anúncio de Início, pelo Anúncio de Encerramento, que serão disponibilizados na página da Emissora na Internet (www.autoban.com.br) e publicados nos jornais “Jornal de Jundiaí” e no “Valor Econômico”, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente disponibilizados, na forma de comunicado na página da Emissora na Internet, bem como no DOESP e no “Jornal de Jundiaí”, ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais.

Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

Direito de Preferência

Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Classificação de Risco

Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Standard & Poor's Ratings Services, que atribuiu rating “brAAA” às Debêntures.

Vencimento Antecipado

Observado o disposto abaixo, nos termos da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário, atualizado conforme o disposto acima, ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação,

acrescido da Remuneração correspondente, calculada pro rata temporis, desde a Data de Subscrição e Integralização o ou a data de pagamento da Remuneração correspondente imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, ao tomar ciência da ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (I) não pagamento, pela Emissora, de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas respectivas Datas de Vencimento, por período superior a 2 Dias Úteis, contados das Datas de Vencimento;
- (II) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto materialmente relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, que afetem de forma adversa as Debêntures, conforme notificação do Agente Fiduciário;
- (III) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (IV) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora, em valor individual ou agregado, superior a R\$70.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão pelo IGP-M, salvo se a Emissora comprovar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 Dias Úteis contados a partir da data do não pagamento, que referido não pagamento (1) foi sanado pela Emissora; ou (2) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (V) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resulte na perda, pela CCR, do controle direto e indireto da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (VI) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, de autofalência ou pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal e/ou decretação de falência da Emissora, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (VII) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (VIII) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, exceto se tal alteração referir-se à ampliação da atuação da Emissora, mantidas as atividades relacionadas ao setor de infraestrutura;
- (IX) término antecipado do Contrato de Concessão;
- (X) descumprimento, pela Emissora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$70.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se no prazo de 30 Dias Úteis contado a partir da data fixada para pagamento os efeitos de tal sentença forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem;

- (XI) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$70.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se (1) no prazo máximo de até 30 Dias Úteis contados da data da intimação do protesto, a Emissora comprovar que referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi susinado ou cancelado; ou (2) a Emissora prestar garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo Poder Judiciário;
- (XII) pagamento de dividendos pela Emissora e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados ao dividendos obrigatórios;
- (XIII) pagamento de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da Emissora seja superior a 4 vezes (“Índice Financeiro”); e
- (XIV) redução do capital social da Emissora sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das Debêntures em Circulação, manifestada nas respectivas Assembléias Gerais de Debenturistas convocada para esse fim.

Para fins do disposto no item (xiii) acima, entende-se por: (a) “Dívida Líquida” a somatória dos valores correspondentes a (1) empréstimos bancários de curto prazo; (2) debêntures no curto prazo; (3) empréstimos bancários de longo prazo; (4) debêntures no longo prazo e, ainda, (5) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores, menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários; (b) “EBITDA”, para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora (1) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão - ágio; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 meses; (c) “Dívida Líquida/EBITDA” a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA;

O quociente Dívida Líquida/EBITDA será verificado semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou submetidas à revisão especial de auditores independentes contratados pela Emissora, conforme o caso, e publicadas nos prazos legais aplicáveis. Na hipótese da ocorrência de alterações nas normas ou práticas contábeis que impactem a forma e/ou o resultado da apuração da relação Dívida Líquida/EBITDA da Emissora, a Emissora deverá convocar uma Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, para que seja definida nova metodologia de apuração desta relação de modo a refletir a metodologia de apuração em vigor na Data de Emissão, nos termos previstos na Escritura de Emissão.

A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens I, IV, VI, VII, IX, X, XI e XII acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor das Debêntures acrescido dos Encargos Moratórios devidos, conforme o caso.

Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas cláusulas 8.6 e 8.7 da Escritura de Emissão, convocar, no prazo máximo de 2 Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, Assembleias Gerais de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei.

O vencimento antecipado não será decretado, se, nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas, (1) Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das respectivas Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações objeto desta Escritura de Emissão; ou (2) os trabalhos forem suspensos para deliberação em data posterior. Em caso de (1) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item (i) anterior ou (2) não instalação, em segunda convocação, das respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas acima indicadas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações objeto da Escritura de Emissão.

Em caso de declaração de vencimento antecipado, a Autoban obriga-se a pagar o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Autoban nos termos da Escritura de Emissão e/ou de quaisquer documentos desta Oferta, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigados, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado” deste Prospecto.

Assembleia Geral de Debenturistas

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. Deverá ser realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas comum a ambas as Séries, desde que possua a mesma ordem do dia. Poderá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para cada uma das Séries, desde que o seja para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva Série.

Convocação

A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série e por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% das respectivas Debêntures em Circulação.

A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item Publicidade, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

As Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série e as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série e pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os quora estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

Quorum de Instalação

A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

Quorum de Deliberação

Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série e das Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture da Primeira Série e a cada Debênture da Segunda Série em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Exceto se de outra forma estiver estipulado na Escritura de Emissão, ou os demais quoruns expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures da Primeira Série em Circulação, ou de Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

Não estão incluídas no quorum a que se refere o parágrafo acima as seguintes alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, em Assembleia Geral de Debenturistas no mínimo, 90% das respectivas Debêntures em Circulação, (1) os quoruns expressamente previstos na Escritura de Emissão; e (2) as alterações (a) dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (b) do quorum de deliberação das Assembleias Gerais; (c) da redução da Remuneração (exceto os casos expressamente previstos na Escritura); (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) da espécie das Debêntures para uma espécie com menor prioridade de seus créditos em caso de falência da Emissora; (f) da criação de evento de repactuação; e (g) das disposições relativas à aquisição facultativa, previstas na cláusula 6.18 da Escritura de Emissão.

Qualquer alteração nos Eventos de Inadimplemento, acima descritos, deverão ser aprovados por Debenturistas representando, em Assembleia Geral de Debenturistas, no mínimo, 75% das respectivas Debêntures em Circulação.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos da Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplicação da Lei das Sociedades por Ações

Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

Emissões feitas pela Emissora, Sociedade Coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupos da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário

Com base no organograma da Emissora, para os fins do disposto nos artigos 10, §2º e 12, alínea k, ambos da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário atua ou atuou nas seguintes emissões:

- (a) Na 1ª emissão de debêntures simples, com garantira real, em três séries, de emissão da Emissora, no valor total de R\$50.000.000,00, com emissão de 51.000 debêntures, em 01 de abril de 2006, sendo que as datas de vencimento das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª série são, respectivamente, 1º de abril de 2014, 1º de abril de 2013 e 1º de outubro de 2012. A emissão teve seu valor integralmente garantido por (1) penhor de 55% dos recebíveis de pedágio e de receitas adicionais; (2) penhor de 55% dos direitos de conta correntes vinculadas; (3) penhor de 55% das ações de emissão da Autoban de titularidade da CCR; e (4) cessão fiduciária de 55% da eventual indenização do Poder Concedente. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas a amortização programada, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (b) Na 4ª Emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, convolada em espécie quirografária, em série única da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (“Via Oeste”), no valor total de R\$750.000.000,00, com a emissão de 75.000 debêntures em 28 de abril de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 28 de maio de 2017. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (c) Na 2ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (“Rodoanel”), no valor total de R\$1.800.000.000,00, com a emissão de 180.000, em 05 de maio de 2011, sendo que a data de vencimento das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª série são, respectivamente 5 de maio de 2014, 5 de maio de 2015 e, 5 de maio de 2016. Referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR e pela Encalso Construções Ltda. (“Encalso”), no montante total de 100% do valor da emissão, sendo 95% garantido por fiança da CCR e 5% garantido por fiança da Encalso. Adicionalmente, as debêntures da 3ª série contarão com fiança de 5% do valor total da série, qual seja R\$750.000.000,00, prestada por Alberto Bagdade e Mário Múcio Eygênio Damha. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

- (d) Na 1ª Emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, em série única da Renovias Concessionárias S.A. (“Renovias”), no valor total de R\$140.000.000,00, com a emissão de 140 debêntures em 01 de fevereiro de 2010, sendo que a data de vencimento das debêntures é 1º de fevereiro de 2015. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas a amortização programada, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (e) Na 2ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (“SP Vias”), no valor total de R\$400.000.000,00, com a emissão de 40.000 debêntures em 05 de julho de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 5 de julho de 2016. A referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR S.A. no montante total de 100% do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto Emissora, dos Coordenadores e da CVM, a partir da data de publicação do Anúncio de Início, nos endereços indicados na seção “Identificação da Emissora, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores” deste Prospecto.

Forma e Procedimento de Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob regime de garantia firme de colocação para as Debêntures da Primeira Série e sob o regime de melhores esforços de colocação para as Debêntures da Segunda Série, com intermediação dos Coordenadores da Oferta e do Coordenador Contratado, por meio do SDT, operacionalizado e administrado pela CETIP, mediante observância do plano de distribuição descrito abaixo.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmados contratos de estabilização de preço e/ou de garantia de liquidez para as Debêntures.

Plano de Distribuição das Debêntures

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores da Oferta e o Coordenador Contratado deverão realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição acordado entre as partes e adotado em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (1) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (2) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores da Oferta e do Coordenador Contratado; e (3) que os representantes de venda dos Coordenadores da Oferta e do Coordenador Contratado recebam previamente o exemplar dos Prospectos, para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado. O plano de distribuição é fixado pelos Coordenadores da Oferta e do Coordenador Contratado, em conjunto com a Emissora, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, Coordenador Contratado e da Emissora.

A partir de cinco Dias Úteis contados da data da publicação do Aviso ao Mercado, os Coordenadores da Oferta realizaram a Oferta para os Investidores de Varejo por meio de recebimento de Pedidos de Reserva, irrevogáveis e irretiráveis, exceto pelo disposto no inciso IX do item "Oferta de Varejo" abaixo e nas seções "Suspensão e Cancelamento da Oferta pela CVM" e "Alteração das Circunstâncias, Modificação ou Revogação da Oferta", e aos Investidores Institucionais por meio do Procedimento de *Bookbuilding*.

As Debêntures serão distribuídas aos investidores durante o Prazo de Colocação e serão subscritas pelo Preço de Subscrição e Integralização. A liquidação física e financeira das Debêntures da Primeira Série está prevista para ser realizada até as 16 horas do primeiro Dia Útil subsequente a publicação do Anúncio de Início, a liquidação física e financeira das Debêntures da Segunda Série está prevista para ser realizada até as 16 horas do primeiro Dia Útil imediatamente posterior à Data de Liquidação da Primeira Série.

Os Coordenadores da Oferta e o Coordenador Contratado realizarão a distribuição pública da totalidade das Debêntures. A colocação pública das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou BM&FBOVESPA; (c) a publicação do Anúncio de Início; (d) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo e Formulário de Referência; e, (e) com relação às Debêntures da Segunda Série, (i) a sanção presidencial ao artigo 71 do Projeto de Lei, bem como a publicação da respectiva lei no Diário Oficial da União, na forma aprovada e encaminhada à sanção presidencial pelo Senado Federal em 17 de agosto de 2012, e (ii) a publicação da Portaria do Ministério dos Transportes no Diário Oficial da União.

Destaca-se que a sanção presidencial ao artigo 71 do Projeto de Lei foi realizada dia 17 de setembro de 2012, bem como sua publicação no Diário Oficial da União foi realizada em 18 de setembro de 2012. Adicionalmente, em 13 de setembro de 2012 foi publicada a Portaria nº 214 do Ministério dos Transportes.

Desta forma as condições, previstas no item (e) acima, para emissão das Debêntures da Segunda Série foram plenamente atendidas e, portanto, as condições para emissão das Debêntures são (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM, (b) a publicação do anúncio de início da Oferta, a ser publicado pela Emissora e Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, (c) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, e (d) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo, incluindo, por incorporação por referência, o Formulário de Referência da Emissora.

Oferta de Varejo

Os Investidores de Varejo participarão da Oferta de Varejo que será composta apenas por Debêntures da Segunda Série, devendo ser considerados somente os Pedidos de Reserva realizados no Período de Reserva e no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.

Ressalvado o disposto no item (v) abaixo, o montante equivalente a, no máximo, 60% das Debêntures da Segunda Série (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) será destinado, prioritariamente, à colocação pública para Investidores de Varejo que realizarem os respectivos Pedido de Reserva, que deverão ser preenchidos nas condições a seguir expostas:

- I. cada um dos Investidores de Varejo interessados efetuou o Pedido de Reserva de Debêntures da Segunda Série, perante uma única Instituição Intermediária, tendo preenchido o Pedido de Reserva, sem necessidade de depósito prévio do investimento pretendido, observados os valores mínimo e máximo de investimento de R\$3.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, por Investidor de Varejo: (a) Período de Reserva; ou (b) Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, para os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas.
- II. no Pedido de Reserva, os Investidores de Varejo tiveram a faculdade:
 - a) como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva e aceitação da Oferta, de estipular uma taxa mínima para os Juros Remuneratórios das Debêntures da Série que serviu de base para a definição da Remuneração das Debêntures da Segunda Série caso (i) a taxa de juros referente à Remuneração das Debêntures da Segunda Série, fixada após o Procedimento de *Bookbuilding*, seja inferior à taxa estabelecida pelo Investidor de Varejo, ou (ii) caso o Investidor de Varejo tenha estipulado como taxa mínima para a Remuneração das Debêntures da Segunda Série uma taxa superior à taxa máxima indicada no item "Remuneração" acima, o Pedido de Reserva desse Investidor de Varejo será automaticamente cancelado;

- b) de condicionar a sua participação na Oferta à distribuição da totalidade das Debêntures da Segunda Série inicialmente ofertadas (sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares). Caso o Investidor de Varejo estipule em seu Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva e aceitação da Oferta, a distribuição da totalidade das Debêntures da Segunda Série inicialmente ofertadas (sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares), e seja constatado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* que as Debêntures da Segunda Série inicialmente ofertadas (sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares) não foram totalmente distribuídas, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Intermediária que o tiver recebido;
 - c) de condicionar a sua participação na Oferta, na hipótese de uma distribuição parcial das Debêntures da Segunda Série (sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares), a aceitação da totalidade ou proporção de suas ordens de investimento. Caso o Investidor de Varejo estipule em seu Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva e aceitação da Oferta, na hipótese de uma distribuição parcial das Debêntures da Segunda Série (sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares), a aceitação da totalidade ou proporção de suas ordens de investimento, e seja constatado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* que tal condição não possa ser atendida, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Intermediária que o tiver recebido.
- III. Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures da Segunda Série (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não foi permitida a colocação de Debêntures da Segunda Série perante Investidores de Varejo que fossem Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que fossem Pessoas Vinculadas, automaticamente cancelados, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante os Investidores de Varejo que fossem Pessoas Vinculadas que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;
- IV. caso o total de Debêntures objeto dos Pedidos de Reserva apresentados pelos Investidores de Varejo não cancelados em virtude de desconformidade com os termos e condições da Oferta, bem como nos termos dos itens II e III acima ("Pedidos de Reserva Admitidos"), seja igual ou inferior a 60% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), serão integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva Admitidos, e as Debêntures remanescentes serão destinadas aos Investidores Institucionais nos termos da Oferta Institucional;
- V. caso o total de Debêntures correspondente aos Pedidos de Reserva Admitidos exceda o percentual prioritariamente destinado à Oferta de Varejo, qual seja, 60% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), os Coordenadores da Oferta, em comum acordo com a Emissora, poderão manter a quantidade de Debêntures inicialmente destinada à Oferta de Varejo ou elevar tal quantidade a um patamar compatível com os objetivos da Oferta, procedendo, em seguida, ao atendimento dos Investidores de Varejo, de forma a atender, total ou parcialmente, os Pedidos de Reserva Admitidos, observado, se for o caso, o rateio entre os Investidores de Varejo proporcionalmente ao montante de Debêntures indicado nos respectivos Pedidos de Reserva Admitidos e não alocado ao Investidor de Varejo, não sendo consideradas frações de Debêntures;
- a) em primeiro lugar, será realizada a divisão igualitária e sucessiva das Debêntures da Segunda Série destinadas à Oferta de Varejo, entre todos os Pedidos de Reserva Admitidos, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva, até o limite de R\$15.000,00 ou 15 Debêntures da Segunda Série por Investidor de Varejo ("Montante Preferencial");

b) uma vez atendido o critério de rateio descrito na alínea (a) acima, as Debêntures da Segunda Série destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas entre os Investidores de Varejo, proporcionalmente ao montante de Debêntures da Segunda indicado nos respectivos Pedidos de Reserva Admitidos e não alocado ao Investidor de Varejo, não sendo consideradas frações de Debêntures;

c) caso o montante destinado para o atendimento da Oferta de Varejo seja superado em decorrência do atendimento prioritário de até 15 Debêntures da Segunda Série por Investidor de Varejo, conforme estabelecido na alínea (a) acima, um novo Montante Preferencial, inferior ao originalmente fixado, deverá ser estipulado de modo que, aplicado a todos os Pedidos de Reserva Admitidos, não supere o montante destinado para atendimento da Oferta de Varejo; e

d) caberá à Emissora, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado, definir a forma de realização do rateio entre as séries.

- VI. até o final do Dia Útil imediatamente anterior à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados ao Investidor de Varejo, pela Instituição Intermediária que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência: (a) a Data de Liquidação e Subscrição das Debêntures da Segunda Série; (b) a quantidade de Debêntures da Segunda Série, alocada ao Investidor de Varejo, após o atendimento, se for o caso, dos critérios de rateio previstos no item V acima; e (c) a Remuneração das Debêntures da Segunda Série;
- VII. até as 11 horas da Data de Liquidação das Debêntures da Segunda Série, cada Investidor de Varejo deverá pagar o Preço de Subscrição e Integralização das Debêntures alocadas nos termos do item VI acima à Instituição Intermediária que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, com recursos imediatamente disponíveis; e
- VIII. nas hipóteses de identificação de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Definitivo que alterem substancialmente o risco assumido pelo Investidor de Varejo, ou a sua decisão de investimento poderá o referido Investidor de Varejo desistir do Pedido de Reserva nos termos do artigo 45 da Instrução CVM 400. Nesta hipótese, o Investidor de Varejo deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Intermediária que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, em conformidade com os termos do respectivo Pedido de Reserva, conforme procedimento descrito nas seções “Suspensão e Cancelamento da Oferta pela CVM” e “Alteração das Circunstâncias, Modificação ou Revogação da Oferta” deste Prospecto.

Oferta Institucional

As Debêntures da Segunda Série que não tiverem sido alocadas aos Investidores de Varejo, as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures Suplementares e Adicionais, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais, de acordo com o seguinte procedimento:

- I. os Investidores Institucionais interessados em subscrever Debêntures deveriam apresentar suas intenções de investimento aos Coordenadores da Oferta, inexistindo pedidos de reserva ou limites máximos de investimento;
- II. tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não foi permitida a colocação de Debêntures perante Investidores Institucionais que fossem Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que fossem Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400;

- III. caso as intenções de investimento apresentadas pelos Investidores Institucionais excedam o total de Debêntures remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, os Coordenadores da Oferta darão prioridade aos Investidores Institucionais que, no entender dos Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, melhor atendam os objetivos da Oferta, quais sejam, constituir uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das perspectivas da Emissora e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, bem como criar condições para o desenvolvimento do mercado local de títulos corporativos de renda fixa, com ênfase em negociações secundárias;
- IV. até o final do Dia Útil imediatamente anterior à data de publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores informarão aos Investidores Institucionais, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile: (a) a Data de Liquidação das Debêntures Primeira Série e/ou a Data de Liquidação das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, (b) a quantidade de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, alocadas ao Investidor Institucional; e (c) a Remuneração das Debêntures Primeira Série e/ou a Remuneração das Debêntures Segunda Série, conforme o caso; e
- V. nas hipóteses de identificação de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Definitivo que alterem substancialmente o risco assumido pelo Investidor Institucional, ou a sua decisão de investimento poderá o referido Investidor Institucional desistir da intenção de investimento nos termos do artigo 45 da Instrução CVM 400. Nesta hipótese, o Investidor Institucional deverá informar sua decisão de desistência da intenção de investimento à Instituição Intermediária que recebeu a respectiva intenção de investimento, conforme procedimento descrito nas seções “Suspensão e Cancelamento da Oferta pela CVM” e “Alteração das Circunstâncias, Modificação ou Revogação da Oferta” deste Prospecto.

Regime de Colocação

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta realizarão a distribuição pública da totalidade das Debêntures, sendo que as Debêntures da Primeira Série serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária, e as Debêntures da Segunda Série serão distribuídas sob o regime de melhores esforços de colocação, respondendo cada qual exclusivamente pela parcela indicada abaixo. As Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures do Lote Adicional, se houver, serão distribuídas pelos Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado em regime de melhores esforços.

A garantia firme de colocação para as Debêntures da Primeira Série, aqui descrita, é outorgada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, correspondendo à obrigação de disponibilizar o montante máximo total de R\$850.000.000,00 à Emissora, conforme proporção abaixo.

Coordenadores	Montante da Garantia Firme
HSBC	R\$ 350.000.000,00
BB-BI	R\$ 350.000.000,00
CAIXA	R\$ 150.000.000,00
Total	R\$ 850.000.000,00

Observados os limites descritos acima, na hipótese de não haver demanda de mercado apurada no Procedimento de *Bookbuilding* para a colocação da totalidade das Debêntures da Primeira Série, a garantia firme de colocação prestada pelos Coordenadores da Oferta deverá ser exercida de forma proporcional às suas respectivas participações descritas acima, individual e não solidariamente, por cada um deles sobre o montante de Debêntures da Primeira Série e que restar após a subscrição das Debêntures da Primeira Série pelos Investidores. Desta forma, se as Debêntures da Primeira Série não tiverem sido totalmente colocadas até o primeiro Dia Útil subsequente a publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta deverão subscrever o eventual saldo remanescente de Debêntures da Primeira Série, na proporção prevista acima, até a Data de Liquidação das Debêntures da Primeira Série, respeitadas as condições do Contrato de Distribuição, em especial o prazo de validade da garantia firme de colocação (“Data de Liquidação Garantia Firme”).

Na hipótese de não haver subscrição e integralização por parte de investidor que tenha manifestado adesão à Oferta no Procedimento de *Bookbuilding*, sua manifestação de adesão será considerada como cancelada, e as Debêntures objeto de tal manifestação poderão ser colocadas perante outros investidores observado o Prazo de Distribuição e a garantia firme de colocação prestada pelos Coordenadores da Oferta.

A prestação da garantia firme de colocação pelos Coordenadores da Oferta somente será exercível (1) após o cumprimento de todas as condições precedentes descritas no Contrato de Distribuição e (2) na hipótese de não haver demanda de mercado para a totalidade das Debêntures da Primeira Série. As Debêntures da Primeira Série que tiverem sido efetivamente subscritas e integralizadas por Investidores Institucionais serão abatidas do montante de garantia firme de colocação.

Em caso de exercício da opção de colocação das Debêntures do Lote Suplementar e das Debêntures de Lote Adicional, a liquidação das Debêntures do Lote Suplementar e das Debêntures de Lote Suplementar serão realizada na Data de Liquidação das Debêntures da Primeira Série, quando se tratar de Debêntures da Primeira Série, ou na Data de Liquidação das Debêntures da Segunda, quando se tratar de Debêntures da Segunda Série.

As Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures do Lote Adicional serão distribuídas pelo Coordenador Líder e Coordenador em regime de melhores esforços.

No caso de exercício de garantia firme pelos Coordenadores da Oferta, a subscrição será feita pelo respectivo Preço de Subscrição e Integralização.

Após a integral colocação das Debêntures, será publicado Anúncio de Encerramento.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores da Oferta eventualmente (1) venham a subscrever Debêntures da Primeira Série por força da Garantia Firme prestada nos termos da Cláusula 5.1 do Contrato de Distribuição; e (2) tenham interesse em vender tais Debêntures da Primeira Série antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures da Primeira Série será limitado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido da respectiva Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures da Primeira Série pelos Coordenadores da Oferta após a publicação do Anúncio de Encerramento poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures da Primeira Série, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Entrega das Debêntures

A entrega das Debêntures subscritas deverá ser efetivada na Data de Liquidação das Debêntures Primeira Série (com relação às Debêntures da Primeira Série) e/ou na Data de Liquidação das Debêntures da Segunda Série (com relação às Debêntures da Segunda Série), conforme o caso, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do Valor Nominal Unitário multiplicado pela quantidade de Debêntures subscritas.

Comissionamento

Pelos serviços de (1) estruturação e coordenação, (2) colocação das Debêntures da Primeira Série, (3) bem como pela prestação da garantia firme de colocação, os Coordenadores da Oferta farão jus às comissões descritas abaixo (“Comissionamento”):

- a) Comissão de Estruturação e Coordenação: a 0,06%, incidente sobre o número total de Debêntures emitidas, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário;
- b) Comissão de Colocação: a 0,07%, incidente sobre o número total de Debêntures da Primeira Série efetivamente subscritas e integralizadas, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário; e
- c) Comissão de Garantia Firme: a 0,09%, incidente sobre o número total de Debêntures da Primeira Série objeto do regime de garantia firme, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário, independentemente do efetivo exercício da garantia firme; e

Pelos serviços de colocação das Debêntures da Segunda Série, os Coordenadores da Oferta e o Coordenador Contratado farão jus à comissão de Colocação Debêntures da 2ª Série, correspondente a 1,00% (um por cento), incidente sobre o número total de Debêntures da 2ª série colocados de forma individual pelos Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado.

Adicionalmente, caso a taxa de remuneração das Debêntures da Primeira Série seja reduzida durante o Processo de *Bookbuilding*, em relação à taxa inicial estabelecida e acordada entre as Partes, os Coordenadores da Oferta farão jus a uma comissão de sucesso em valor equivalente a 15% do valor presente (descontado à taxa equivalente) da economia total gerada pela redução da taxa final de *Bookbuilding* em relação à taxa inicial de *Bookbuilding* considerando o prazo total da emissão, incidente sobre o montante total das Debêntures emitidas.

Nenhuma outra remuneração será contratada ou paga pela Emissora aos Coordenadores da Oferta, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência desta Oferta, sem prévia manifestação da CVM.

O pagamento das comissões previstas acima, devidas aos Coordenadores da Oferta deverá ser realizado à vista, na Data de Subscrição e Integralização.

A Emissora arcará com os pagamentos relativos ao Comissionamento e reembolso devido aos Coordenadores da Oferta e ao Coordenador Contratado no âmbito da Emissão, nos termos do Contrato de Distribuição. A Emissora deverá fazer os pagamentos devidos líquidos de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza, incluindo-se quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre a Oferta, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já

existentes. Dessa forma, todos os pagamentos relativos ao Comissionamento serão acrescidos dos valores relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS; à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS; e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, de forma que os Coordenadores da Oferta e o Coordenador Contratado recebam o Comissionamento como se tais tributos não fossem incidentes (“Gross up”). Os Coordenadores da Oferta e o Coordenador Contratado concordam que a obrigação constante deste item não se aplica à retenção de Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL devida sobre os pagamentos feitos a título de Comissionamento. Caso a Emissora seja obrigada a reter qualquer valor do Comissionamento devido aos Coordenadores da Oferta e o Coordenador Contratado por conta de lei, deverá pagar valores adicionais de modo que os Coordenadores da Oferta e o Coordenador Contratado recebam os mesmos valores que teriam recebido caso nenhuma retenção fosse feita.

As Instituições Participantes da Oferta firmarão recibo para a Emissora, dando quitação da importância recebida conforme acima, em até 5 dias úteis a partir da data de seu recebimento.

Reembolso de Despesas

No âmbito da Oferta, a Emissora deverá reembolsar os Coordenadores da Oferta das despesas e custos incorridos por eles em relação aos trabalhos referentes à Emissão, nos termos do Contrato de Distribuição.

Sobre as Debêntures

A Lei 12.431 criou as chamadas debêntures incentivadas (ou, ainda, “debêntures de infraestrutura”) (“Debêntures Incentivadas”), que podem ser emitidas para financiar projetos de infraestrutura de longo prazo, considerados prioritários pelo Governo Federal.

Tais debêntures, desde que atendam aos requisitos previstos na Lei 12.431 e demais normativos aplicáveis, garantem um tratamento tributário favorecido aos seus investidores (pessoas físicas ou jurídicas), residentes ou domiciliados no Brasil e/ou no exterior. Basicamente, rendimentos auferidos por investidores sujeitam-se à incidência do imposto de renda, exclusivamente na fonte, às seguintes alíquotas: (i) investidores localizados no exterior encontram-se sujeitos a alíquota de 0% (desde que invistam no Brasil nos termos da Resolução CMN 2.689/00 e não estejam localizados em Países de Tributação Favorecida); (ii) investidores pessoas físicas localizadas no País ficam também sujeitos a alíquota de 0%; e (iii) investidores pessoas jurídicas localizadas no País encontram-se sujeitos à alíquota reduzida de 15% para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (para maiores informações vide tabela abaixo).

Regime Tributário Especial – Comparativo

Investimento	Investidor	IR	IOF/ Câmbio no Ingresso dos Recursos
Debêntures Incentivadas	Pessoas Físicas	0%	-
	Pessoas Jurídicas	15% exclusivamente na fonte, ou seja, tributação total pelo IRPJ/CSL de 24% (15% + 9%) ou de 30% (15% + 15%) para instituições financeiras e assemelhadas	-
	Não-residentes (2689 e não situado em País de Tributação Favorecida)	0%	0%
Debêntures	Pessoas Físicas	22,5% a 15%, dependendo do prazo	-
	Pessoas Jurídicas	22,5% a 15% na fonte, dependendo do prazo, como antecipação do devido, ou seja, tributação total pelo IRPJ/CSL de 34% (25% + 9%) ou de 40% (25% + 15%) para instituições financeiras e assemelhadas	-
	Não-residentes (2689 e não situado em País de Tributação Favorecida)	15%	6%

Conforme abaixo mencionado, as debêntures incentivadas devem observar certos requisitos para que gozem do tratamento tributário diferenciado, dentre os quais (a) ser objeto de oferta pública, (b) destinação dos recursos da oferta deve ser feita para projetos considerados como prioritários, nos termos do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011 (“Decreto 7.603/2011”), (c) prazo médio ponderado da oferta deve ser superior a 4 anos, dentre outros.

A criação das debêntures incentivadas representa um esforço do Governo Federal de fomentar não apenas o investimento em infraestrutura, como ainda promover captações de dívida de longo prazo por companhias brasileiras, complementando a tradicional atuação do BNDES e dos projetos que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Sociedade Emissora

As Debêntures Incentivadas devem ser emitidas por sociedades de propósito específico (“SPEs”) especialmente criadas para fins da implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como “prioritários”. A critério das SPEs, seu capital pode ser fechado ou aberto.

Projetos Prioritários

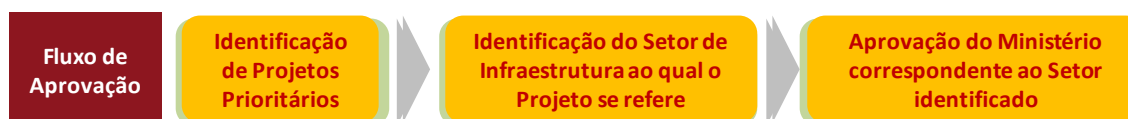
Para fins de caracterização de um projeto como “prioritário”, os projetos devem: (i) ser voltados a investimentos na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação; (ii) ser aprovados pelo Ministério setorial responsável; e (iii) visar à implementação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos seguintes setores:

- (a) Logística e transporte;
- (b) Mobilidade urbana;
- (c) Energia;

- (d) Telecomunicações;
- (e) Radiodifusão;
- (f) Saneamento básico; e
- (g) Irrigação.

A submissão dos Projetos deve ser realizada pela SPE interessada perante o respectivo ministério setorial competente. A confirmação de que determinado projeto será considerado como “prioritário” para fins da Lei 12.431 ocorrerá através da publicação de Portaria de aprovação editada pelo Ministério setorial responsável.

Abaixo, segue o fluxo ilustrativo para enquadramento de projetos como “prioritários” (observado o disposto no Decreto 7.603/2011):



Características das Debêntures Incentivadas e da Sua Oferta

As principais características das Debêntures Incentivadas podem ser resumidas da seguinte forma:

- (a) Remuneração por taxa de juros deve ser prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial (TR);
- (b) Vedada a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada;
- (c) Prazo médio ponderado superior a 4 anos;
- (d) Vedação à recompra nos 2 primeiros anos após a sua emissão e à liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento;
- (e) Inexistência de compromisso de revenda assumido pelo comprador;
- (f) Prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 dias;
- (g) Comprovação de que a debênture tenha sido negociada em mercados regulamentados de valores mobiliários; e
- (h) Alocação dos recursos da oferta em projeto prioritários de infraestrutura.

As Debêntures Incentivadas podem ser objeto de oferta pública nos termos da Instrução da CVM nº 400, bem como de oferta pública de esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476.

No caso de descumprimento quanto à implementação de projetos de investimento na forma aprovada, as pessoas jurídicas, integrantes das SPEs, ficam sujeitas à multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da Emissão.

As ofertas de Debêntures Incentivadas devem ser realizadas até a data limite de 31 de dezembro de 2015.

Suspensão e Cancelamento da Oferta pela CVM

A Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, (1) se estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da distribuição pública; ou (2) se for considerada ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A Oferta deverá ser suspensa quando a CVM verificar ilegalidade ou violação de regulamentos sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo esse prazo de 30 dias sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro.

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. A eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, bem como quaisquer outras informações ou avisos a ela relativos serão divulgados ao mercado e aos investidores que tenham aceitado a oferta imediatamente após a sua ocorrência, nos mesmos jornais de grande circulação habitualmente por nós utilizados.

É facultado aos investidores, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º dia útil posterior ao recebimento da comunicação da suspensão.

Todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado sua aceitação, na hipótese de suspensão, terão direito à restituição integral, sem adição de juros ou correção monetária e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, dos valores dados em contrapartida às Debêntures, os quais serão creditados na conta dos investidores, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da revogação aos investidores ou do recebimento da comunicação de revogação do investidor, no caso de suspensão.

Alteração das Circunstâncias, Modificação ou Revogação da Oferta

A Emissora, em decisão conjunta com os Coordenadores da Oferta, poderá solicitar modificação ou revogação da Oferta perante a CVM na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos debenturistas ou para renúncia à condição da Emissão estabelecida pela Emissora.

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Definitivo, do Prospecto Preliminar ou do Formulário de Referência que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; e/ou (b) a Oferta seja modificada ou revogada nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM nº 400, os investidores poderão desistir da sua adesão à Oferta, sendo que no caso de revogação todos os atos de aceitação da Oferta s tornar-se-ão ineficazes.

Nas hipóteses mencionadas acima, os investidores que já tenham aderido à Oferta deverão informar sua decisão de desistência às Instituições Participantes da Oferta até às 16:00 horas (1) do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (a) acima; e (2) do 5º dia útil em que os investidores forem comunicados diretamente sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, com indicação de data e procedimento para a restituição de eventual valor dado em contrapartida às Debêntures.

A suspensão e modificação da Oferta também deverá ser divulgada aos investidores, ao menos pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Aviso ao Mercado.

Caso os investidores não informem sua decisão de desistência da sua adesão à Oferta nos prazos mencionados acima, será presumida sua aceitação e, estes investidores deverão efetuar o pagamento pelas Debêntures pelas quais tenham formalizado interesse.

Terão direito à restituição integral, sem adição de juros ou correção monetária, e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis de sua manifestação, em conformidade com os termos do Contrato de Distribuição e dos Prospectos todos os Investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de sua revogação, incluindo a hipótese de não emissão de Debêntures de qualquer uma das séries, e os Investidores que tenham revogado a sua aceitação no prazo acima mencionado, na hipótese de divergência relevante entre os Prospectos, modificação ou suspensão da Oferta.

No caso de eventual modificação da Oferta, as Instituições Participantes da Oferta deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Demonstrativo de Custos da Oferta

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, da Oferta, com base no valor na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares.

Comissões e Despesas	Montante (em R\$)	% do Valor Total da Emissão
Volume Emissão	950.000.000,00	100,000
Comissão de Estruturação e Coordenação	570.000,00 (5)	0,060
Comissão de Colocação ⁽¹⁾	595.000,00	0,063
Comissão de Garantia Firme ⁽²⁾	765.000,00	0,081
Comissão de Sucesso ⁽³⁾	92.497,00	0,010
Comissão de Colocação das Debêntures da Segunda Série ⁽⁴⁾	1.000.000,00 (5)	0,105
Total de Comissões	3.022.497,00	0,318
Tributos Incidentes sobre o Comissionamento	195.837,75	0,021
Auditores	400.000,00	0,042
Advogados	130.000,00	0,014
Rating (anual)	60.000,00	0,006
Taxa de Registro na CVM	165.740,00	0,017
Taxa de Registro na ANBIMA (0,007%)	50.000,00	0,005
Publicações	155.000,00	0,016
Prospectos	15.000,00	0,002
Despesas com <i>Roadshow</i>	50.000,00	0,005
Total Despesas	1.221.577,75	0,129
Total de Comissões e Despesas	4.244.074,75	0,447
Valor Líquido para Emissora	945.755.925,25	99,553

⁽¹⁾ A comissão de colocação incide sobre o número total de Debêntures da 1ª Série efetivamente subscritas e integralizadas, multiplicado pelo Preço de Subscrição.

⁽²⁾ A comissão de garantia firme será calculada sobre o número total de Debêntures objeto do regime de garantia firme multiplicado pelo Preço de Subscrição, independentemente do efetivo exercício da garantia firme.

⁽³⁾ A comissão de sucesso foi calculada de acordo com a seção “Informações sobre a Oferta – Comissões, Prêmio e Despesas” deste Prospecto.

⁽⁴⁾ O comissionamento da Segunda Série será equivalente a 1% (um por cento) do volume distribuído de Debêntures da 2ª Série.

⁽⁵⁾ Os valores apresentados consideram a colocação integral das Debêntures da Segunda Série.

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Emissão:

Nº de Debêntures	Custo do Lançamento	Custo por Debênture	% em Relação ao Valor Nominal Unitário
950.000	4.244.074,75	4,46	0,446%

Cronograma das Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma das etapas da Oferta.

Nº	Evento	Data de Realização / Data Prevista ⁽¹⁾⁽²⁾
1.	Protocolo na ANBIMA do pedido de análise prévia da Oferta por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471 Publicação de fato relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	23/08/2012
2.	RCA da Emissão	29/08/2012
3.	AGE da Emissão	29/08/2012
4.	Publicação do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	17/09/2012
5.	Início das Apresentações a Potenciais Investidores	17/09/2012
6.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores	20/09/2012
7.	Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	24/09/2012
8.	Término do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	28/09/2012
9.	Término do Período de Reserva Início do período de coleta de intenções de investimento Encerramento do período de coleta de intenções de investimento	09/10/2012 10/10/2012
10.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	
11.	Obtenção do Registro da Oferta na CVM	18/10/2012
12.	Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início da Oferta	19/10/2012
13.	Subscrição, Integralização e Liquidação das Debêntures da Primeira Série	19/10/2012
14.	Subscrição, Integralização e Liquidação das Debêntures da Segunda Série	22/10/2012
15.	Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	24/10/2012

(1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e dos Coordenadores da Oferta.

(2) Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre os procedimentos aplicáveis a eventual cancelamento, suspensão, revogação ou modificação da Oferta, bem como sobre os procedimentos aplicáveis a eventual devolução e reembolso aos investidores daí decorrentes, vide seção “Informações sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Suspensão e Cancelamento da Oferta pela CVM e Alteração das Circunstâncias, Modificação ou Revogação da Oferta” deste Prospecto.

Para informações sobre o preço de subscrição e forma de integralização das Debêntures, vide seção “Informações Sobre a Oferta – Características da Oferta – Forma e Preço de Subscrição e Integralização” deste Prospecto.

Para informações sobre o prazo de distribuição junto ao público, ver seção “Informações Sobre a Oferta – Características da Oferta – Prazo de Subscrição” e “Informações sobre a Oferta – Características da Emissão – Contrato de Distribuição – Regime de Colocação” deste Prospecto. Para maiores informações sobre a posterior alienação das Debêntures adquiridas pelos Coordenadores da Oferta em decorrência da Garantia Firme, ver seção “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão – Contrato de Distribuição – Regime de Colocação”, do Prospecto.

Exceto pelo aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400, pelo Anúncio de Início, pelo Anúncio de Encerramento, que serão disponibilizados na página da Emissora na Internet (www.autoban.com.br) e publicados nos jornais “Jornal de Jundiaí” e no “Valor Econômico”, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente disponibilizados, na forma de comunicado na página da Emissora na Internet, bem como no DOESP e no “Jornal de Jundiaí”, ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais.

Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado

Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com o HSBC e seu conglomerado econômico.

Além do relacionamento referente à presente Oferta, a Emissora ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam nos últimos 12 meses bem como posições em aberto, na data deste Prospecto, as seguintes:

- a. coordenador líder na 1ª emissão de notas promissórias comerciais para a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., realizada em 28 de novembro de 2011, no volume de R\$ 130 milhões, com valor nominal unitário de R\$ 5,0 milhões e remuneração a 106,80% do DI a serem pagos na data de vencimento, 22 de novembro de 2012;
- b. coordenador líder na 2ª emissão de debêntures da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A, sociedade pertencente ao conglomerado econômico da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, perfazendo o montante de R\$1,8 bilhão na data de emissão, qual seja 5 de maio de 2011. A remuneração das debêntures da 1ª série corresponde a 109,20% do DI, 111,0% do DI para as debêntures da 2ª série e 112% DI para as debêntures da 3ª série. O vencimento das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª séries ocorrerá no dia 5 de maio de 2014, 2015 e 2016, respectivamente. O Coordenador Líder, atualmente, possui 17.236 debêntures da 2ª emissão da CRO;
- c. operações de FINAME/BNDES, contratadas em outubro de 2008 com vencimentos até agosto 2013, com remuneração de 3% a.a. e valor total aproximado de R\$339,0 mil com as concessionárias Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas – S/A e Via Oeste S/A.;
- d. coordenador líder na 1ª emissão de notas promissórias comerciais para a Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., no volume de R\$50 milhões na data de emissão, qual seja 29 de novembro de 2010, com valor nominal unitário de R\$5,0 milhões e remuneração a 106,50% do DI. Essas notas promissórias comerciais já foram integralmente pagas;

- e. coordenador líder na 3ª emissão de debêntures comerciais para a Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., no volume de R\$ 75 milhões na data de emissão, qual seja 22 de novembro de 2010, com valor nominal unitário de R\$ 5,0 milhões e remuneração a 106,50% do DI. Essas debêntures comerciais já foram integralmente pagas;
- f. emissão de Cédulas de Crédito Bancário relativa a aquisição de 80% do capital da empresa Barcas S.A., contratadas a partir de 23 de abril de 2012 com vencimentos até 15 de Outubro de 2013, prazos entre 60 e 90 dias, remunerações de CDI+1,20% a.a. e o valor total aproximado de R\$ 30,2 milhões; e
- g. prestação de serviços de cash management e folha de pagamentos para a empresa Barcas S.A. desde 2008, por prazo indefinido, com remuneração média anual em torno de R\$15.000,00 (quinze mil reais).

O Coordenador Líder rebeu, para atuar nas ofertas acima elencadas, comissionamento que variou de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 1.870.000,00 (um milhão oitocentos e setenta mil reais).

Na data deste Prospecto, a CCR, as sociedades Andrade Gutierrez Concessões S.A. - AGConcessões, Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. e Soares Penido Concessões S.A., controladoras diretas e indiretas da Emissora possuem uma conta corrente aberta cada junto ao Coordenador Líder.

A Emissora firmou em 18 de setembro de 2012, com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, um instrumento de termos gerais para contratação de operações de derivativos. Até a data deste Prospecto não foi firmada entre a Emissora e o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo nenhuma operação específica de derivativo sob tal instrumento. Caso a emissora venha a firmar com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo operações de derivativos estas observarão os termos e condições gerais do instrumento assinado e serão formalizadas por meio de instrumentos próprios.

O HSBC e/ou empresas de seu conglomerado econômico nos últimos 12 meses, não participaram em operações de reestruturações societárias envolvendo a Companhia e/ou empresas de seu grupo econômico e não realizaram qualquer aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o conglomerado econômico HSBC.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do HSBC como instituição intermediária da sua Oferta.

Relacionamento entre a Emissora e o BB-BI

Além da contratação do BB-BI como Coordenador da presente Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco do Brasil S.A., acionista controlador do Coordenador, no qual possui conta corrente.

Na data deste Prospecto, o grupo econômico CCR mantinha operações relevantes com o Banco do Brasil S.A., tendo as seguintes características: (1) Debêntures em carteira proprietária, sendo: 1.1) R\$130.000.000,00 da 2ª Emissão da Autoban, taxa de 108,50% CDI a.a., datada de 1º de abril de 2010 e com vencimento em 25 de setembro de 2012; 1.2) R\$300.000.000,00 da 2ª Emissão da NovaDutra, taxa de 110,50% CDI a.a., datada de 12 de novembro de 2010 e com vencimento em 28 de outubro de 2015; e 1.3) R\$250.000.000,00 da 2ª Emissão da SPVias, taxa de 109,30% CDI a.a., datada de 19 de julho de 2012 e com vencimento em 05 de julho de 2016; e (2) Notas Promissórias Comerciais da 1ª Emissão Pública da CCR S.A. em carteira proprietária, valor de R\$400.000.000,00, taxa de 105,00% CDI a.a., datada de 23 de maio de 2012 e com vencimento em 20 de maio de 2013.

Exceto pelas Debêntures em carteira proprietária do item (1) acima e pelas Notas Promissórias Comerciais do item (2) acima, o Banco do Brasil S.A. e/ou o BB-BI não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou do grupo econômico CCR, nos últimos 12 meses.

O BB-BI e/ou o Banco do Brasil S.A. e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não participaram em operações de reestruturações societárias envolvendo a Companhia ocorridas nos últimos 12 meses.

Adicionalmente, o BB-BI atuou como (1) coordenador líder na 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, emitidas em 25 de março de 2010, com dispensa do registro de emissão sob a Instrução CVM 476, em 06 de abril de 2010; (2) coordenador líder na 2ª Emissão de Debêntures da NovaDutra, emitidas em 28 de outubro de 2010, com dispensa do registro de emissão sob a Instrução CVM 476, em 17 de novembro de 2010; (3) coordenador líder na 2ª Emissão de Debêntures da SPVias, emitidas em 05 de julho de 2012, com dispensa do registro de emissão sob a Instrução CVM 476, em 01 de agosto de 2012; e (4) coordenador líder na 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias Comerciais da CCR S.A., emitidas em 23 de maio de 2012, com dispensa do registro de emissão sob a Instrução CVM 476, em 18 de junho de 2012.

O BB-BI recebeu, para atuar nas ofertas acima elencadas, comissionamento que variou de R\$41.305,00 (quarenta e um mil e trezentos e cinco reais) a R\$ 1.567.327,00 (um milhão quinhentos e sessenta e sete mil e trezentos e vinte e sete reais).

Não há outros relacionamentos entre o BB-BI e a Companhia que não os mencionados acima. Adicionalmente, a Emissora declara que não há conflitos de interesses envolvendo a Companhia, o BB-BI e sociedades de seus respectivos conglomerados econômicos.

Relacionamento entre a Emissora e a Caixa

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com a CAIXA e seu conglomerado econômico.

Além do relacionamento referente à presente Oferta, a Emissora ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com a Caixa Econômica Federal e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam nos últimos 12 meses, na data deste Prospecto, as seguintes:

- A Caixa é gestora e administradora do fundo de investimento exclusivo CX FI ROD RF CR, que tem como único investidor a Emissora e patrimônio líquido no valor de R\$ 2.753.916,93. A taxa de administração recebida varia de 0,08% a 0,15% ao ano, de acordo com o patrimônio líquido total do fundo.
- a CCR, as sociedades Andrade Gutierrez Concessões S.A. - AGConcessões, Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. e Soares Penido Concessões S.A., controladoras diretas e indiretas da Emissora possuem contas correntes abertas junto a Caixa.

A Caixa e/ou empresas de seu conglomerado econômico nos últimos 12 meses, não participaram em operações de reestruturações societárias ou financiamento envolvendo a Companhia e/ou empresas de seu grupo econômico e não realizaram qualquer aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o conglomerado econômico Caixa.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da Caixa como instituição intermediária da sua Oferta

Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Contratado

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Coordenador Contratado e as sociedades do seu grupo econômico não possuem relacionamento comercial prévio ou qualquer vínculo societário com a Emissora e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações de financiamento e reestruturações societárias, ocorridas nos últimos 12 meses.

A Emissora e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o Coordenador Contratado e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Contratado como instituição participante da Oferta.

Informações Adicionais

Os Coordenadores da Oferta e o Coordenador Contratado recomendam aos investidores que, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, leiam, nas seções “Sumário da Emissora - Principais Fatores de Risco relativos à Emissora” e “Fatores de Risco” deste Prospecto, respectivamente, e nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto, incluindo as seções 4 e 5, bem como nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas também incorporadas por referência a este Prospecto, para uma maior compreensão das nossas atividades e da Oferta. A leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência da Emissora incorporado por referência a este Prospecto possibilita uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta, dos fatores de risco e dos demais riscos a ela inerentes.

Nós, os Coordenadores da Oferta e o Coordenador Contratado alertamos os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes do Prospecto Preliminar, deste Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto.

O registro da Oferta pelo Procedimento Simplificado foi requerido junto à ANBIMA em 23 de agosto de 2012, estando a Oferta sujeita à análise prévia pela ANBIMA e à prévia aprovação e registro da CVM.

Maiores informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso dos Investidores de Varejo, também junto às Instituições Consorciadas.

Este Prospecto está disponível, a partir desta data, nos endereços e/ou websites indicados abaixo:

Companhia

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.

Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini nº 200

Jundiaí, SP, Brasil

13209-500

Tel: +55 11 4589-4005

Fax: +55 11 4589-4006

Website: www.autoban.com.br/sobre/RelacoesInvestidores.aspx (neste *website*, clicar em “Prospecto Definitivo da Oferta”).

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.064, 2º andar

São Paulo, SP, Brasil

CEP: 01451-000

Tel.: +55 11 3847- 5078

Fax: +55 11 3847- 9818

Website: <http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/operacoes-especiais/operacoes-especiais-mais-informacoes> - neste website acessar “Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.- Prospecto da 4ª Emissão de Debêntures”.

Coordenador

BB – Banco de Investimento S.A.

Rua Senador Dantas nº 105, 36º andar

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

CEP: 20231-204

Fone: +55 21 3808-3625

Fax: +55 21 2262-3862

Website: <http://www.bb.com.br/ofertapublica> - nesta página clicar em “AutoBan - Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.”, e em seguida clicar em “Leia o Prospecto Definitivo”.

Coordenador

Caixa Econômica Federal

Avenida Paulista nº 2.300, 12º andar

São Paulo, SP, Brasil

CEP: 01310-300

Fone: + 55 11 3555-6200

Fax: + 55 11 3555-9599

Website: <http://www1.caixa.gov.br/download/index.asp> - em tal página clicar em “Mercado de Capitais – Ofertas em Andamento”, e em seguida no item “Autoban – Prospecto Definitivo da 4ª Emissão de Debêntures”.

Coordenador Contratado

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.179, 8º andar

São Paulo, SP, Brasil

CEP: 01452-000

Tel.: +55 11 3526-1300

Fax: +55 11 3526-1350

Website: <http://www.xpi.com.br/conteudo/oferta-publica.aspx#pt>, na opção “4ª Emissão de Debêntures da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.”, clicar em “saiba mais”, em seguida em “Acesse o Prospecto Definitivo”.

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br - neste website acessar, na página inicial, “Empresas Listadas” e digitar “Autoban” no campo disponível. Em seguida acessar “Conc Sist Anhang-Bandeirant S.A. Autoban”, “Informações Relevantes” e, posteriormente, “Prospecto de Distribuição Pública” e clicar no link referente ao último Prospecto Definitivo disponível).

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

CEP: 20050-006

Tel.: + 55 21 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

São Paulo, SP, Brasil

CEP: 01333-010

Tel.: 55 + 11 2146-2006

Website: www.cvm.gov.br (neste *website*, (1) no campo, “Acesso Rápido”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações” e, posteriormente, (2) no campo, “1 - Consulta por parte de nome ou CNPJ de Companhias Abertas, nesta ordem, (a) digitar “Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.”, (b) clicar em “Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.”, (c) clicar em “Prospecto de Distribuição Pública” e (d) acessar nosso Prospecto de Distribuição Pública, versão de data mais recente).

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Website: www.cetip.com.br (neste *website*, (1) no campo, “Comunicados e Documentos”, clicar em “Prospectos” e, posteriormente, (2) no campo “Categoria de Documento”, nesta ordem, (a) selecionar “Prospectos de Debêntures”, (b) digitar “Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes” e selecionar o ano “2012”, (c) clicar em “Buscar”, e (d) clicar em “Autoban - Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S/A”, 4ª Emissão).

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

Website: <http://cop.anbima.com.br>, (neste *website*, (1) no campo “COP” a esquerda, clicar em “Acompanhar Análise de Ofertas” e, posteriormente, (2) clicar no protocolo “016/2012” “Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.” e acessar o link referente ao último Prospecto disponibilizado).

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Não existem empréstimos em aberto vinculados à Oferta que os Coordenadores da Oferta ou o Coordenador Contratado tenham nos concedido, ou a nosso Acionista Controlador. Para informações adicionais sobre as operações que nos envolvem e os Coordenadores da Oferta, o Coordenador Contratado e/ou sociedades de seus conglomerados econômicos, ver seção “Informações sobre a Oferta – Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores da Oferta e Coordenador Contratado” deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é indiretamente controlada pelo HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, parte do grupo SBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 86 países e territórios. Constituído no Brasil em 1997.

No Brasil, o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo conta com uma carteira composta por aproximadamente 5,4 milhões clientes pessoas físicas e 358 mil clientes pessoas jurídicas, e possui mais de 2,3 mil agências e postos de atendimento bancários e eletrônicos em 564 municípios. O HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo possui uma infra estrutura de 5,2 mil caixas automáticos e 2,4 mil ambientes de auto atendimento, além de canais de conveniência, tais como o internet banking e o Phone Centre do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo – Serviços Bancários.

O grupo HSBC, por meio de suas diversas empresas e escritórios, tem atuação global no mercado de estruturação e distribuição de títulos de dívidas corporativas.

No mercado de dívidas local, em 2008, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 12 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, no valor total de R\$ 3,325 bilhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R\$ 530,0 milhões em notas promissórias pela TCO-IP S.A., R\$ 105,0 milhões em debêntures simples do BIC Banco Arrendamento Mercantil S.A. e R\$ 220 milhões em debêntures simples pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. Participou da terceira emissão de notas promissórias da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A., no valor de R\$ 400 milhões, da quinta emissão de notas promissórias da Vivo Participações S.A., no valor de R\$ 550 milhões, da emissão de quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Athos Farma – Distribuição Farmacêutica, no valor de R\$ 190 milhões, da primeira emissão de debêntures da Unidas S.A., no valor de R\$ 250 milhões, da primeira emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$ 300 milhões, da primeira emissão de debêntures da Trisul S.A., no valor de R\$ 200 milhões, da terceira emissão de debêntures do BIC Arrendamento Mercantil S.A., no valor de R\$ 200 milhões, da segunda emissão de debêntures da Klabin Segall S.A., no valor de R\$ 230 milhões e da terceira emissão de debêntures da Energisa S.A., no valor de R\$ 150 milhões.

Em 2009, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 28 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures simples e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor total de R\$ 14,991 bilhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R\$ 230 milhões de notas promissórias da Bandeirante Energia S.A., de R\$ 495 milhões de notas promissórias simultaneamente por seis empresas controladas pela CPFL Energia S.A., de R\$ 1 bilhão de debêntures simultaneamente por sete empresas controladas pela CPFL Energia S.A., e de R\$ 208 milhões em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios que tem como cedente o Banco GMAC S.A.. Participou da segunda emissão de debêntures primeira emissão de notas promissórias da Battistella Administração e Participações S.A., no valor total de R\$ 162,2 milhões, da primeira emissão de debêntures da Natura Cosméticos S.A., no valor de R\$ 350 milhões, da segunda emissão de debêntures da Camargo Corrêa S.A., no valor de R\$ 1,0 bilhão, da quarta emissão de debêntures da Even Construtora e Incorporadora S.A., no valor de R\$ 75 milhões, da quarta emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, no valor de R\$ 900 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R\$ 550 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$ 2,7 bilhões, da primeira emissão de notas promissórias da Galvão Engenharia S.A., no valor de R\$ 120 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 200 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, no valor de R\$ 600 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 200 milhões, da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$600 milhões e da segunda emissão de debêntures da Rio Grande Energia S.A., no valor de R\$ 160 milhões.

Em 2010, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 28 operações de emissão de notas promissórias e debêntures no valor de, aproximadamente, R\$ 17,686 bilhões, atuando como coordenador líder na primeira e na segunda emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., ambas com o montante individual de R\$ 3 bilhões, na sétima emissão de debêntures da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, no valor de R\$ 80 milhões, na terceira emissão de debêntures da Julio Simões Logística S.A., no valor de R\$ 250 milhões, na primeira emissão de notas promissórias da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na primeira emissão de notas promissórias e na terceira emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., no valor de R\$ 50 milhões e R\$ 75 milhões, respectivamente, na segunda emissão de debêntures da Editora Abril S.A., no valor de R\$ 100 milhões, na primeira emissão de debêntures da Ouro Verde Transporte e Locação S.A., no valor de R\$ 75 milhões, e na quinta emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R\$ 600 milhões.

Em 2011, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 49 operações de emissão de notas promissórias, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor de, aproximadamente, R\$ 17,480 bilhões, atuando como coordenador líder na quinta emissão de debêntures da Camargo Correa, no valor de R\$ 810 milhões, na décima terceira emissão de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R\$ 600 milhões, na quarta emissão de notas promissórias da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 200 milhões, na primeira emissão de debêntures da Inpar S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na primeira emissão de debêntures da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$ 360 milhões, na primeira emissão de debêntures da ECTE- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$ 75 milhões, na primeira emissão de debêntures da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$ 190 milhões, na quarta emissão de debêntures da Hypermarcas S.A., no valor de R\$ 400 milhões, na primeira emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez Concessões S.A., no valor de R\$ 55 milhões, na segunda emissão de debêntures da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. no valor de R\$ 1,8 bilhão, na primeira emissão de notas promissórias da Interligação Elétrica Serra do Japi S.A., no valor de R\$ 70 milhões, na primeira emissão de notas promissórias da Interligação Elétrica Serra do Madeira S.A., no valor de R\$ 180 milhões, na primeira emissão de debêntures da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na primeira emissão de debêntures da Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, no valor de R\$ 75 milhões, na terceira emissão de debêntures da Battistella Administração e Participações S.A., no valor de R\$ 120 milhões, na quarta emissão de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na segunda emissão de notas promissórias da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$ 50 milhões, na primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado, no valor de R\$ 70 milhões, na primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil Crédito Consignado INSS, no valor de R\$ 300 milhões na 2ª emissão de debêntures do Hospital e Maternidade São Luiz S.A., no valor de R\$ 100 milhões, na 1ª emissão de notas promissórias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$ 130 milhões e na 4ª emissão de notas promissórias da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de R\$ 1,17 bilhão.

Em 2012, até a presente data, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 24 operações de emissão de notas promissórias, debêntures, letras financeiras e quotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor de, aproximadamente, R\$ 10,0 bilhões, atuando como coordenador líder na primeira emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na 2ª emissão de debêntures da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$ 100 milhões, na 4ª emissão de notas promissórias da CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, no valor de R\$ 1,0 bilhão, na 3ª emissão de debêntures da CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, no valor de R\$ 1,35 bilhão, na 5ª emissão de debêntures

da Editora Abril S.A., no valor de R\$ 200.000.000,00, na 4ª emissão de notas promissórias da CPM Braxis S.A., no valor de R\$ 90 milhões, na 1ª emissão de letras financeiras do Banco PSA Finance Brasil S.A., no valor de R\$ 200 milhões, na 2ª emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez Concessões S.A., no valor de R\$ 76 milhões, e na 1ª emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento do Tocantins - SANEATINS, no valor de R\$ 30 milhões.

BB – Banco de Investimento S.A.

O Banco do Brasil, empresa controladora do BB-BI, em seus mais de 200 anos de existência, acredita que acumulou experiências e pioneirismos, participando da história e da cultura brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas do País ocupando a primeira colocação do *Top* Finanças do prêmio *Top of Mind* 2010. O Banco do Brasil encerrou 2010 com uma base de 54,4 milhões de clientes e 35,9 milhões de contas correntes, entre pessoas físicas e jurídicas, a partir de uma rede de mais de 18 mil pontos de atendimento, com envolvimento de 118,9 mil funcionários.

No exterior, o Banco do Brasil tem 47 pontos distribuídos em 23 países (Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, China, Coréia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Ilhas Cayman, Inglaterra, Itália, Japão, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela). Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil criou o BB-BI, subsidiária integral para executar atividades de banco de investimento.

O BB-BI mantém posição de destaque entre os principais intermediários em ofertas públicas de ações. Em 2010 atuou como coordenador líder do *follow on* do Banco do Brasil, como coordenador do *IPO* da Julio Simões Logística e da Droga Raia e do *follow on* da JBS S.A e da Petrobras, além de ter sido coordenador contratado nas operações da Aliansce, Multiplus, Hypermarchas e Mills. No acumulado de 2010 do *ranking* ANBIMA de Distribuição de Renda Variável, ocupou a primeira posição com 60,5% de participação.

Em 2011, o BB-BI atuou como coordenador do *IPO* do Magazine Luiza, como coordenador contratado das ofertas públicas de Tecnisa, Autometal, QGEP Participações e Qualicorp. Atuou também como coordenador a Distribuição Pública de Debêntures Obrigatoriamente Conversíveis em Ações da Minerva.

Atua também na intermediação de valores mobiliários e disponibiliza para seus clientes o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do Banco do Brasil, *internet (Home Broker)* e celular. O volume financeiro negociado pelo BB-BI em 2009, neste segmento, foi superior a R\$20.000.000.000,00 e possui em sua base aproximadamente 250 mil investidores com posição de custódia.

No acumulado de 2010, o BB-BI ficou em terceiro lugar no *ranking* ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$14.600.000.000,00 originados e 19,3% de participação de mercado. No acumulado de 2011, o BB-BI ficou em segundo lugar no *ranking* ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$ 16.900.000.000,00 originados e 19,7% de participação de mercado.

Abaixo, as emissões de notas promissórias e debêntures estruturadas pelo BB-BI nos dois últimos anos: Em 2010, o BB-BI liderou (1) a segunda emissão de debêntures da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$2.700.000.000,00; (2) a primeira emissão de debêntures da Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A, no valor de R\$135.000.000,00; (3) a primeira emissão de debêntures da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR, no valor de R\$450.000.000,00; (4) a primeira emissão de debêntures da Ativos S.A. Securitizadora de

Créditos Financeiros, no valor de R\$122.000.000,00; (5) a segunda emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., no valor de R\$130.000.000,00; (6) a primeira emissão de debêntures da Construções e Comércio Camargo Correa S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (7) a terceira emissão de debêntures da CPFL Geração de Energia S.A., no valor de R\$264.000.000,00; (8) a terceira emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz., no valor de R\$260.000.000,00; (9) a décima primeira emissão de debêntures da SABESP, no valor de R\$1.200.000.000,00; (10) a terceira emissão de debêntures da Mangels S.A. no valor de R\$70.000.000,00; (11) a segunda emissão de Debêntures da Júlio Simões Logística S.A., no valor de R\$120.000.000,00; (12) a primeira emissão de Notas Promissórias da OAS Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$200.000.000,00; (13) a segunda emissão de Debêntures da Triunfo Participações e Investimentos S.A., no valor de R\$133.500.000,00 milhões; (14) a primeira emissão de Debêntures da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de R\$600.000.000,00; (15) a segunda emissão de Debêntures da JHSF Participações S.A., no valor de R\$250.000.000,00; (16) a quarta emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$600.000.000,00; (17) a quarta emissão de debêntures da Cyrela Brazil Realty S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (18) a primeira emissão de debêntures da OAS Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (19) a primeira emissão de debêntures da CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A., no valor de R\$60.000.000,00; (20) a segunda emissão de debêntures da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (21) a primeira emissão de debêntures da WTORRE Properties S.A., no valor de R\$90.000.000,00; (22) a segunda emissão de debêntures da INBEV Participações Societárias S.A., no valor de R\$2.000.000,00; (23) a primeira emissão de notas promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de R\$450.000.000,00; (24) a terceira emissão de notas promissórias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG., no valor de R\$350.000.000,00; (25) a segunda emissão de debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A.- EPASA, no valor de R\$400.000.000,00.

Ainda em 2010, participou (1) da primeira emissão de debêntures da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$548.600.000,00; (2) da terceira emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$516.000.000,00; (3) da segunda emissão de notas promissórias da Iochpe Maxion S.A, no valor de R\$140.000.000,00; (4) da terceira emissão de notas promissórias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A, no valor de R\$400.000.000,00; (5) da primeira emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., no valor de R\$3.000.000.000,00; (6) da primeira emissão de debêntures da Odebrecht Serviços e Participações S.A., no valor de R\$1.030.000.000,00; (7) da quarta emissão de debêntures da Localiza Rent a Car S.A., no valor de R\$370.000.000,00; (8) da primeira emissão de Debêntures da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (9) da primeira emissão de Debêntures da Galvão Participações S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (10) da quarta emissão de Debêntures da Bandeirantes Energia S.A. no valor de R\$390.000.000,00; (11) da primeira emissão de Debêntures da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., no valor de R\$1.100.000,00; (12) da primeira emissão de Debêntures da Fertilizantes Heringer S.A., no valor de R\$178.000.000,00; (13) da primeira emissão de Debêntures da Camargo Correa Investimentos em Infra-estrutura S.A., no valor de R\$325.000.000,00; (14) da segunda emissão de Debêntures da Tele Norte Leste Participações S.A., no valor de R\$1.500.000,00; (15) da quinta emissão de Notas Promissórias da SABESP, no valor de R\$600.000.000,00; (16) da segunda emissão de Notas Promissórias da Camargo Correa S.A., no valor de R\$3.000.000,00; (17) da quarta emissão de Notas Promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$230.000.000,00; (18) da quarta emissão de Debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$850 milhões; (19) da primeira emissão de Debêntures da Locar Guindastes e Transportes Intermodais S.A., no valor de R\$150.000.000,00; e (20) da quinta emissão de Debêntures da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, no valor de R\$2.025.000,00.

Em 2011, o BB-BI liderou (1) a nona emissão de Debêntures da Companhia Brasileira de Distribuição, no valor de R\$610.000.000,00; (2) a primeira emissão de Debêntures da Alusa Engenharia S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (3) a primeira emissão de Notas Promissórias da Via Rondon Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$450.000.000,00; (4) a primeira emissão de Debêntures da Yoki Alimentos S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (5) a primeira emissão de Debêntures da Concessionária SPMAR S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (6) a quinta emissão de Notas Promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$170.000.000,00; (7) a oitava emissão de Notas Promissórias da Redecard S.A., no valor de R\$2.000.000.000,00; (8) a primeira emissão de Debêntures da João Fortes Engenharia S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (9) a segunda emissão de Notas Promissórias da Telemar Participações S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (10) a primeira emissão de Debêntures da NCF Participações S.A., no valor de R\$2.300.000,00; (11) a primeira emissão de Debêntures da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (12) a segunda emissão de Notas Promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de até R\$350.000.000,00; (13) a terceira emissão de Debêntures da Cremer S.A., no valor de R\$200.000.000,00; (14) a quarta emissão de Debêntures da JSL S.A., no valor de R\$113.000.000,00; (15) a quinta emissão de Notas Promissórias da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$300.000.000,00; (16) a terceira emissão de Debêntures da Egesa Engenharia S.A., no valor de R\$160.000.000,00; (17) a quinta emissão de Debêntures da MRV Engenharia e Participações, no valor de R\$500.000.000,00; (18) a segunda emissão de Notas Promissórias da ViaRondon Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$415.000.000,00; (19) a quinta emissão de Debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (20) a primeira emissão de Notas Promissórias da Light Energia S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (21) a sexta emissão de Notas Promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$180.000.000,00; (22) a quarta emissão de Debêntures das Lojas Americanas S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (23) a terceira emissão de Debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA, no valor de R\$130.000.000,00; (24) a décima emissão de Debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (25) a primeira emissão de Debêntures da Estácio Participações S.A., no valor de R\$200.000.000,00; (26) a terceira emissão de Notas Promissórias da Diagnósticos da América S.A., no valor de R\$150.000.000,00; (27) a terceira emissão de Notas Promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de R\$484.000.000,00; (28) a segunda emissão de Debêntures da Marisa Lojas S.A., no valor de R\$350.000.000,00; (29) a quarta emissão de Notas Promissórias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, no valor de R\$1.000.000.000,00; (30) a quarta emissão de Notas Promissórias da CEMIG Distribuição S.A.-CEMIG D, no valor de R\$100.000.000,00; e (31) a oitava emissão de Debêntures da Light S.A., no valor de R\$425.000.000,00.

Ainda em 2011, participou (1) da décima terceira emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R\$600.000.000,00; (2) da segunda emissão de Notas Promissórias da Tele Norte Leste Participações S.A., no valor de R\$1500.000.000,00; (3) da terceira emissão de Debêntures da Marfrig Alimentos S.A., no valor de R\$598.200.000,00; (4) da quinta emissão de debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$810.000.000,00; (5) da quarta emissão de Debêntures da Companhia Energética de Pernambuco, no valor de R\$360.000.000,00; (6) da terceira emissão de Debêntures da Itapebi Geração de Energia S.A. no valor de R\$200.000.000,00 (7) a primeira emissão de Debêntures da Companhia Luz e Força Santa Cruz, no valor de R\$65.000.000,00; (8) da quinta emissão de Debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (9) da quarta emissão de Debêntures da CPFL Geração, no valor de R\$680.000.000,00; (10) da quinta emissão de Debêntures da Rio Grande Energia, no valor de R\$70.000.000,00; (11) da segunda emissão de Debêntures da CPFL Comercialização Brasil, no valor de R\$1.320.000.000,00; (12) da quinta emissão de Debêntures da CPFL Paulista Força e Luz, no valor de R\$484.000.000,00; (13) da quinta emissão de debêntures da CPFL Piratininga, no valor

de R\$160.000.000,00; (14) da terceira emissão de Debêntures da Bradespar S.A., no valor de R\$800.000.000,00; (15) da terceira emissão de Notas Promissórias da Galvão Engenharia S.A., no valor de R\$250.000.000,00; (16) da quinta emissão de Debêntures da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, no valor de R\$400.000.000,00; (17) da primeira emissão de Notas Promissórias da Valepar S.A., no valor de R\$1.000.000.000,00; (18) da terceira emissão de Notas Promissórias da Unidas S.A., no valor de R\$325.000.000,00; (19) da segunda emissão de Debêntures da Unidas S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (20) da segunda emissão de Debêntures da TCI BPO – Tecnologia, Conhecimento e Informação S.A., no valor de R\$66.000.000,00; (21) da primeira emissão de Notas Promissórias da Galvão Participações S.A., no valor de R\$250.000.000,00; (22) da oitava emissão de Debêntures da Brasil Telecom S.A., no valor de R\$2.350.000.000,00; e (23) da terceira emissão de Debêntures da Rede D’or São Luiz S.A., no valor de R\$650.000.000,00.

No primeiro semestre de 2012, o BB-BI liderou (1) a primeira emissão de Debêntures da Linha Amarela S.A., no valor de R\$180.000.000,00; (2) a terceira emissão de Notas Promissórias da Viarondon Concessionária de Rodovia S.A., no valor de R\$275.000.000,00; (3) a sexta emissão de Debêntures da Lojas Americanas S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (4) a sexta emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, no valor de R\$400.000.000,00; (5) a primeira emissão de Debêntures da Concessionária WTorre Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A., no valor de R\$60.000.000,00; (6) a quarta emissão de Debêntures da JHSF Participações S.A., no valor de R\$350.000.000,00; (7) a primeira emissão de Notas Promissórias da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor de R\$800.000.000,00; (8) a primeira emissão de Notas Promissórias da Magazine Luiza S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (9) a primeira emissão de Debêntures da Redecard S.A., no valor de R\$1.500.000.000,00; (10) a sexta emissão de Debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$500.000,00; (11) a primeira emissão de Debêntures da Empreendimentos Pague Menos S.A., no valor de R\$260.000.000,00; (12) a quinta emissão de Notas Promissórias da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de até R\$905.000.000,00; (13) a primeira emissão de Debêntures da CCRR Participações S.A., no valor de R\$45.000.000,00; (14) da primeira emissão de Notas Promissórias da CCR S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (15) da primeira emissão de Debêntures da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A., no valor de R\$50.000.000,00; e (16) da primeira emissão de Debêntures da Nova Casa Bahia S.A., no valor de R\$400.000.000,00.

Ainda no primeiro semestre de 2012, participou (1) da quarta emissão de Debêntures da Votorantim Cimentos S.A., no valor de R\$1.000.000.000,00; (2) da primeira emissão de Debêntures da AGV Logística S.A., no valor de R\$120.000.000,00; (3) da nona emissão de Debêntures da Brasil Telecom S.A., no valor de R\$2.000.000.000,00; (4) da primeira emissão de debêntures da N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$128.000.000,00; (5) da sexta emissão de Debêntures do BNDES Participações S.A., no valor de R\$2.000.000.000,00; (6) da segunda emissão de Debêntures da Intercement Brasil S.A. no valor de R\$1.500.000.000,00 (7) a décima primeira emissão de Debêntures da Companhia Brasileira de Distribuição, no valor de R\$1.200.000.000,00; (8) da quarta emissão de Debêntures da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A., no valor de R\$287.000.000,00; (9) da quinta emissão de Debêntures da OAS S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (10) da primeira emissão de Debêntures da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (11) da segunda emissão de Notas Promissórias da Galvão Participações S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (12) da sexta emissão de Debêntures da Eucatex S.A., no valor de R\$75.000.000,00; e (13) da segunda emissão de Debêntures da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A., no valor de R\$150.000.000,00.

Caixa Econômica Federal

A Caixa foi criada em 1861, sendo uma empresa 100% pública que atende não só os seus clientes bancários, mas todos os trabalhadores formais do Brasil, estes por meio do pagamento de FGTS, PIS e seguro-desemprego, beneficiários de programas sociais e apostadores das loterias.

Além disso, a Caixa atua em setores como habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços.

A atuação da Caixa também se estende aos palcos, salas de aula, pistas de corrida, com o apoio a iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas.

Além de significativa expansão da base de clientes ao longo do ano, através do programa de conta simplificada, a Caixa permitiu o ingresso de mais de 3 milhões de pessoas no sistema bancário brasileiro ao longo dos últimos anos.

A Caixa, em nítido apoio ao mercado de capitais nacional, destaca sua participação nas seguintes emissões ocorridas entre os anos de 2008 e 2011:

- Julho de 2008: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na 2ª distribuição;
- pública de debêntures simples, não conversíveis da Klabin Segall S.A., no montante de R\$230.000.000,00;
- Julho de 2008: coordenador líder na 1ª emissão pública de notas promissórias comerciais de emissão da Andrade Gutierrez Participações S.A., no montante de R\$130.000.000,00;
- Julho de 2008: coordenador líder na 4ª emissão pública de notas promissórias comerciais de emissão da VIVO Participações S.A., no montante de R\$500.000.000,00;
- Outubro de 2008: coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na 9ª emissão pública de debêntures simples não conversíveis da SABESP;
- Novembro de 2008: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na 2ª emissão pública de notas promissórias comerciais de emissão da Companhia Brasileira de Energia;
- Renovável (BRENCO), no montante de R\$350.000.000,00;
- Dezembro de 2008: coordenador líder na 3ª emissão pública de notas promissórias comerciais de emissão da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (Embratel S.A.), em conjunto com outras instituições financeiras, no montante de R\$400.000.000,00;
- Julho de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na oferta pública, com esforços restritos, da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da SABESP;
- Julho de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública de quotas Sênior e quotas subordinadas mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV (FIDC Chemical IV), no montante de R\$245.000.000,00;
- Outubro de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública de notas promissórias da 3ª emissão da Cemig Geração e Transmissão S.A., no montante de R\$2.700.000.000,00;
- Dezembro de 2009: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na oferta pública com esforços restritos, de notas promissórias da 4ª emissão da SABESP, no montante de R\$900.000.000,00;

- Março de 2010: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis, da 2ª emissão de debêntures simples da Cemig Geração e Transmissão S.A., no montante de R\$2.700.000.000,00;
- Março de 2010: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública, com esforços restritos, da 1ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia Camargo Correa S.A., no montante de R\$3.000.000.000,00;
- Abril de 2010: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis, da 11ª emissão da SABESP, no montante de R\$1.215. .000.000,00;
- Setembro de 2010: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública, com esforços restritos, da 2ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia Camargo Correa S.A., no montante de R\$3.000.000.000,00;
- Setembro de 2011: coordenador líder na distribuição pública de certificados de recebíveis imobiliários da 203ª série da 1ª emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, no montante de R\$232.766.000,00;
- Dezembro de 2011: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da 8ª emissão da Brasil Telecom – Grupo Oi, no montante de R\$2.350.000.000,00;
- Janeiro de 2012: coordenador contratado na distribuição pública de debêntures da 4ª emissão da Companhia de Locação das Américas – LOCAMÉRICA, no montante de R\$ 150.000.000,00;
- Junho de 2012: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública da 6ª emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no montante de R\$500.000.000,00;
- Julho de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da Companhia Paulista de Força e Luz, no montante de R\$ 660.000.000,00;
- Julho de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da Rio Grande Energia S/A, no montante de R\$ 500.000.000,00;
- Julho de 2012: coordenador líder na distribuição pública de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz, no montante de R\$ 110.000.000,00;
- Agosto de 2012: banco coordenador, em conjunto com outras instituições financeiras, na distribuição pública da 3ª emissão de cotas do FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica, no montante de R\$ 500.000.000,00.

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 2008, a XP conquistou o primeiro lugar no Ranking Assessor na BM&FBOVESPA, e foi a primeira corretora a lançar um fundo de capital protegido.

Em 2009, a XP Educação, por meio de seus cursos de educação financeira, atingiu a marca de 100.000 alunos.

Em 2010, a XP recebeu um aporte de capital do fundo private equity Actis no valor de R\$100 milhões, destinados à viabilização do crescimento da corretora como um todo. A Actis não tem, nem terá, envolvimento algum com a gestão da empresa.

Em 2011, a XP Finanças foi criada, braço da XP Investimentos com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do mercado de renda fixa no Brasil.

Como resultado de sua estratégia, atualmente, a XP é reconhecida pela presença no varejo, sendo a maior corretora independente do Brasil, 1ª no ranking de Varejo e 3ª no ranking geral, em termos de volume negociado segundo a BM&F Bovespa, com mais de 100.000 clientes) Capacitou mais de 500.000 alunos e vem se destacando pelo acesso facilitado do investidor ao mercado, por meio de seus 250 escritórios afiliados e mais de 2.500 assessores de investimentos, posicionando-se em 1º lugar no ranking de assessores da BM&FBOVESPA.

A XP acredita manter posição de destaque entre os intermediários em ofertas públicas de valores mobiliários, tendo atuado como coordenador contratado nas ofertas públicas iniciais de OSX, Autometal, Renova Energia, BrazilPharma, Unicasa, BTG Pactual e do Fundo de Índice – ICO2. No mercado de Fundos de Investimento Imobiliário (FII), a XP obteve a posição de liderança em volume emitido e número de emissões até final de julho de 2012 com base em dados disponíveis na BM&F Bovespa, tendo atuado como coordenador-líder nas ofertas dos FIIs The One, Maxi Renda, Rio Negro, VBI FL4440 e TRX Logística. Em 2011 atuou como coordenador-líder nas ofertas do AESAPAR FII, XP Gaia, como coordenador do BC Fundo de Fundos de Investimento Imobiliário, e como coordenador-contratado na oferta do BM CENESP.

A XP está entre as 25 companhias vencedoras do prêmio “As Empresas Mais Inovadoras do Brasil em 2009”, promovido pela revista Época Negócios, em parceria com o Fórum de Inovação da FGV-Eaesp, sendo a única corretora premiada, e integra, ainda, o ranking das 25 melhores empresas para se trabalhar no estado do Rio de Janeiro, segundo a pesquisa realizada em 2009 e 2010 pelo Great Place to Work Institute (GTW), em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RJ).

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Estimamos receber com a Oferta recursos líquidos no montante de aproximadamente R\$ 945.755.925,25, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares e, após a dedução das comissões e despesas que estimamos ter de pagar no âmbito da Oferta, de acordo com o Contrato de Distribuição, sendo R\$ 846.944.512,38 decorrentes das Debêntures da Primeira Série e R\$ 98.811.412,87 decorrentes das Debêntures da Segunda Série, assumindo a sua colocação integral.

Os recursos necessários para atingirmos os objetivos indicados abaixo poderão decorrer de uma combinação dos recursos líquidos que viermos a receber com as Debêntures da Segunda Série e outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das nossas atividades operacionais.

A destinação dos recursos líquidos que viermos a receber com a Oferta se baseia em nossas análises, perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização, ao nosso exclusivo critério.

O impacto dos recursos líquidos da Oferta sobre a nossa capitalização total encontra-se na seção “Capitalização” deste Prospecto.

Debêntures da Primeira Série

Pretendemos utilizar os recursos que viermos a receber com as Debêntures da Primeira Série da seguinte forma:

- no mínimo, 74% para o resgate antecipado do maior número de notas promissórias dentre as 380 notas promissórias comerciais, emitidas em 25 de novembro de 2011, com valor nominal unitário de R\$2.500.000,00, totalizando R\$950.000.000,00, objeto da segunda emissão de notas comerciais, em série única, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Sobre o valor nominal dessas notas promissórias incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 105,5% da Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento, de acordo com os critérios de cálculo do “Caderno de Fórmulas de Notas Comerciais e Obrigações – CETIP21”, disponível para consulta na página da CETIP na internet (<http://www.cetip.com.br>). O principal e a remuneração das notas comerciais são devidos em uma única parcela, em 19 de novembro de 2012, data de seu vencimento. Essas notas comerciais podem ser resgatadas no todo ou em parte, a qualquer tempo, a nosso exclusivo critério. Os recursos líquidos que obtivemos com as notas comerciais da nossa segunda emissão foram utilizados para (1) pagamento de principal, no valor R\$50.000.000,00, e juros, à taxa de 106,5% ao ano do CDI, das notas promissórias da nossa primeira emissão, (2) pagamento de dividendos no montante de R\$815.000.000,00, e (3) o restante, para realização de investimentos previstos em nosso plano de investimentos. As notas promissórias que permanecerem em circulação após a utilização dos recursos líquidos decorrentes das Debêntures da Primeira Série serão, a nosso critério, (1) resgatadas antecipadamente em sua totalidade mediante a utilização de outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das nossas atividades operacionais, ou (2) liquidadas na data de seu vencimento, em 19 de novembro de 2012, mediante a utilização de outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das nossas atividades operacionais; e
- até, aproximadamente, 26% para recomposição de caixa com vistas à complementação dos montantes a serem distribuídos como dividendos, sendo que os recursos não utilizados nos termos deste item serão utilizados conforme o item acima. O exato montante a ser destinado para recomposição de caixa será determinado de acordo com o montante de dividendos a ser deliberado pelo nosso conselho de administração, nos termos do artigo 20 do nosso estatuto social, deliberação esta que estimamos que deverá ocorrer até 31 de outubro de 2012.

Debêntures da Segunda Série

Tendo em vista a emissão de Debêntures da Segunda Série, utilizaremos a totalidade dos recursos que viermos a receber com as Debêntures da Segunda Série para o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas incorridas até 30 de setembro de 2012 e relacionadas aos projetos de investimento descritos abaixo, nos termos da Lei 12.431 (“Projetos de Investimento”). A alocação de tais recursos entre os Projetos de Investimento será na mesma proporção que o montante de gastos, despesas e/ou dívidas incorridas até 30 de setembro de 2012 em cada Projeto de Investimento representa perante o total de gastos, despesas e/ou dívidas incorridas até 30 de setembro de 2012 em todos os Projetos de Investimento. O total de gastos, despesas e/ou dívidas incorridas até 30 de setembro de 2012 em todos os Projetos de Investimento é R\$ 140.869.020,00, conforme descrito a seguir.

1.

Projeto	Projeto Anhanguera (Rodovia Anhanguera – SP-330).
Objetivo do Projeto	<p>O Projeto Anhanguera visa promover uma melhoria nas condições de fluidez do tráfego no trecho em questão da Rodovia Anhanguera – SP-330, onde eram frequentes congestionamentos nos horários de pico.</p> <p>Em linhas gerais, o Projeto Anhanguera compreende (1) a implantação de pistas marginais nos lados norte e sul, da interseção com a Marginal Tietê no km 11+460 e se estendendo nos dois sentidos da Via Anhanguera até aproximadamente o km 19+400, (2) a remodelação do trevo entre Marginal Tietê e a Via Anhanguera, (3) a implantação de 3^{as} faixas na Pista Sul do km 13+000 ao km 14+200 e do km 17+300 ao km 19+400, (4) a implantação de 3^{as} faixas na Pista Norte do km 13+000 ao km 17+700, (5) a implantação de viaduto sobre a Via Anhanguera interligando a Avenida Mutinga, e de dispositivo de retorno no km 14+500, (6) a remodelação do trevo do Jaraguá (km 18+000) e implantação de dispositivo de retorno no km 19+000, (7) a construção de passarelas no km 11+600, km 13+600, km 15+000, km 15+500, km 16+100 e km 17+900, totalizando seis passarelas, (8) a implantação do trevo entre o Parque São Domingos e a Via Anhanguera, (9) implantação do trevo entre a Avenida Dr. Gastão Vidigal e a Marginal Tietê e (10) obras complementares para atender os vínculos com as melhorias viárias da Marginal Tietê.</p>
Projeto em Curso: Fase em que se encontra e Estimativa do seu Encerramento	Em fase final de execução. Estimativa de encerramento em dezembro de 2012.
Volume Estimado para realização do Projeto Objeto da Portaria do Ministério dos Transportes	R\$45.289.395,00, dos quais R\$35.946.089,00 serão despendidos até 30 de setembro de 2012, a título de gastos, despesas e dívidas, e R\$9.343.306,00 estão previstos para serem despendidos até a conclusão do Projeto Anhanguera.

Percentual do Volume Estimado para realização do Projeto objeto da Portaria do Ministério dos Transportes em relação ao Volume Estimado Total para realização do Projeto	72%, considerando que o Volume Estimado para realização do Projeto objeto da Portaria do Ministério dos Transportes é R\$45.289.395,00 e o Volume Estimado Total para realização do Projeto é R\$63.011.041,00.
Percentual dos Recursos Líquidos Estimados decorrentes das Debêntures da Segunda Série a ser destinado a este Projeto de Investimento	26%.

2.

Projeto	Faixas Adicionais nas Rodovias SP-348, SP-330 e SP-300.
Objetivo do Projeto	<p>O Projeto Faixas Adicionais visa promover fluidez e segurança, mediante redução do tempo de viagem aos usuários das rodovias, diminuição do consumo de combustível e emissão de gases poluentes, geração de emprego a população dos municípios onde as obras serão realizadas, e redução da quantidade de acidentes.</p> <p>Em linhas gerais, o Projeto Faixas compreende, (1) na Rodovia SP-348, (1) a implantação de 4ª faixa na Pista Norte do km 50 ao km 54, (2) a implantação de 4ª faixa na Pista Sul do km 49 ao km 54, (3) a implantação de 4ª faixa na Pista Sul do km 54 ao km 61, (4) a implantação de 4ª faixa na Pista Norte do km 91,5 ao km 95, (5) a implantação de 4ª faixa na Pista Sul do km 87 ao km 91,3, e (6) a implantação de 5ª faixa nas Pistas Norte e Sul do km 16 ao km 47, (2) na Rodovia SP-330, (1) a implantação de 3ª faixa nas Pistas Norte e Sul do km 19,5 ao km 25, (2) a implantação de 3ª faixa na Pista Sul do km 42 ao km 43, (3) a implantação de 3ª faixa nas Pistas Norte e Sul do km 62 ao km 71, (4) a implantação de 3ª faixa nas Pistas Norte e Sul do km 71 ao km 76, (5) a implantação de 3ª faixa nas Pistas Norte e Sul do km 84 ao km 86, (6) a implantação de 3ª faixa na Pista Sul do km 97,5 ao km 98,5, e (7) a implantação de 3ª faixa nas Pistas Norte e Sul do km 120 ao km 147, e (3) na Rodovia SP-300, a implantação de 3ª faixa nas Pistas Leste e Oeste do km 62 ao km 64.</p>
Projeto em Curso: Fase em que se encontra e Estimativa do seu Encerramento	Em fase inicial de execução. Estimativa de encerramento em dezembro de 2015.
Volume Estimado para realização do Projeto Objeto da Portaria do Ministério dos Transportes	R\$72.939.260,00, dos quais R\$7.613.305,00 será despendidos até 30 de setembro de 2012, a título de gastos, despesas e dívidas, e R\$65.325.955,00 estão previstos para serem despendidos até a conclusão do Projeto Faixas Adicionais.
Percentual do Volume Estimado para realização do Projeto objeto da Portaria do Ministério dos Transportes em relação ao Volume Estimado Total para realização do Projeto	22%, considerando que o Volume Estimado para realização do Projeto objeto da Portaria do Ministério dos Transportes é R\$72.939.260,00 e o Volume Estimado Total para realização do Projeto é R\$330.732.174,00.
Percentual dos Recursos Líquidos Estimados decorrentes das Debêntures da Segunda Série a ser destinado a este Projeto de Investimento	5%.

3.

Projeto	Restauração do Pavimento nas Rodovias SP-348, SP-330 e SP-300.
Objetivo do Projeto	<p>O Projeto Restauração do Pavimento visa promover a diminuição de danos aos veículos, que normalmente seriam causados pelo desgaste natural que o uso de uma rodovia em mau estado de conservação poderia provocar aos mesmos. Além disso, visa evitar o repasse de custos nos preços dos fretes, devido a um eventual tempo parado em congestionamento ou em manutenção, o que resultaria em aumento dos preços dos produtos transportados ao consumidor.</p> <p>Em linhas gerais, o Projeto Restauração do Pavimento compreende, (1) na Rodovia SP-348, (a) a restauração do pavimento do trecho São Paulo-Campinas, e (b) a restauração do pavimento do trecho Campinas-Cordeirópolis, (2) na Rodovia SP-330, (a) a restauração do pavimento do trecho São Paulo-Campinas do km 11 ao km 111 das Pistas Norte e Sul, e (b) a restauração do pavimento do trecho Campinas-Limeira do km 111 ao km 158 das Pistas Norte e Sul, e (3) na Rodovia SP-300, a restauração do pavimento do km 62 ao km 64,6.</p>
Projeto em Curso: Fase em que se encontra e Estimativa do seu Encerramento	Em fase intermediária de execução. Estimativa de encerramento em dezembro de 2016.
Volume Estimado para realização do Projeto Objeto da Portaria do Ministério dos Transportes	R\$111.456.916,00, dos quais R\$45.060.253,00 serão despendidos até 30 de setembro de 2012, a título de gastos, despesas e dívidas, e R\$66.396.663,00 estão previstos para serem despendidos até a conclusão do Projeto Restauração do Pavimento.
Percentual do Volume Estimado para realização do Projeto objeto da Portaria do Ministério dos Transportes em relação ao Volume Estimado Total para realização do Projeto	34%, considerando que o Volume Estimado para realização do Projeto objeto da Portaria do Ministério dos Transportes é R\$111.456.916,00 e o Volume Estimado Total para realização do Projeto é R\$326.995.256,00.
Percentual dos Recursos Líquidos Estimados decorrentes das Debêntures da Segunda Série a ser destinado a este Projeto de Investimento	32% .

4.

Projeto	Ligação Campinas-Sumaré-Nova Odessa-Americana (Rodovia Anhanguera – SP-330).
Objetivo do Projeto	<p>O Projeto Ligação Campinas-Sumaré-Nova Odessa-Americana visa promover a organização do tráfego que atualmente concentra veículos comerciais de viagens de longa e média distâncias, e veículos de passeio e motos provenientes do tráfego urbano. Essa organização do tráfego mediante sua separação deverá promover fluidez e conforto aos usuários, além de reduzir o número de acidentes, principalmente ocorrências com motociclistas, que são mais comuns nessa região.</p> <p>Em linhas gerais, o Projeto Ligação Campinas-Sumaré-Nova Odessa-Americana compreende (1) a implantação de pistas marginais nos lados norte e sul, do km 92 ao km 98, (2) a implantação de pistas marginais nos lados norte e sul, do km 86 ao km 92, (3) a implantação de pistas marginais nos lados norte e sul, do km 103,5 ao km 120, (4) a ampliação e melhorias no acesso à Estrada Valencio Calegari, (5) a duplicação do acesso do km 110, (6) a remodelação de trevos, (7) a implantação de dispositivo de retorno no km 96+300, (8) a implantação de dispositivo de retorno no km 109+200, (9) a construção de passarelas no km 109+500, km 111+100 e km 113+400.</p>
Projeto em Curso: Fase em que se encontra e Estimativa do seu Encerramento	Em fase intermediária de execução. Estimativa de encerramento em dezembro de 2015.
Volume Estimado para realização do Projeto Objeto da Portaria do Ministério dos Transportes	R\$83.103.972,00, dos quais R\$21.566.293,00 serão despendidos até 30 de setembro de 2012, a título de gastos, despesas e dívidas, e R\$61.537.679,00 estão previstos para serem despendidos até a conclusão do Projeto Ligação Campinas-Sumaré-Nova Odessa-Americana.
Percentual do Volume Estimado para realização do Projeto objeto da Portaria do Ministério dos Transportes em relação ao Volume Estimado Total para realização do Projeto	23%, considerando que o Volume Estimado para realização do Projeto objeto da Portaria do Ministério dos Transportes é R\$83.103.972,00 e o Volume Estimado Total para realização do Projeto é R\$354.730.753,00.
Percentual dos Recursos Líquidos Estimados decorrentes das Debêntures da Segunda Série a ser destinado a este Projeto de Investimento	15%.

5.

Projeto	Manutenção de Estruturas nas Rodovias SP-348, SP-330, SP-300 e SP-102/330.
Objetivo do Projeto	<p>O Projeto Manutenção de Estruturas pode ser subdividido nos seguintes Projetos: (1) Projeto Identidade Visual, (2) Projeto Drenagens, (3) Projeto Recomposição de Taludes, (4) Projeto Sinalização Vertical, (5) Projeto Manutenção de Obras de Arte Especiais, (6) Projeto Monitoramento dos Elementos da Rodovia, e (7) Projeto Equipamentos da Rodovia.</p> <p>O Projeto Identidade Visual visa facilitar o reconhecimento pelos usuários das edificações operacionais ao longo das Rodovias SP-348, SP-330, SP-300 e SP-102/330, buscando garantir a segurança e promover a fácil visibilidade. Em linhas gerais, o Projeto Identidade Visual compreende revitalizações em pontos de ônibus, praças de pedágio, bases operacionais e balanças que compõem o Projeto de Identidade Visual.</p> <p>O Projeto Drenagens visa promover o correto dimensionamento e bom funcionamento dos dispositivos de drenagem (que são destinados a escoar águas pluviais das faixas de rolamento e impedir que lâminas de água causem aquaplanagem e inundações aos usuários e lindeiros das rodovias), e, consequentemente, o conforto e a segurança aos motoristas e moradores. Em linhas gerais, o Projeto Drenagens compreende intervenções nas margens dos rios marginais às Rodovias SP-348, SP-330, SP-300 e SP-102/330 para proteger a estrutura da ponte que passa sobre os rios.</p> <p>O Projeto Recomposição de Taludes visa promover a segurança dos usuários no sentido de evitar que ao trafegarem pela rodovia nenhum material deslizará para as faixas de rolamento. Em linhas gerais, o Projeto Recomposição de Taludes compreende a recomposição dos taludes que compõem os cortes e aterros das rodovias, de forma a evitar desmoronamento e deslizamento de material.</p> <p>O Projeto Sinalização Vertical visa atender às necessidades de orientação do usuário quanto à localização, legislação, delimitação entre outras informações contidas nas placas. Em linhas gerais, o Projeto Sinalização Vertical compreende a revitalização da sinalização vertical, com ações e levantamentos sobre os elementos de sinalização que devem ser substituídos.</p> <p>O Projeto Manutenção de Obras de Arte Especiais visa avaliar a manutenção e segurança das rodovias, de acordo com um manual elaborado pela Comissão de Concessões Rodoviárias. Em linhas gerais, o Projeto Manutenção de Obras de Arte Especiais compreende a elaboração de cadastro, inspeções de campo, ensaios, diagnósticos preliminar e definitivo, planejamento de prioridades de intervenções, acompanhamento e registro de</p>

	<p>recuperações, avaliação do desempenho das obras de arte especiais e passarelas, de acordo com os procedimentos definidos no manual elaborado pela Comissão de Concessões Rodoviárias.</p> <p>O Projeto Monitoramento dos Elementos da Rodovia visa promover a segurança dos usuários. Em linhas gerais, o Projeto Monitoramento dos Elementos da Rodovia compreende o constante monitoramento dos elementos da rodovia, como pavimento, sinalização, obras de arte especiais, taludes e obras de arte corrente, buscando controlar a qualidade da sua manutenção e prever qualquer tipo de intervenção.</p> <p>O Projeto Equipamentos da Rodovia visa promover a qualidade do atendimento e a segurança dos usuários da rodovia. Em linhas gerais, o Projeto Equipamentos da Rodovia compreende a modernização dos equipamentos da rodovia, incluindo reforma e ampliação do CCO, 0800, balanças, painéis de mensagens, call-boxes, câmeras de monitoramento, subestações de energia, rede de fibra óptica.</p>
Projeto em Curso: Fase em que se encontra e Estimativa do seu Encerramento	Em fase intermediária de execução. Estimativa de encerramento em dezembro de 2016.
Volume Estimado para realização do Projeto Objeto da Portaria do Ministério dos Transportes	R\$64.012.265,00, dos quais R\$30.683.080,00 serão despendidos até 30 de setembro de 2012, a título de gastos, despesas e dívidas, e R\$33.329.186,00 estão previstos para serem despendidos até a conclusão do Projeto Ligação Campinas-Sumaré-Nova Odessa-Americana.
Percentual do Volume Estimado para realização do Projeto objeto da Portaria do Ministério dos Transportes em relação ao Volume Estimado Total para realização do Projeto	42%, considerando que o Volume Estimado para realização do Projeto objeto da Portaria do Ministério dos Transportes é R\$64.012.265,00 e o Volume Estimado Total para realização do Projeto é R\$152.108.470,00.
Percentual dos Recursos Líquidos Estimados decorrentes das Debêntures da Segunda Série a ser destinado a este Projeto de Investimento	22%.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a nossa capitalização em 30 de junho de 2012, em bases atuais e ajustada para refletir os recursos líquidos que estimamos receber com a Oferta, no montante de aproximadamente R\$945.755.925,25, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares e após a dedução das comissões e despesas que estimamos ter de pagar no âmbito da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição.

As informações constantes da coluna “Atual” foram extraídas das nossas demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012. Os potenciais investidores devem ler essa tabela em conjunto com as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas e as seções 3 e 10 do nosso Formulário de Referência, todos incorporados por referência a este Prospecto.

Em 30 de junho de 2012		
	Atual	Ajustado (2)
	(R\$ milhões)	
Circulante	1.244,40	617,6
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	47,1	47,1
Debêntures e notas promissórias (3, 4)	1.197,3	570,5
Não circulante	217,7	1.163,5
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	165,7	165,7
Debêntures e notas promissórias (3,4)	52,0	997,7
Patrimônio líquido	554,6	554,6
Capital social.....	246,7	246,7
Reservas de lucros.....	51,0	51,0
Lucros/Prejuízos acumulados	256,9	256,9
Capitalização total (1)	2.016,70	2.335,65

(1) A capitalização total corresponde ao resultado da soma do total dos empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil e debêntures e notas promissórias, circulante e não circulante, e patrimônio líquido.

(2) Ajustado para refletir os recursos líquidos que estimamos receber com a Oferta, no montante de aproximadamente R\$945.755.925,25, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares e após a dedução das comissões e despesas que estimamos ter de pagar no âmbito da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição.

(3) Considera a utilização de 74% dos recursos líquidos que estimamos receber com as Debêntures da Primeira Série, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, para o resgate do maior número de notas promissórias dentre as 380 notas promissórias comerciais de nossa emissão. Para informações adicionais, ver seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto. Na medida em que, após a utilização dos recursos líquidos que estimamos receber com as Debêntures da Primeira Série, remanesçam notas promissórias em circulação, pretendemos, a nosso critério, (a) resgatá-las integral e antecipadamente ou (b) liquidá-las na data de seu vencimento, em 19 de novembro de 2012, em ambos os casos mediante a utilização de outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das nossas atividades operacionais. Com esse fim, estamos atualmente estudando a conveniência de financiamentos adicionais com instituições financeiras de primeira linha (que não os Coordenadores da Oferta e os Coordenadores Contratados), que poderão ser contratados se estiverem disponíveis em condições favoráveis ou vantajosas para nós no momento em que desejarmos, de acordo com as análises que no curso normal dos nossos negócios realizamos antes da decisão quanto à contratação ou não de financiamento adicionais.

(4) Não considera a utilização de 26% dos recursos líquidos que estimamos receber com as Debêntures da Primeira Série, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, para a recomposição do nosso caixa com vistas à complementação dos montantes a serem distribuídos aos nossos acionistas a título de dividendos. Para informações adicionais, ver seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto. Nesse sentido, estamos atualmente estudando o montante exato a ser distribuído aos nossos acionistas, de acordo com as análises que no curso normal dos nossos negócios realizamos antes da decisão quanto à distribuição de dividendos.

(Esta página foi intencionalmente em branco)



ANEXOS

- Escritura de Emissão das Debêntures
- Atos Societários da Emissora Relativos à Emissão
- Súmula de Classificação de Risco
- Declarações de Veracidade da Emissora e do Coordenador Líder
- Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Escritura de Emissão das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

<p> DATA 11/01/2012 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO </p>	<p> Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria de Comércio e Serviços Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia </p>	<p> JUCESP PROTOCOLO 2.094.690/12-0 </p>  <p>USO EXCLUSIVO DA JUCESP</p>
<p> JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO Rua Barra Funda, 930 - CEP 01152-000 </p> <p> SR. USUÁRIO, SE O DOCUMENTO NÃO FOR RETIRADO NO PRAZO DE 60(SESENTA DIAS), SERÁ FRAGMENTADO. </p> <p> NOME EMPRESARIAL CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A. </p>		
<p> ATOS (ESPECIFICAÇÃO DO PEDIDO) Debenture Escritura: <i>Autoban</i> </p>	<p> Controle Internet 011011483-3 </p> 	

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA QUARTA
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,
EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA
ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.**

CELEBRADA ENTRE

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

DATA

10 DE OUTUBRO DE 2012

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

Pelo presente Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até duas Séries, para Distribuição Pública da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. ("Aditamento"), as partes abaixo qualificadas,

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, e sede na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 02.451.848/0001-62, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.154461, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia" e/ou "Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

Sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individualmente e indistintamente, como "Parte"

CONSIDERANDO QUE:

- (i) as partes celebraram, em 04 de setembro de 2012, o "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até duas Séries, para Distribuição Pública da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A." ("Escritura"), o qual regerá os termos e condições da 4ª emissão da Companhia ("Oferta" ou "Emissão" e "Debêntures", respectivamente);

- (ii) a Emissão das Debêntures e a Oferta foram aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de agosto de 2012 ("AGE"), conforme proposta do Conselho de Administração da Emissora formalizada em Reunião realizada em 29 de agosto de 2012 ("RCA"), cujas atas foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 11 de setembro 2012 sob os números 396.182/12-4 e 396.181/12-0 e publicadas em 14 de setembro de 2012 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no "Jornal de Jundiaí";
- (iii) conforme previsto na Escritura, foi realizado em 10 de outubro de 2012 o procedimento de Bookbuilding, no qual foram definidas: (a) a emissão das Debêntures em duas Séries; (ii) emissão e quantidade das Debêntures da Segunda Série; e (iii) taxa final de Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo).

RESOLVEM as Partes aditar a Escritura, por meio do presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até duas Séries, para Distribuição Pública da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (respectivamente, "Primeiro Aditamento"), observadas as cláusulas, condições e características abaixo:

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. REGISTRO DO ADITAMENTO

1.1 O presente Aditamento será registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

2. ALTERAÇÕES

2.1 As partes, por meio deste Aditamento, acordam em:

2.1.1. Alterar a Cláusula 2.1, I da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I Arquivamento e Publicação das Atas dos Atos Societários. Nos termos do artigo 62, inciso I e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, as atas da AGE e RCA da Companhia foram

arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), em 11 de setembro de 2012 sob os números 396.182/12-4 e 396.181/12-0, respectivamente, e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no Jornal de Jundiaí, em 14 de setembro de 2012. Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados após o arquivamento desta Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no DOESP e no Jornal de Jundiaí, conforme legislação em vigor."

2.1.2. Alterar a Cláusula 2.1, VII da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"VII. Portaria do Ministério dos Transportes. A realização da Emissão de Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definida) estava condicionada à classificação dos Projetos de Investimento (conforme abaixo definido) como prioritários pelo Ministério dos Transportes, por meio de portaria específica, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei 12.431/2011" e "Portaria do Ministério dos Transportes", respectivamente), a qual foi publicada no Diário Oficial da União em 14 de setembro de 2012, sob o número 214."

2.1.3 Alterar a Cláusula 6.2 da Escritura de modo que ela passará vigor da seguintes forma:

"6.2 Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), observado que o montante inicial de R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais) foi aumentado em função das Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais, conforme disposto nas Cláusulas 6.3.1 e 6.3.2 abaixo."

2.1.4 Alterar a Cláusula 6.3 da Escritura de modo que ela passará vigor da seguintes forma:

"6.3 Quantidade. Serão emitidas 965.000 (novecentas e sessenta e cinco mil) Debêntures da Primeira Série e 135.000 (cento e trinta e cinco mil) Debêntures da Segunda Série, considerando a emissão das Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais, e, em razão de ter sido verificada demanda de mercado para as Debêntures da Segunda Série no Procedimento de Bookbuilding.

6.3.1. A Emissora outorgou aos Coordenadores a opção de Distribuição de lote suplementar de até 142.500 (cento e quarenta e duas mil e quinhentas) Debêntures, correspondentes a

até 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Debêntures Suplementares"), a qual não foi exercida pelo Coordenadores com relação às Debêntures da Primeira Série e foi exercida pelo Coordenadores com relação às Debêntures da Segunda Série, na data de encerramento do Procedimento de Bookbuilding, para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de Bookbuilding. A opção de Debêntures Suplementares não foi exercida pelos Coordenadores com relação às Debêntures da Primeira Série e foi exercida com relação às Debêntures da Segunda Série, o que representou um aumento de 15.000 (quinze mil) Debêntures da Segunda Série em relação às Debêntures da Segunda Série originalmente ofertadas.

6.3.2. A quantidade de Debêntures a ser distribuída poderia ainda, a critério da Emissora e sem prejuízo do disposto no Cláusula 6.3.1. acima, ser aumentada em até 190.000 (cento e noventa mil) Debêntures, ou seja, em até 20% (vinte por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão, conforme previsto no artigo 14, Parágrafo 2º da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão ("Debêntures Adicionais"). A opção de Debêntures Adicionais foi parcialmente exercida com relação às Debêntures da Primeira Série, o que representou um aumento de 115.000 (cento e quinze mil) Debêntures da Primeira Série em relação às Debêntures da Primeira Série originalmente ofertadas, e foi integralmente exercida com relação às Debêntures da Segunda Série, o que representou um aumento de 20.000 (vinte mil) Debêntures da Segunda Série em relação às Debêntures da Segunda Série originalmente ofertadas."

2.1.5 Alterar a Cláusula 6.5 da Escritura de modo que ela passará vigor da seguintes forma:

"6.5 Séries. A Emissão é realizada em duas séries, conforme definido de acordo com a demanda verificada no Procedimento de Bookbuilding, observado o regime de garantia firme para as Debêntures da Primeira Série e o regime de colocação de melhores esforços para as Debêntures da Segunda Série. Foram emitidas 965.000 (novecentas e sessenta e cinco mil) Debêntures como Debêntures da Primeira Série e 135.000 (cento e trinta e cinco mil) Debêntures como Debêntures da Segunda Série, em razão de ter sido verificada demanda de mercado para as Debêntures da Segunda Série no Procedimento de Bookbuilding."

2.1.6 Alterar a Cláusula 6.12.1 e seguintes da Escritura de modo que passarão a vigor da seguinte forma:

6.12.1 Remuneração: As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

[...]

6.12.1.2. Juros Remuneratórios: As Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração correspondente à 109,00% (cento e nove por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data de Subscrição e Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a fórmula indicada na Cláusula 6.12.1.6. abaixo ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série").

[...]

6.12.1.6 A Remuneração das Debêntures da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator DI - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos ao final do Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI= Produtório das Taxas DI, com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Onde:

k = número de ordem da Taxa DI Over, variando de 1 (um) até n;

n = número total de Taxas DI Over, considerados na apuração do "Fator DI", sendo "n" um número inteiro;

p = 109,00 aplicado sobre a Taxa DI Over, conforme resultado do Procedimento de Bookbuilding;

TDI_k = Taxa DI Over de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI Over de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada, com 2 (duas) casas decimais.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série:

- (a) O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Se os fatores diários estiverem acumulados, considera-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (d) Taxa DI Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

[...]

2.1.7 Alterar a Cláusula 6.12.2 da Escritura de modo que ela passarão a vigor da seguinte forma:

6.12.2 Remuneração das Debêntures da Segunda Série: A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas abaixo:

6.12.2.1. *Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Subscrição e Integralização, calculada de forma pro rata temporis por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures, de acordo com a seguinte fórmula, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série automaticamente ("Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série"):*

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo "dut" um número inteiro.

6.12.2.2 Observações:

(i) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

(iii) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

(iv) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

(v) Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;

6.12.2.7. Juros remuneratórios das Debêntures da Segunda Série. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devidamente atualizado de acordo com a Cláusula 6.12.2.1 acima, incidirão juros prefixados, correspondentes a 2,7100% (dois inteiros e setenta e um centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Subscrição e Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso ("Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série") e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração das Debêntures da Segunda Série").

[...]

6.12.2.9 O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

onde:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Taxa = 2,7100 conforme apurada no Procedimento de Bookbuilding, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;"

3. **Ratificações**

3.1 Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas todas as demais cláusulas, itens, características e condições constantes das Debêntures, conforme previstas na Escritura, que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Aditamento.

4. **Disposições Gerais**

4.1 Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

4.2 Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 10 de outubro de 2012.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

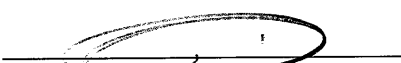
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até duas Séries, para Distribuição Pública da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., entre da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários- Página de Assinaturas 1/3.

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.



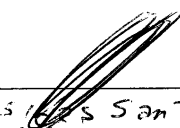
Nome: Mauricio Soares Vasconcelos
Cargo: Diretor Presidente



Nome: Roberto Silveira de Oliveira
Cargo: Diretor


Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até duas Séries, para Distribuição Pública da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A, entre da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 2/3.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

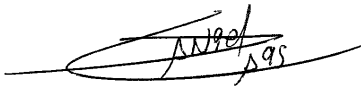

Nome: Silas Santos de Amorim
Cargo: Procurador

Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até duas Séries, para Distribuição Pública da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., entre da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 3/3.

TESTEMUNHAS:



Nome: **Helen Wu**
RG: 34.717.427-9
CPF/MF: 371.689.518-07



Nome: *Daniel Calix Pavan de Silva Gomes*
CPF/MF: 222 395 228 36

JUCESP
ESCRITURA PARTICULAR DA QUARTA EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLE
AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DI
CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

JUCESP PROTOCOLO
0.943.338/12-8



CELEBRADA ENTRE

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

DATA

04 DE SETEMBRO DE 2012

JUR_SP - 15408048v15 - 2120.336203

1



ESCRITURA PARTICULAR DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

Os recursos das Debêntures da Segunda Série desta Oferta serão utilizados para reembolsos de gastos, despesas ou dívidas relativos ao Projeto de Investimento (conforme descrito na Cláusula 4.2 abaixo), o qual deverá ser aprovado por Portaria a ser emitida pelo Ministério dos Transportes.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até duas Séries, para Distribuição Pública da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A." ("Escritura de Emissão");

I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, e sede na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 02.451.848/0001-62, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.154461, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia" e/ou "Emissora"); e

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) ("Debenturistas da Segunda Série") e, quando em conjunto com Debenturistas da Primeira Série, ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

JUCESP
14 09 12

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de agosto de 2012 ("AGE"), conforme proposta do Conselho de Administração da Emissora formalizada em Reunião realizada em 29 de agosto de 2012 ("RCA"), nos termos do seu estatuto social. De acordo com a AGE foram aprovados (1) a Emissão (conforme definida abaixo) e seus termos e condições, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e (2) a Oferta (conforme definida abaixo) e seus termos e condições, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, Instrução CVM 400 (conforme definida abaixo) e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2. REQUISITOS

2.1 A 4ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, para distribuição pública pela Emissora ("Emissão") e a Oferta (conforme abaixo definida) serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

I. *Arquivamento e Publicação das Atas dos Atos Societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, as atas da AGE e RCA da Companhia serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no Jornal de Jundiaí. Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados após o arquivamento desta Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no DOESP e no Jornal de Jundiaí, conforme legislação em vigor.

II. *Inscrição e Registro desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCESP. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), de modo a especificar (i) o número de séries, (ii) a quantidade de Debêntures a ser emitida em cada série, e (iii) as taxas de remuneração finais aplicáveis às Debêntures ("Aditamento").

JUR_SP - 15408048v15 - 2120.336203

3



DUCESP

III. *Distribuição Primária.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do (i) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures (conforme abaixo definido) liquidada financeiramente por meio da CETIP; e/ou (ii) DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures (conforme abaixo definido) realizadas por meio da BM&FBOVESPA.

IV. *Registro para Negociação e Custódia Eletrônica.* As Debêntures (conforme abaixo definido) serão registradas para negociação no mercado secundário e para custódia eletrônica por meio do (i) SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures (conforme abaixo definido) custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures (conforme abaixo definido) custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

V. *Registro pela CVM.* As Debêntures (conforme abaixo definido) serão objeto de oferta pública de distribuição ("Oferta"), que deverá ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, bem como de acordo com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008, e o convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 e aditado em 25 de janeiro de 2010 e 08 de maio de 2012, entre a CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA" e "Convênio CVM-ANBIMA", respectivamente).

VI. *Análise Prévia pela ANBIMA.* A Oferta será objeto de análise prévia pela ANBIMA, no âmbito do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas ("Código ANBIMA") e do Convênio CVM-ANBIMA.

VII. *Portaria do Ministério dos Transportes.* A realização da Emissão de Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definida) está condicionada à classificação dos Projetos de

Investimento (conforme abaixo definido) como prioritários pelo Ministério dos Transportes, por meio de portaria específica, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei 12.431/2011") e "Portaria do Ministério dos Transportes, respectivamente).

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1. A Companhia tem por objeto exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do Sistema Rodoviário Ananhangüera-Bandeirantes ("Concessão"), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, construção do prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes, serviços complementares, bem como os de apoio aos serviços complementares e não delegados, e atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP em decorrência da Concorrência Internacional nº 007/CIC/97, relativa ao denominado Lote 1 ("Contrato de Concessão").

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados para (i) o resgate antecipado do maior número de notas promissórias dentre as 380 notas promissórias comerciais, emitidas em 25 de novembro de 2011, com valor nominal unitário de R\$2.500.000,00, totalizando R\$950.000.000,00, objeto da segunda emissão de notas comerciais da Emissora, em série única, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. As notas promissórias que permanecerem em circulação após a utilização dos recursos líquidos decorrentes das Debêntures da Primeira Série serão, a critério da Emissora, (a) resgatadas antecipadamente em sua totalidade mediante a utilização de outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das atividades operacionais da Emissora, ou (b) liquidadas na data de seu vencimento, em 19 de novembro de 2012, mediante a utilização de outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das atividades operacionais da Emissora; e (ii) para recomposição do caixa com vistas à complementação dos montantes a serem distribuídos como dividendos, sendo que os recursos não utilizados serão utilizados conforme o item anterior. O exato montante a ser destinado para recomposição de caixa será determinado de acordo com o montante de dividendos a ser deliberado pelo nosso conselho de administração, nos termos do artigo 20 do nosso estatuto social, deliberação esta que estimamos que deverá ocorrer até 31 de outubro de 2012

CCR

4.2 Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures da Segunda Série serão destinados para reembolso de custos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos, nos termos dos Prospectos ("Projetos de Investimento").

4.2.1. Os Projetos de Investimento são parte integrante de um projeto de investimento maior ("Projeto de investimento Total") que deverá ser considerado como prioritário pelo Ministério dos Transportes, conforme Portaria do Ministério dos Transportes, para fins do disposto na Lei 12.431/2011, para que as Debêntures da Segunda Série possam ser emitidas.

4.2.2. A implementação dos Projetos de Investimento já estão em curso, encontrando-se em fase de projeto e obras, sendo que seu encerramento é estimado para 2016.

4.2.3. A totalidade dos recursos financeiros necessários para os Projetos de Investimento é de aproximadamente R\$ 377.000.000,00 (trezentos e setenta e sete milhões de reais) (valores correntes). A totalidade dos recursos financeiros necessários para a realização do Projeto de Investimento Total, incluindo sua ampliação, manutenção e operação, é de aproximadamente R\$ 1.228.000.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e oito milhões de reais) (valores correntes).

4.2.4. A Emissora estima que a presente emissão de Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) deve representar aproximadamente (a) 26,5% (vinte e seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) das necessidades de recursos financeiros dos Projetos de Investimento, caso seja emitida a totalidade das Debêntures da Segunda Série, sem considerar a emissão das Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais (conforme abaixo definidos) e (b) 8,15% (oito inteiros e quinze centésimos por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto de Investimento Total, caso seja emitida a totalidade das Debêntures da Segunda Série, sem considerar a emissão das Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais (conforme abaixo definidos).

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1 *Colocação e Procedimento de Distribuição.* A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, sob o regime de garantia firme de colocação para a Primeira Série (conforme definido abaixo) no valor de R\$850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais) e sob o regime de melhores esforços de colocação para a Segunda Série

5.1.1

(conforme definido abaixo) de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com a intermediação de HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC" ou "Coordenador Líder") e BB-Banco de Investimento S.A. ("BB-BI") e da Caixa Econômica Federal ("Caixa" e, em conjunto com o HSBC e BB-BI, os "Coordenadores") nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em até duas séries da Espécie Quirografária, da Quarta Emissão da Concessionária do Sistema Anahanguera-Bandeirantes S.A." celebrado entre a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

5.1.1 A Oferta será realizada de acordo com os termos descritos na Cláusula 2.1V acima, e utilizando-se do procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração as relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Companhia, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição de que trata esta Cláusula, com expressa anuência da Emissora, os Coordenadores assegurarão a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições financeiras integrantes do consórcio de distribuição da Oferta recebam previamente exemplar do prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") e do prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo" e quando considerados em conjunto, "Prospectos"), incluindo o Formulário de Referência (conforme definido abaixo), para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores.

5.1.2 A colocação das Debêntures somente terá início após: (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA; (iii) a publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"); (iv) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo da Oferta, incluindo o formulário de referência, elaborado pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), a ele incorporado por referência ("Formulário de Referência"); e (v) com relação às Debêntures da Segunda Série, após (a) a sanção presidencial ao artigo 71 do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012, bem como a publicação da respectiva lei no Diário Oficial da União, na forma aprovada e encaminhada à sanção presidencial pelo Senado Federal em 17 de agosto de 2012 ("Projeto de Lei"), e (b) a publicação da Portaria do Ministério dos Transportes no Diário Oficial da União. Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, a colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 6 (seis) meses a contar da data de publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Colocação").

DUCEP

5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, a ser organizado pelos Coordenadores, para a definição em conjunto com a Companhia da (i) realização da Emissão somente na Primeira Série ou em duas Séries (conforme definido abaixo); (ii) da quantidade das Debêntures da Primeira Série (caso haja emissão de Debêntures Adicionais e/ou Debêntures Suplementares) e da emissão e quantidade das Debêntures da Segunda Série; e (iii) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.12.1.2 abaixo) e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.12.2.7 abaixo), observadas as disposições constantes no Contrato de Distribuição.

5.3 O resultado do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo) será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão e será divulgado, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

5.4 *Prazo de Subscrição.* Observado o disposto na Cláusula 5.1.2 acima, as Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos da regulamentação aplicável.

5.5 *Forma e Preço de Subscrição e de Integralização.* A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, por meio do SDT e DDA, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização").

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 4ª (quarta) emissão de Debêntures da Companhia.

6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de até R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, sem considerar opção de Lote Adicional e Lote Suplementar, conforme abaixo definidos ("Valor Total da Emissão").

6.3 *Quantidade.* Serão emitidas até 950.000 (novecentas e cinquenta mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais (conforme definidas abaixo), observando que:

- (i) a primeira série será composta por 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido ("Debêntures da Primeira Série"); e
- (ii) a segunda série se, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, for emitida, será composta por no máximo 100.000 (cem mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido ("Debêntures da Segunda Série" e, quando em conjunto com Debêntures da Primeira Série, doravante denominadas "Debêntures").

6.3.1. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 142.500 (cento e quarenta e duas mil e quinhentas) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) e/ou Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo).

6.3.2. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 190.000 (cento e noventa mil) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) e/ou Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo).

6.3.3. Caso as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares sejam emitidas, conforme disposto acima, os Coordenadores farão a distribuição das Debêntures Adicionais e/ou das Debêntures Suplementares sob regime de melhores esforços de colocação.

6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries ("Séries"), sendo que haverá emissão de Debêntures na Segunda Série caso haja demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding* para tal série, observado o regime de colocação de garantia firme para as Debêntures da Primeira Série e o regime de melhores esforços para as Debêntures da Segunda Série, admitindo-se, portanto, a colocação parcial das Debêntures da Segunda Série.

6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, será expedido pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures, conforme as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA.

6.7 *Instituição Escrituradora e Banco Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64, e o banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Instituição Escrituradora" e "Banco Mandatário", respectivamente).

6.8 *Conversibilidade.* As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

6.9 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em

caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, e desta Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio especial ou geral aos Debênturistas.

6.10 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a 15 de outubro de 2012 ("Data de Emissão").

6.11 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 4 (quatro) anos e 11(onze) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2017 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"). O prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 5 (anos) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2017 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série", e quando em conjunto "Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e observando-se o disposto no Art. 1º, §1º, inciso I, e Art. 2º, §1º, ambos da Lei 12.431/2011.

6.11.1. Para fins desta Escritura de Emissão, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário após cada Data de Amortização (conforme abaixo definido) ou após eventual amortização extraordinária, se ocorrer.

6.12 *Remuneração:* As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

6.12.1. *Remuneração das Debêntures da Primeira Série.* A remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme disposto nas cláusulas abaixo:

6.12.1.1. *Atualização Monetária:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente.

6.12.1.2. *Juros Remuneratórios:* As Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração correspondente à taxa máxima de 109,20% (cento e nove inteiros e vinte centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), incidentes sobre o Valor Nominal

Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data de Subscrição e Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série (conforme abaixo definido), conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a fórmula indicada na Cláusula 6.12.1.6 abaixo ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série").

- 6.12.1.3. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.
- 6.12.1.4. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de Bookbuilding, será ratificada por meio de aditamento a presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissor ou de realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da Primeira Série, nos termos da AGE.
- 6.12.1.5. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida), exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida), inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida), exclusive, subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures.
- 6.12.1.6. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator DI - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos ao final do Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI= Produtório das Taxas DI, com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Onde:

k = número de ordem da Taxa DI Over, variando de 1 (um) até n;

n = número total de Taxas DI Over, considerados na apuração do "Fator DI", sendo "n" um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais refletindo o resultado do Procedimento de Bookbuilding, observado o máximo de 109,20 (cento e nove inteiros e vinte centésimos);

TDI_k = Taxa DI Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada, com 2 (duas) casas decimais.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série:

(a) O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas

decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(c) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(d) Taxa DI Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

6.12.1.7. *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI Over.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures da Primeira Série, não houver divulgação da Taxa DI Over pela CETIP, será utilizada a última Taxa DI Over divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI Over. Se a não divulgação da Taxa DI Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.12.1.8 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.12.1.8. *Indisponibilidade da Taxa DI Over.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over às Debêntures da Primeira Série por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI Over. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI Over ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula 9 abaixo) da Primeira Série para deliberar, em comum acordo com a Emissora e, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série a ser aplicado, parâmetro este que deverá ser aquele que melhor refletia as condições de mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série, a última Taxa DI Over divulgada oficialmente será utilizada quando do cálculo de quaisquer

obrigações previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da Primeira Série.

- 6.12.1.9. Caso a Taxa DI *Over* volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a Taxa DI *Over*, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI *Over* nos termos aqui previstos, a última Taxa DI *Over* divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série.
- 6.12.1.10. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:
- I. resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, sem incidência de prêmio de resgate, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido da Remuneração da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, caso em que a Taxa DI *Over* a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da Primeira Série será a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente; ou
 - II. amortizar integralmente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da Primeira Série e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série, observado que (a) caso a

Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação; e (b) durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração da Primeira Série continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa substituta de Remuneração da Primeira Série, que deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época a ser definida pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação, reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, devendo a Emissora, obrigatoriamente, ser convocada para tal Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que a nova remuneração não poderá exceder a última Taxa DI Over. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI Over. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas da Primeira Série quanto à taxa substituta de remuneração durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

6.12.2. *Remuneração das Debêntures da Segunda Série:* A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas abaixo:

6.12.2.1. *Atualização Monetária:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Subscrição e Integralização, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures, de acordo com a seguinte fórmula, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série automaticamente ("Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série"):

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

JUR_SP - 15408048v15 - 2120.336203

16

JURIS

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo "dut" um número inteiro.

6.12.2.2. Observações:

- (i) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

(iii) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

(iv) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

(v) Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos;

6.12.2.3. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do IPCA devido, quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série.

6.12.2.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por 2 meses consecutivos, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição ao IPCA.

6.12.2.5. Caso, (i) na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, ou, (ii) após o transcurso do Período de Ausência do IPCA, na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA, será utilizado o mesmo índice que vier a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos nos sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária no Brasil ("Taxa Substitutiva"). Até a divulgação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às

Debêntures da Segunda Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente.

- 6.12.2.6. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da divulgação da Taxa Substitutiva, referida Taxa Substitutiva não será mais utilizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série.
- 6.12.2.7. *Juros remuneratórios das Debêntures da Segunda Série.* Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devidamente atualizado de acordo com a Cláusula 6.12.2.1 acima, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), somado à taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional, com vencimento em 2016 ("NTN-B16"), que deverá ser a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA, a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Subscrição e Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso ("Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração das Debêntures da Segunda Série").
- 6.12.2.8. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série, uma vez definido em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificado por meio de aditamento a presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissor ou de realização de *Assembleia Geral* dos Debenturistas da Segunda Série, nos termos da AGE.
- 6.12.2.9. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.



JUROS

VNa = Valor Nominal Unitário, atualizado das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

onde:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

taxa = taxa de juros fixa das Debêntures da Segunda Série, a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, observado o teto previsto na Cláusula 6.12.2.7 acima na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

6.13 Amortização do Valor Nominal. Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado de acordo com os termos e disposições abaixo:

6.13.1. Amortização das Debêntures da Primeira Série: O Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 8 (oito) parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de dezembro de 2015 (inclusive), ou seja, a partir do 38º (trigésimo oitavo) mês, inclusive, contatos da Data de Emissão ("Período de Carência das Debêntures da Primeira Série"), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série"):

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série
---	---

12,5%	15 de dezembro de 2015
12,5%	15 de março de 2016
12,5%	15 de junho de 2016
12,5%	15 de setembro de 2016
12,5%	15 de dezembro de 2016
12,5%	15 de março de 2017
12,5%	15 de junho de 2017
12,5%	Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, ou seja, em 15 de setembro de 2017

6.13.2. *Amortização das Debêntures da Segunda Série:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, ou seja, em 15 de outubro de 2017, ("Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série") e, quando em conjunto com Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série, "Data de Amortização").

6.14 *Pagamento dos Juros Remuneratórios.* Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado trimestralmente, iniciando-se o primeiro pagamento em 15 de junho de 2013. O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série, será realizado semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2013. A tabela abaixo indica cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração":

Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures 1ª Série:	Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures 2ª Série
15 de junho de 2013	15 de abril de 2013
15 de setembro de 2013	15 de outubro de 2013
15 de dezembro de 2013	15 de abril de 2014
15 de março de 2014	15 de outubro de 2014
15 de junho de 2014	15 de abril de 2015
15 de setembro de 2014	15 de outubro de 2015
15 de dezembro de 2014	15 de abril de 2016

15 de março de 2015	15 de outubro de 2016
15 de junho de 2015	15 de abril de 2017
15 de setembro de 2015	15 de outubro de 2017
15 de dezembro de 2015	
15 de março de 2016	
15 de junho de 2016	
15 de setembro de 2016	
15 de dezembro de 2016	
15 de março de 2017	
15 de junho de 2017	
15 de setembro de 2017	

6.14.1. Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures no Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

6.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.16 *Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures:* As Debêntures da Primeira Série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, conforme termos e condições previstos nas cláusulas abaixo. As Debêntures da Segunda Série não poderão ser resgatadas de maneira facultativa e antecipadamente pela Emissora, nos termos da Lei 12.431/11.

6.16.1. *Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independente da vontade dos Debenturistas da Primeira Série, realizar (a) o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série"); ou (b) a amortização facultativa parcial, esta última limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável, que deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures da Primeira Série em circulação ("Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série"), de acordo com os termos e condições previstas abaixo:

6.16.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da

Primeira Série, a ser amplamente divulgada nos termos desta Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série"), que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo (a) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas ("Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série"); e (b) demais informações necessárias para operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

6.16.1.2. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas da Primeira Série farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário, ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual ("Taxa do Prêmio de Resgate das Debêntures da Primeira Série"), de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série conforme subitem "a" acima:

Data do Resgate Antecipado Facultativo Total	Taxa do Prêmio de Resgate
15/10/2012 (inclusive) até 15/10/2013 (inclusive)	0,75%
16/10/2013 (inclusive) até 15/10/2014 (inclusive)	0,50%
16/10/2014 (inclusive) até 15/10/2015 (inclusive)	0,40%
16/10/2015 (inclusive) até 15/10/2016 (inclusive)	0,30%
16/10/2016 (inclusive) até 14/09/2017 (inclusive)	0,20%

6.16.1.3. A Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da Primeira Série, a ser amplamente divulgada nos termos desta Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série ("Comunicação de Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série"), que deverá descrever os termos e condições da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série, incluindo (a) a data efetiva para a amortização ("Data da Amortização Facultativa Parcial"); e (b) demais informações necessárias para operacionalização da Amortização Facultativa Parcial.

das Debêntures da Primeira Série"); (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Companhia, mas em todo caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série à época da amortização; (c) o Valor da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série; e (d) demais informações necessárias para operacionalização da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série.

6.16.1.4. Por ocasião da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série, os Debenturistas da Primeira Série farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada, acrescida: (a) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização, ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual ("Taxa do Prêmio de Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série"), de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série conforme subitem "a" acima:

Data da Amortização Facultativa Parcial	Taxa do Prêmio de Amortização
15/10/2012 (inclusive) até 15/10/2013 (inclusive)	0,75%
16/10/2013 (inclusive) até 15/10/2014 (inclusive)	0,50%
16/10/2014 (inclusive) até 15/10/2015 (inclusive)	0,40%
16/10/2015 (inclusive) até 15/10/2016 (inclusive)	0,30%
16/10/2016 (inclusive) até 14/09/2017 (inclusive)	0,20%

6.16.2. O pagamento das Debêntures da Primeira Série resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série amortizadas antecipadamente será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e dos procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA. A CETIP e a BM&FBOVESPA deverão ser informadas pela Emissora com antecedência mínima de 02 (dois) dias Úteis antes da data

prevista para realização do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série.

11 08 20
14 09 12

6.16.3. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo Parcial deverá ocorrer por meio de operação de compra e venda definitiva no mercado secundário, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade. Em relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, haverá procedimento específico no caso de Resgate Antecipado Facultativo.

6.16.4. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Companhia.

6.17 *Aquisição Facultativa:* A Emissora poderá, a qualquer momento, adquirir Debêntures da Primeira Série em circulação. A Emissora não poderá, nos 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão, adquirir Debêntures da Segunda Série em circulação, nos termos do Art. 1º, §1º da Lei 12.431/2011.

- (i) Observado o disposto acima, a Emissora poderá adquirir Debêntures em circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso.
- (ii) as Debêntures da Primeira Série adquiridas pela Companhia poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures da Primeira Série adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures da Primeira Série em Circulação; e
- (iii) as Debêntures da Segunda Série deverão ser canceladas.



6.18 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.19 *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e/ou no BOVESPAFIX (conforme o caso); ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND e/ou no BOVESPAFIX: (a) na sede da Companhia ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

6.20 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

6.21 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.22 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

DUCESP
14 09 12

6.23 Tratamento Tributário das Debêntures

6.23.1. As Debêntures da Segunda Série gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431/2011 e, consequentemente, também gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida Lei.

6.23.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431/2011, deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário e Escriturador, sob pena de ter descontados dos rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.23.3. Caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento, as Debêntures da Segunda Série deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431/2011, em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei, desde que por sua culpa ou dolo, a Emissora desde já se obriga a, seu exclusivo critério, (a) arcar com todos os impostos de renda que venham a ser devidos pelos Debenturistas sobre a Remuneração das Debêntures da 2ª Série de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos impostos não fossem incidentes; ou (b) recomprar a totalidade das Debêntures da Segunda Série, observados os termos da Lei 12.431/2011.

6.24 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.24.1 a 6.24.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigirá o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- (I) não pagamento, pela Emissora, de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas respectivas Datas de Vencimento, por período superior a 2 (dois) Dias Úteis, contados das Datas de Vencimento;
- (II) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto materialmente relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, que afetem de forma adversa as Debêntures, conforme notificação do Agente Fiduciário;
- (III) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (IV) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora, em valor individual ou agregado, superior a R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão pelo IGP-M, salvo se a Emissora comprovar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 Dias Úteis contados a partir da data do não pagamento, que referido não pagamento (i) foi sanado pela Emissora; ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (V) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resulte na perda, pela CCR S.A. ("CCR"), do controle direto e indireto da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (VI) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, de autofalência ou pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal e/ou decretação de falência da Emissora, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (VII) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (VIII) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, exceto se tal alteração

referir-se à ampliação da atuação da Emissora, mantidas as atividades relacionadas ao setor de infraestrutura;

11:05:48
14 09 12

- (IX) término antecipado do Contrato de Concessão;
- (X) descumprimento, pela Emissora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contado a partir da data fixada para pagamento os efeitos de tal sentença forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem;
- (XI) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se (i) no prazo máximo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data da intimação do protesto, a Emissora comprovar que referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado; ou (ii) a Emissora prestar garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo Poder Judiciário;
- (XII) pagamento de dividendos pela Emissora e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados ao dividendos obrigatórios;
- (XIII) pagamento de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da Emissora seja superior a 4 (quatro) vezes ("Índice Financeiro");

Para os fins deste item entende-se por:

"Dívida Líquida" a somatória dos valores correspondentes a (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo

prazo; (iv) debêntures no longo prazo e, ainda, (v) ~~empréstimos de longo prazo~~ concedidos por empresas coligadas, acionistas ~~ou administradores, menos~~ disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários.

"EBITDA", para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora (I) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

"Dívida Líquida/EBITDA" a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA; e

O quociente Dívida Líquida/EBITDA será verificado semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou submetidas à revisão especial de auditores independentes, conforme o caso, e publicadas nos prazos legais aplicáveis. Na hipótese da ocorrência de alterações nas normas ou práticas contábeis que impactem a forma e/ou o resultado da apuração da relação Dívida Líquida/EBITDA da Emissora, a Emissora deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para que seja definida nova metodologia de apuração desta relação de modo a refletir a metodologia de apuração em vigor na Data de Emissão, observado o quorum descrito na Cláusula 9.6 abaixo.

(XIV) redução do capital social da Emissora sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das Debêntures em Circulação, manifestada nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas convocada para esse fim.

6.24.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens I, IV, VI, VII, IX, X, XI, e XII acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do saldo devedor das Debêntures acrescido dos Encargos Moratórios devidos, conforme o caso.

6.24.2. Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados no parágrafo anterior, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.7 abaixo, convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis

contados da data em que constatar sua ocorrência, Assembleias Gerais de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei.

2018-08-14 09:12

6.24.3. O vencimento antecipado não será decretado, se, nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas, (i) Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das respectivas Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações objeto desta Escritura de Emissão; ou (ii) os trabalhos forem suspensos para deliberação em data posterior.

6.24.4. Em caso de (i) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.24.3 (i) acima; ou (ii) não instalação, em segunda convocação, das respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas referidas na Cláusula 6.24.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações objeto desta Escritura de Emissão.

6.24.5. Em caso de declaração de vencimento antecipado, a Companhia obriga-se a pagar o saldo devedor do Valor Nominal em Circulação, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de quaisquer documentos da Oferta, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigados, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.25 *Publicidade.* Exceto pelo aviso ao mercado relativo à Oferta, pelo Anúncio de Início e pelo anúncio de encerramento relativo à Oferta, que serão disponibilizados na página da Companhia na Internet (www.autoban.com.br) e publicados no Jornal de Jundiaí e no Valor Econômico, todos os demais anúncios, atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente disponibilizados na página da Companhia na Internet, bem como comunicados, na forma de aviso, no DOESP e no Jornal de Jundiaí, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observados os prazos legais, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.



GRUPCCR

6.26 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

(i) para a Companhia:

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.

Avenida Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200

Bairro do Bom Retiro, Jundiaí, SP

At.: Maurício Vasconcellos

Telefone: 11 4589-4004

Fac-símile: 11 4589-4004

Correio Eletrônico: mauricio.vasconcellos@grupoccr.com.br

(ii) com cópia para:

CCR S.A.

Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco B, 4º andar

São Paulo, SP

At.: Priscilla Matsumoto Huttenlocher

Telefone: 11 3048 5948

Fac-símile: 11 3048 5900

Correio Eletrônico: priscila.huttenlocher@grupoccr.com.br

JUR SP
14 09 12

(iii) para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar

01452-001 - São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

(v) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Rua XV de Novembro, 275, 5º andar

01013-001 - São Paulo – SP

At.: Diretoria de Regulamentação de Emissores

Telefone: (11) 2565-4000

Fac-símile: (11) 2565-4000

Correio Eletrônico: gre@bvmf.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

JUCESP
14 09 12

7.1. A Companhia adicionalmente está obrigada a:

7.1.1. fornecer ao Agente Fiduciário caso não estejam disponíveis em sua página na Internet e/ou na página da CVM na Internet e disponibilizar em sua página na Internet e na página da CVM na Internet:

(a) Dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável, e declaração do diretor de relações com investidores atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão, bem como o relatório consolidado da memória de cálculo do Índice Financeiro compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do quociente Dívida Líquida/EBITDA;

(b) Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 480, nos prazos ali previstos e, dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas informações trimestrais (ITRs), acompanhadas de relatório de revisão especial, emitido por auditor independente registrado na CVM;

(c) Notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas nos prazos legalmente estabelecidos, informando, inclusive, a data e ordem do dia das referidas Assembleias;

(d) No menor prazo possível, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Companhia e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam relevantes para a presente Emissão e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Companhia ou que a Companhia não está autorizada a divulgar nos termos da regulamentação a ela aplicável;

(e) Em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Companhia relativa às Debêntures ou à presente Escritura de Emissão;

(f) No prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento. O descumprimento desse dever pela Companhia não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões nelas previstos na presente Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;

(g) No prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do prazo para divulgação do relatório de que trata o inciso (xiv) da Cláusula 8.5 abaixo, todos os atos societários necessários para elaboração de tal relatório, informações financeiras e cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive, controladores, sociedades controladas (caso aplicável), sociedades sob controle comum, sociedades coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e

(h) No prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento do relatório de *rating* enviado pela Agência de Classificação de Risco, encaminhar o relatório de *rating* para o Agente Fiduciário.

7.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

7.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil.

7.1.4. Convocar, nos termos da Cláusula 9 abaixo, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, no entendimento exclusivo da Companhia, afete direta ou indiretamente os interesses dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça.



7.1.5. Cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM, ANBIMA, BM&FBOVESPA e CETIP, incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei.

7.1.6. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

7.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis.

7.1.8. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar terceiros autorizados para a prestação desse serviço.

7.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com seu Estatuto Social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

7.1.10. Notificar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Companhia e que resulte em um impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira.

7.1.11. Manter os bens necessários à manutenção de suas condições de operação e funcionamento adequadamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora, ou valer-se de estruturas de autoseguro;

7.1.12. Não praticar quaisquer atos em desacordo com a presente Escritura de Emissão, conforme os termos e condições previstos nos respectivos itens desta Escritura de Emissão.

7.1.13. Manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, exceto no que se referirem a concessões, autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira.

7.1.14. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa,

JUR_SP - 15408048v15 - 2120.336203

36

efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

7.1.15. Manter, conservar e preservar todos os seus bens relevantes (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades.

7.1.16. Cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto (i) aqueles que estejam sendo questionados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa ou (ii) cujos eventuais descumprimentos não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira.

7.1.17. Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e o Agente Escriturador, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e/ou BOVESPAFIX, conforme aplicável) e Agência de Classificação de Risco, devendo, ainda, fazer com que a Agência de Classificação de Risco atualize a respectiva classificação de risco das Debêntures anualmente, até o vencimento das Debêntures. Além do aqui disposto, a Companhia deverá: (i) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco; (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (iii) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco.

7.1.18. Caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá: (i) contratar outra agência de classificação de risco, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja uma agência de reconhecimento internacional; ou (ii) notificar o Agente fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

7.1.19. No prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário.

7.1.20. Notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas por atos ou fatos ocorridos antes da celebração desta Escritura de Emissão, que venham a ser constatadas após a data de celebração desta Escritura de Emissão.

7.1.21. Manter em vigor a estrutura de contratos necessária para lhe assegurar a manutenção de suas condições de operação e funcionamento.

7.1.22. Não omitir nenhum fato de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que cause alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas.

7.1.23. Utilizar os recursos oriundos da Emissão exclusivamente conforme descrito na Cláusula 4 nesta Escritura de Emissão.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

(i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

(ii) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;

(iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

(iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(v) esta Escritura de Emissão constitui obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos;

(vi) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;

(vii) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;

(viii) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

(ix) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

(x) não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;

(xi) é instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras; e

(xii) com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto nos artigos 10, §2º e 12, alínea k, ambos da Instrução CVM nº 28/83, que atualmente atua nas seguintes emissões:

- (a) Na 1ª emissão de debêntures simples, com garantia real, em três séries, de emissão da Emissora, no valor total de R\$ 510.000.000,00 (quinhentos e dez milhões de reais), com emissão de 51.000 (cinquenta e uma mil) debêntures, em 01 de abril de 2006, sendo que as datas de vencimento das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª série são, respectivamente, 1º de abril de 2014, 1º de abril de 2013 e 1º de outubro de 2012. A emissão teve seu valor integralmente garantido por (i) penhor de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos recebíveis de pedágio e de receitas adicionais; (ii) penhor de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos direitos de conta correntes vinculadas; (iii) penhor de 55% (cinquenta e cinco por cento) das ações de emissão da Autoban de titularidade da CCR; e (iv) cessão fiduciária de 55% (cinquenta e cinco por cento) da eventual indenização do Poder Concedente. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas a

amortização programada, conforme previsto nos termos de respectiva escritura de emissão.

- (b) Na 4ª Emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, convolada em espécie quirografária, em série única da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. ("Via Oeste"), no valor total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures em 28 de abril de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 28 de maio de 2017. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (c) Na 2ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. ("Rodoanel"), no valor total de R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais), com a emissão de 180.000 (cento e oitenta mil debêntures), em 05 de maio de 2011, sendo que a data de vencimento das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª série são, respectivamente 5 de maio de 2014, 5 de maio de 2015 e, 5 de maio de 2016. Referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR e pela Encalso Construções Ltda. ("Encalso"), no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão, sendo 95% (noventa e cinco por cento) garantido por fiança da CCR e 5% (cinco por cento) garantido por fiança da Encalso. Adicionalmente, as debêntures da 3ª série contarão com fiança de 5% (cinco por cento) do valor total da série, qual seja R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), prestada por Alberto Bagdade e Mário Múcio Eygênio Damha. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures,, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (d) Na 1ª Emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, em série única da Renovias Concessionárias S.A. ("Renovias"), no valor total de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), com a emissão de 140 (cento e quarenta) debêntures em 01 de fevereiro de 2010, sendo que a data de vencimento das debêntures é 1º de fevereiro de 2015. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures,

apenas a amortização programada, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

JUR SP
14 09 12

- (e) Na 2ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única da Rodovias Integradas do Oeste S.A. ("SP Vias"), no valor total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com a emissão de 40.000 (quarenta mil) debêntures em 05 de julho de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 5 de julho de 2016. A referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR S.A. no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

(xiii) o seu representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições de seu estatuto social; e

(xiv) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.

8.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou, na hipótese de substituição, de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3. Nos casos previstos abaixo e nos de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

(i) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(ii) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim;

(iii) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;

(iv) será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das respectivas Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;

(v) a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na Instrução CVM 28; e (b) caso a substituição for em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão que será devidamente registrada na JUCESP;

(vi) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

(vii) o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.26 acima; e

(viii) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a Instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

(i) receberá uma remuneração:

(a) de R\$4.000,00 (quatro mil reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;

(b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação acumulada do IGPM - Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;

(c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, além de juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL;

(d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima; e

(e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, ficando os valores em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

JUR_SP - 15408048v15 - 2120.336203

43

ANEXO

(ii) será reembolsado pela Companhia por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, tais como notificações, extração de certidões, despesas com conferência telefônicas contatos telefônicos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, incluindo auditoria e /ou fiscalização, entre outras, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que, sempre que possível, as despesas tenham sido previamente aprovadas, pela Companhia.

(iii) poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere o inciso (ii) acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

DEBÊNTURES

- (ii) custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4. acima; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (iii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- (iv) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, tendo, para tanto, diligenciando para sanar eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (vii) promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão, e seus respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;

11.03.18
14 09 12

(xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9 abaixo;

(xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiv) elaborar e enviar à Companhia relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
- (b) alterações societárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando (a) denominação do ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de

vencimento; (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, conforme o caso; e (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e

(j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

(xv) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (xiv) acima, no prazo máximo de 4 meses contados da data de encerramento do exercício social da Companhia, ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;

(xvi) publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.25 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso (xiv) acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso (xv) acima;

(xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(xviii) coordenar o sorteio das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;

(xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; (b) daquela relativa à obrigação de manutenção da contratação de agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 7.1 acima; e (c) daquela relativa à observância do Índice Financeiro;

(xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente

Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e a BM&FBOVESPA;

(xxi) divulgar as informações referidas no inciso (xiv) acima, item (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;

(xxii) fazer com que a Companhia cumpra com sua obrigação de manter atualizado o relatório de *rating*, nos termos da Cláusula 7.1.17 desta Escritura de Emissão, e encaminhar à ANBIMA o referido relatório imediatamente após sua divulgação, nos termos do artigo 25, II do Código ANBIMA;

(xxiii) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculada pelo Agente Fiduciário em conjunto com a Emissora, em sua central de atendimento e/ou na sua página na rede mundial de computadores (www.pentagonotrustee.com.br);

(xxiv) acompanhar com o banco Mandatário, em cada Data de Pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão; e

(xxv) acompanhar a destinação de recursos captados por meio da presente Emissão, de acordo com os dados obtidos juntos aos administradores da Emissora.

8.6. No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos expressamente previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

(i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(ii) requer falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;

110838
14 09 12

(iii) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.7. Observado o disposto nas Cláusulas 6.24.1 a 6.24.5 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6, incisos (i) a (iii) acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturista, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso (iv), será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

8.8. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.10. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas

neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

21.03.20
14 09 12

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"). Deverá ser realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas comum a ambas as Séries, desde que possua a mesma ordem do dia. Poderá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para cada uma das Séries, desde que o seja para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva Série.

9.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas, tanto da primeira série da Emissão quanto da segunda série da Emissão, poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.25 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.5. A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.6. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples das respectivas Debêntures em Circulação.



9.6.1. Não estão incluídos no quorum a que se refere à Cláusula 9.6 acima:

(a) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;

(b) as seguintes alterações deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das respectivas Debêntures Circulação, (i) das disposições desta Cláusula 9.6.1 (b); (ii) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (iii) da redução da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.12.1.10 e 6.12.2.5 acima; (iv) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (v) da espécie das Debêntures para uma espécie com menor prioridade de seus créditos em caso de falência da Emissora; (vi) da criação de evento de repactuação; e (vii) das disposições relativas à Cláusula 6.17- Aquisição Facultativa acima; e

(c) qualquer alteração nos Eventos de Inadimplemento, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo 75% das respectivas Debêntures em Circulação.

9.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer da Companhia; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau da Companhia.

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a Assembleia Geral de acionistas.



DUCE SP
14 09 12

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1. A Companhia, neste ato, declara que:

- (a) é uma sociedade anônima registrada na CVM na categoria B, devidamente organizada, constituída e existente em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (b) está devidamente autorizada pelos órgãos societários competentes a celebrar a presente Escritura de Emissão, a emitir as Debêntures e a cumprir suas obrigações aqui previstas e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) esta Escritura de Emissão, as obrigações aqui previstas e as declarações prestadas pela Emissora nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações da Emissora aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (1) não infringem o estatuto social da Companhia; (2) não infringem qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a Emissora; (3) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a Emissora; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (4) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (5) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer de seus ativos;

ANEXO

(f) as informações constantes do Formulário de Referência conterá, desde o pedido de registro de distribuição pública das Debêntures na CVM e seu respectivo registro até a ocorrência de um evento que dê causa à sua atualização, na forma e nos prazos da lei, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora requeridas nos termos da lei e necessárias para que os investidores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, e não conterão declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que tais informações, fatos e declarações que constarão do Formulário de Referência em relação à Emissora serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

(g) as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e aos períodos trimestrais encerrados já divulgados no exercício de 2012, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Companhia fora do curso normal de seus negócios e que seja relevante para a Companhia;

(h) acredita estar cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, exceto com relação à (1) àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade e/ou (2) àquelas cujos eventuais descumprimentos não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;

(i) exceto conforme informado nos Prospecto e no Formulário de Referência, tem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;

JUCESP

(j) exceto conforme informado nos Prospecto e no Formulário de Referência, não existe (1) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (2) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa vir a lhe causar um efeito adverso relevante que não aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras e em seu Formulário de Referência;

(k) não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

(l) não omitiram nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeiras ou jurídica da Emissora em prejuízo dos investidores das Debêntures;

(m) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI *Over*, divulgada pela CETIP, inclusive acerca da forma de cálculo da remuneração das Debêntures, a qual foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

(n) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que venham a integrar os Prospectos, são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(o) não é necessário qualquer registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo disposto a seguir: (1) arquivamento desta Escritura na JUCESP, (2) registro da Oferta na CVM; (3) registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND, ao DDA e ao BOVESPAFIX, e, (4) com relação às Debêntures da Segunda Série, publicação da Portaria do Ministério dos Transportes no Diário Oficial da União.

11. DESPESAS

11.1. Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições,

registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Escrituradora, do Banco Mandatário, da agência de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

12.3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

12.5. As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

12.6. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

JUR SP

14.09.12

13. FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 4 de setembro de 2012.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

DUCEP

11.03.10

Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., entre a Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários- Página de Assinaturas 1/3.

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.



Nome: **Mauricio Vasconcellos**
Cargo: **Diretor Presidente**



Nome: **Roberto Siriani de Oliveira**
Cargo: **Diretor**

Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em duas Séries, da Espécie Quinografária, para Distribuição Pública da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., entre a Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 2/3.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Nome:

 Silas Santos de Amorim

Cargo:

Procurador

JUCESP

Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em duas Séries, da Espécie Quilografária, para Distribuição Pública da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., entre a Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Página de Assinaturas 3/3.

TESTEMUNHAS:

Helen Wu

Nome: **Helen Wu**
CPF/MF: RG: 34.717.427-9
CPF: 371.689.518-07

Daniel Carlos Pavanelli

Nome: **Daniel Carlos Pavanelli**
CPF/MF: 222.395.228-30



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Atos Societários da Emissora Relativos à Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 09 12

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2012**

DATA, HORA E LOCAL: 29 de agosto de 2012, às 08:00 horas, na sede social da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. ("Emissora"), localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini nº 200, 13209-500, na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 11 do estatuto social da Emissora, constatando-se a presença de membros do conselho de administração representando a totalidade dos membros do conselho de administração da Emissora.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Sr. Renato Alves Vale, como Presidente, e Sr. Marcus Rodrigo de Senna, como Secretário.

ORDEM DO DIA: (1) Deliberar e aprovar a propositura à assembleia geral de acionistas da Emissora da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), e o convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 e aditado em 25 de janeiro de 2010 e 8 de maio de 2012, entre a CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA" e "Convênio CVM-ANBIMA", respectivamente) ("Oferta"), (2) deliberar e aprovar a propositura à assembleia geral de acionistas da Emissora da admissão de distribuição parcial das Debêntures no âmbito da Oferta, e (3) deliberar e aprovar a propositura à assembleia geral de acionistas da

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

Emissora da autorização à diretoria da Emissora a adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação da Oferta e Emissão.

DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, após debates e discussões, os membros do conselho de administração da Emissora:

1. Aprovaram a propositura à assembleia geral de acionistas da Emissora, nos termos da alínea (f) do artigo 12 do seu estatuto social, da Emissão e da Oferta, com as características abaixo descritas:
 - 1.1 **Número da Emissão.** As Debêntures representam a quarta emissão de debêntures da Emissora.
 - 1.2 **Colocação e Negociação.** As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do (a) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP, e/ou (b) DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas por meio da BM&FBOVESPA, e (ii) negociação no mercado secundário e para custódia eletrônica por meio do (a) SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (b) Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa (“BOVESPAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

- 1.3 Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário"), e o valor total da Emissão será de até R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo), sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo) ("Valor Total da Emissão").
- 1.4 Quantidade de Debêntures e Número de Séries.** Serão emitidas até 950.000 (novecentas e cinquenta mil) Debêntures, em até duas Séries. Dessas 950.000 (novecentas e cinquenta mil) Debêntures, 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) Debêntures serão alocadas na primeira Série ("Debêntures da Primeira Série") e até 100.000 (cem mil) Debêntures serão alocadas na segunda Série ("Debêntures da Segunda Série"), sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo).
- 1.5 Debêntures Adicionais.** Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo)) poderá ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 190.000 (cento e noventa mil) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, que somente poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores da Oferta (conforme definidos abaixo) até a data de conclusão do Procedimento *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta (conforme definidos abaixo), nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44, ambos da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais"). A alocação das Debêntures Adicionais entre as Séries será determinada em conjunto pela Companhia e Coordenadores da Oferta, de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo).
- 1.6 Debêntures Suplementares.** Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

Debêntures Adicionais, poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 142.500 (cento e quarenta e duas mil e quinhentas) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora à HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Coordenador Líder”) e ao BB-Banco de Investimento S.A. (“BB Investimentos”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores da Oferta”) no “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em até duas séries da Espécie Quirografária, da Quarta Emissão da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.” (“Contrato de Distribuição”), que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores da Oferta em comum acordo com a Emissora até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) (“Debêntures Suplementares”). A alocação das Debêntures Suplementares entre as Séries será determinada em conjunto pela Companhia e Coordenadores da Oferta, de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo).

- 1.7 Coleta de Intenções de Investimento.** Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, a ser organizado pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição com a Emissora (“Procedimento de Bookbuilding”) da (i) realização da Emissão somente na primeira série ou em duas séries, (ii) quantidade das Debêntures da Primeira Série (caso haja emissão de Debêntures Adicionais e/ou Debêntures Suplementares) e da emissão e quantidade das Debêntures da Segunda Série, e (iii) Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme definida abaixo) e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme definida abaixo), observados os limites previstos nos itens 1.4, 1.5 e 1.6 acima e 1.17 e 1.18 abaixo.

- 1.8 Data de Emissão, Prazo e Data de Vencimento.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será de 15 de outubro de

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

2012 ("Data de Emissão"). Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e observado o disposto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada pelo Projeto de Lei (conforme definido abaixo) ("Lei 12.431"), o prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de quatro anos e onze meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2017 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série") e o prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de cinco anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2017 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"), e quando em conjunto "Data de Vencimento").

- 1.9 Tipo, Conversibilidade, Espécie e Forma.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), não contando com garantia real ou fidejussória. Desse modo, não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os titulares de Debêntures ("Debenturistas") em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural e sem emissão de certificados ou cautelas.
- 1.10 Garantias.** As Debêntures não contarão com nenhuma garantia.
- 1.11 Banco Mandatário e Instituição Escriuradora das Debêntures.** O Banco Itaú Unibanco S.A. será o banco mandatário das Debêntures ("Banco Mandatário") e a Itaú Corretora de Valores S.A. será a instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures ("Instituição Escriuradora").



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANQUÊRA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

1.12 Agente Fiduciário. A Emissora constituiu e nomeou a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão (“Agente Fiduciário”).

1.13 Destinação dos Recursos. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com as Debêntures da Primeira Série serão utilizados da seguinte forma:

- (i) para o resgate antecipado do maior número de notas promissórias dentre as 380 notas promissórias comerciais, emitidas em 25 de novembro de 2011, com valor nominal unitário de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), totalizando R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais), objeto da segunda emissão de notas comerciais, em série única, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. As notas promissórias que permanecerem em circulação após a utilização dos recursos líquidos decorrentes das Debêntures da Primeira Série serão, a critério da Emissora, (a) resgatadas antecipadamente em sua totalidade mediante a utilização de outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das atividades operacionais da Emissora, ou (b) liquidadas na data de seu vencimento, em 19 de novembro de 2012, mediante a utilização de outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das atividades operacionais da Emissora; e
- (ii) para recomposição de caixa com vistas à complementação dos montantes a serem distribuídos como dividendos, sendo que os recursos não utilizados nos termos deste subitem serão utilizados conforme o subitem (i) anterior.

A totalidade dos recursos líquidos obtidos pela Emissora com as Debêntures da Segunda Série será destinada para o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimento, conforme serão descritos nos documentos da Oferta, nos termos da Lei 12.431.

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 09 12

- 1.14 Regime de Colocação.** As Debêntures serão objeto da Oferta, consistente de oferta pública de distribuição a ser realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 400, e da Instrução CVM 471, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e contarão com a participação de XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Coordenador Contratado”) e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, convidadas pelos Coordenadores da Oferta a participar da Oferta (“Instituições Consorciadas”). As Debêntures da Primeira Série inicialmente ofertadas, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta. As Debêntures da Segunda Série, as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, as duas últimas, se emitidas, serão distribuídas sob o regime de melhores esforços de colocação dos Coordenadores da Oferta e do Coordenador Contratado.
- 1.15 Prazo de Subscrição.** Após (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM, (ii) a publicação do anúncio de início da Oferta, a ser publicado pela Emissora e Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400 (“Anúncio de Início”), (iii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, (iv) a disponibilização aos investidores do prospecto definitivo da Oferta, incluindo o formulário de referência, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e (v) com relação às Debêntures da Segunda Série, (a) a sanção presidencial ao artigo 71 do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012, bem como a publicação da respectiva lei no Diário Oficial da União, na forma aprovada e encaminhada à sanção presidencial pelo Senado Federal em 17 de agosto de 2012 (“Projeto de Lei”), e (b) a publicação da portaria específica pelo Ministério dos Transportes para fins de classificação dos projetos de investimento como prioritários, conforme serão descritos nos documentos da Oferta (“Projetos de Investimento”), nos termos da Lei 12.431 (“Portaria do

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

Ministério dos Transportes”), no Diário Oficial da União, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início.

- 1.16 Forma e Preço de Subscrição e de Integralização.** A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, por meio do SDT e DDA, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à BM&FBOVESPA ou à CETIP, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data (“Data de Subscrição e Integralização”).
- 1.17 Atualização e Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente. As Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração correspondente à taxa máxima de 109,20% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI Over”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o Valor Nominal Unitário após cada Data de Amortização (conforme definida abaixo) (“Saldo do Valor Nominal Unitário”), conforme o caso, a partir da Data de Subscrição e Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série (conforme definida abaixo), conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização (conforme definido abaixo), nos termos da Escritura de Emissão (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série”). Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

1.17.1 Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série. Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado trimestralmente, iniciando-se o primeiro pagamento em 15 de junho de 2013. A tabela abaixo indica cada “Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série”:

Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série
15 de junho de 2013
15 de setembro de 2013
15 de dezembro de 2013
15 de março de 2014
15 de junho de 2014
15 de setembro de 2014
15 de dezembro de 2014
15 de março de 2015
15 de junho de 2015
15 de setembro de 2015
15 de dezembro de 2015
15 de março de 2016
15 de junho de 2016
15 de setembro de 2016
15 de dezembro de 2016
15 de março de 2017

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

15 de junho de 2017

15 de setembro de 2017

1.17.2 Indisponibilidade da Taxa DI Over. Observado o disposto na Escritura de Emissão, na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI *Over* por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI *Over* às Debêntures da Primeira Série por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI *Over*. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até dois Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI *Over* ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI *Over* por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**) da Primeira Série para deliberar, em comum acordo com a Emissora e, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série a ser aplicado, parâmetro este que deverá ser aquele que melhor refletia as condições de mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série, a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente será utilizada quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da Primeira Série.

1.17.2.1 Caso a Taxa DI *Over* volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 09 12

Primeira Série prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a Taxa DI *Over*, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI *Over* nos termos aqui previstos, a última Taxa DI *Over* divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série.

1.17.2.2

Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 Dias Úteis contados a partir da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida: (i) resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, sem incidência de prêmio de resgate, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido da Remuneração da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou da última Data de

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

Pagamento de Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, caso em que a Taxa DI *Over* a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da Primeira Série será a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente; ou (ii) amortizar integralmente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da Primeira Série e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação; e (b) durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração da Primeira Série continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa substituta de Remuneração da Primeira Série, que deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época a ser definida pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação, reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada pela este fim, devendo a Emissora, obrigatoriamente, ser convocada para tal Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que a nova remuneração não poderá exceder a última Taxa DI *Over*. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 Dias Úteis utilizada pela Taxa DI *Over*. Na hipótese de não haver

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

consenso entre os Debenturistas da Primeira Série quanto à taxa substituta de remuneração durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa (i) acima.

- 1.18 Atualização e Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), a partir da Data de Subscrição e Integralização, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme definido abaixo) até a integral liquidação das Debêntures, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série automaticamente (“Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série”), nos termos da Escritura de Emissão. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devidamente atualizado de acordo com este item 1.18, incidirão juros prefixados, correspondente a um percentual ao ano, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, e em qualquer tempo, limitado a 0,25%, somado à taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional, com vencimento em 2016 (“NTN-B16”), que deverá ser a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA, a ser apurada no fechamento do Dia Útil (conforme definido abaixo) imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definidos abaixo), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme definidos abaixo) decorridos, desde a Data de Subscrição e Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nos termos da Escritura de Emissão (“Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série” e, em conjunto com a

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.461.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

11 09 12

Atualização da Segunda Série, a “Remuneração das Debêntures da Segunda Série”).

1.18.1 Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série. Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, o pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série será realizado semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2013. A tabela abaixo indica cada “Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série”:

Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série
15 de abril de 2013
15 de outubro de 2013
15 de abril de 2014
15 de outubro de 2014
15 de abril de 2015
15 de outubro de 2015
15 de abril de 2016
15 de outubro de 2016
15 de abril de 2017
15 de outubro de 2017

1.19 Amortização das Debêntures da Primeira Série. Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 09 12

caso, das Debêntures da Primeira Série será amortizado em oito parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de dezembro de 2015 (inclusive), ou seja, a partir do 38º (trigésimo oitavo) mês, inclusive, contatos da Data de Emissão (“Período de Carência das Debêntures da Primeira Série”), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma “Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série”):

Percentual de amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série
12,5%	15 de dezembro de 2015
12,5%	15 de março de 2016
12,5%	15 de junho de 2016
12,5%	15 de setembro de 2016
12,5%	15 de dezembro de 2016
12,5%	15 de março de 2017
12,5%	15 de junho de 2017
12,5%	Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, ou seja, em 15 de setembro de 2017

1.20 Amortização das Debêntures da Segunda Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, ou seja, em 15 de outubro de 2017 (“Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série” e, quando em conjunto com Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série, “Data de Amortização”).

1.21 Repactuação Programada. Não haverá repactuação programada.



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

11 09 12

1.22 Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer momento, adquirir Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definidas abaixo). A Emissora não poderá, nos dois primeiros anos contados a partir da Data de Emissão, adquirir Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definidas abaixo), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei 12.431. Observado o disposto acima, a Emissora poderá adquirir Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. As Debêntures da Primeira Série adquiridas pela Emissora poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures da Segunda Série adquiridas pela Emissora deverão ser canceladas. As Debêntures da Primeira Série adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 1.22, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures da Primeira Série subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controladora e/ou a qualquer coligada da Emissora; ou (iii) a qualquer diretor, membro do conselho de administração, ou cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau das pessoas mencionadas neste subitem (iii) (“Debêntures da Primeira Série em Circulação” ou “Debêntures da Segunda Série em Circulação”, conforme o caso, e, em conjunto, “Debêntures em Circulação”).

1.23 Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independente da vontade dos titulares das Debêntures da Primeira Série (“Debenturistas da Primeira Série”), realizar (i) o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série”), ou (ii) a amortização facultativa parcial,

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

esta última limitada a 95% do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável, que deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação ("Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série"), nos termos da Escritura de Emissão.

Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas da Primeira Série farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido: (i) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, e (ii) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual ("Taxa do Prêmio de Resgate das Debêntures da Primeira Série"), de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série conforme subitem (i) anterior:

Data do Resgate Antecipado Facultativo Total	Taxa do Prêmio de Resgate
15 de outubro de 2012 (inclusive) até 15 de outubro de 2013 (inclusive)	0,75%
16 de outubro de 2013 (inclusive) até 15 de outubro de 2014 (inclusive)	0,50%
16 de outubro de 2014 (inclusive) até 15 de outubro de 2015 (inclusive)	0,40%
16 de outubro de 2015 (inclusive) até 15 de outubro de 2016 (inclusive)	0,30%
16 de outubro de 2016 (inclusive) até 14 de setembro de 2017 (inclusive)	0,20%

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

Por ocasião da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série, os Debenturistas da Primeira Série farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada, acrescida: (i) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a última data de pagamento de Remuneração, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e (ii) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual (“Taxa do Prêmio de Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série”), de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série conforme subitem (i) anterior:

Data da Amortização Facultativa Parcial	Taxa do Prêmio de Amortização
15 de outubro de 2012 (inclusive) até 15 de outubro de 2013 (inclusive)	0,75%
16 de outubro de 2013 (inclusive) até 15 de outubro de 2014 (inclusive)	0,50%
16 de outubro de 2014 (inclusive) até 15 de outubro de 2015 (inclusive)	0,40%
16 de outubro de 2015 (inclusive) até 15 de outubro de 2016 (inclusive)	0,30%
16 de outubro de 2016 (inclusive) até 14 de setembro de 2017 (inclusive)	0,20%

1.24 Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANQUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 09 12

caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa moratória de 2%, e (ii) juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

1.25 Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, observados os prazos a serem previstos na Escritura de Emissão, todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigirá imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos eventos abaixo relacionados (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) Não pagamento, pela Emissora, de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas respectivas Datas de Vencimento, por período superior a dois Dias Úteis (conforme definidos abaixo), contados das Datas de Vencimento;
- (ii) Provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto materialmente relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, que afetem de forma adversa as Debêntures, conforme notificação do Agente Fiduciário;
- (iii) Falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 09 12

- (iv) Não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora, em valor individual ou agregado, superior a R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão pelo índice geral de preços do mercado ("IGP-M"), salvo se a Emissora comprovar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de cinco Dias Úteis (conforme definidos abaixo) contados a partir da data do não pagamento, que referido não pagamento: (a) foi sanado pela Emissora, ou (b) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (v) Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resulte na perda, pela CCR S.A. ("CCR"), do controle direto e indireto da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em assembleia geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (vi) Apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, de autofalência ou pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal e/ou decretação de falência da Emissora, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (vii) Transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) Alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, exceto se tal alteração referir-se à ampliação da atuação

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 09 12

da Emissora, mantidas as atividades relacionadas ao setor de infraestrutura;

- (ix) Término antecipado do contrato de concessão celebrado pela Emissora com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP em decorrência da Concorrência Internacional nº 007/CIC/97, relativa ao denominado Lote 1 (“Contrato de Concessão”);
- (x) Descumprimento, pela Emissora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo esse valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis (conforme definidos abaixo) contado a partir da data fixada para pagamento dos efeitos de tal sentença forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem;
- (xi) Protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo esse valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se:
(a) no prazo máximo de até 30 (trinta) Dias Úteis (conforme definidos abaixo) contados da data da intimação do protesto, a Emissora comprovar que referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado, ou (b) a Emissora prestar garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo Poder Judiciário;
- (xii) Pagamento de dividendos pela Emissora e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 09 12

obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;

- (xiii) Pagamento de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da Emissora seja superior a quatro vezes (“Índice Financeiro”);

Para os fins deste item entende-se por:

“Dívida Líquida” a somatória dos valores correspondentes a (a) empréstimos bancários de curto prazo, (b) debêntures no curto prazo; (c) empréstimos bancários de longo prazo (d) debêntures no longo prazo e, ainda, (e) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores, menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários;

“EBITDA”, para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora (a) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (1) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão, (2) provisão de manutenção, e (3) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses;

“Dívida Líquida/EBITDA” a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA; e

O quociente Dívida Líquida/EBITDA será verificado semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou submetidas à revisão especial

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0601-62
NIRE nº 35300154461

de auditores independentes, conforme o caso, e publicadas nos prazos legais aplicáveis.

- (xiv) Redução do capital social da Emissora sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das Debêntures em Circulação, manifestada nas respectivas assembleias gerais de debenturistas convocada para esse fim.

- 1.26 Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures prevista na Escritura de Emissão até o primeiro Dia Útil (qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional, "Dia Útil") subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.
2. aprovaram a propositura à assembleia geral de acionistas da Emissora da admissão de distribuição parcial das Debêntures no âmbito da Oferta, a qual será mantida independentemente da quantidade de Debêntures que vier a ser distribuída ou do montante que vier a ser captado com a Oferta, observado que as Debêntures da Primeira Série serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta.
3. aprovaram a propositura à assembleia geral de acionistas da Emissora da autorização à diretoria da Emissora a adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação da Oferta e Emissão.

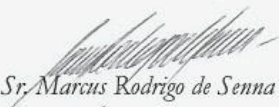


CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a reunião do conselho de administração foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Jundiaí, 29 de agosto de 2012. Sr. Renato Alves Vale, Presidente e Sr. Marcus Rodrigo de Senna, Secretário. Conselheiros: (1) Sr. Renato Alves Vale; (2) Sr. Antônio Linhares da Cunha; (3) Sr. Arthur Piotto Filho; (4) Sr. Italo Roppa; (5) Sr. José Braz Cioffi; (6) Sr. Leonardo Couto Vianna; (7) Sr. Marcus Rodrigo de Senna; e (8) Sr. Paulo Yukio Fukuzaki. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio. ✓


Sr. Marcus Rodrigo de Senna
Secretário



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-52

NIRE nº 35300154461

JUCESP PROTOCOLO
0.924.929/12-1**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2012**

DATA, HORA E LOCAL: 29 de agosto de 2012, às 10:00 horas, na sede social da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. ("Emissora"), localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini nº 200, 13209-500, na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

PRESENÇA: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), constatando-se a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Emissora, conforme se verifica das assinaturas constantes do "Livro de Registro de Presença dos Acionistas" da Emissora.

CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIOS: Foram dispensados os avisos de que trata o artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, em razão de estarem presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Emissora, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Sr. Renato Alves Vale, como Presidente, e Sr. Marcus Rodrigo de Senna, como Secretário.

ORDEM DO DIA: (1) Apreciar e deliberar sobre a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), e o convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 e aditado em 25 de janeiro de 2010 e 8 de maio de 2012, entre a CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA" e "Convênio CVM-ANBIMA", respectivamente) ("Oferta"), conforme proposição do conselho de administração da Emissora em reunião realizada nesta data, (2) apreciar e deliberar sobre a admissão de distribuição parcial das Debêntures no

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

âmbito da Oferta, e (3) autorizar a diretoria da Emissora a adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação da Oferta e Emissão.

DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, conforme atribuições previstas no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Emissora:

1. Aprovaram a Emissão e a Oferta, com as características abaixo descritas:

1.1 Número da Emissão. As Debêntures representam a quarta emissão de debêntures da Emissora.

1.2 Colocação e Negociação. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do (a) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP, e/ou (b) DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas por meio da BM&FBOVESPA, e (ii) negociação no mercado secundário e para custódia eletrônica por meio do (a) SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (b) Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa (“BOVESPAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

1.3 Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (“Valor Nominal Unitário”), e o valor total da Emissão será de até R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo), sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo) (“Valor Total da Emissão”).



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 09 12

- 1.4 Quantidade de Debêntures e Número de Séries.** Serão emitidas até 950.000 (novecentas e cinquenta mil) Debêntures, em até duas Séries. Dessas 950.000 (novecentas e cinquenta mil) Debêntures, 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) Debêntures serão alocadas na primeira Série ("Debêntures da Primeira Série") e até 100.000 (cem mil) Debêntures serão alocadas na segunda Série ("Debêntures da Segunda Série"), sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo).
- 1.5 Debêntures Adicionais.** Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo)) poderá ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 190.000 (cento e noventa mil) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, que somente poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores da Oferta (conforme definidos abaixo) até a data de conclusão do Procedimento *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta (conforme definidos abaixo), nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44, ambos da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais"). A alocação das Debêntures Adicionais entre as Séries será determinada em conjunto pela Companhia e Coordenadores da Oferta, de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo).
- 1.6 Debêntures Suplementares.** Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 142.500 (cento e quarenta e duas mil e quinhentas) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora à HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Coordenador Líder") e ao BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos") e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores da Oferta") no "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em até duas séries da Espécie Quirografária, da Quarta Emissão da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A." ("Contrato de Distribuição"), que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores da Oferta em comum acordo com a Emissora até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) ("Debêntures Suplementares"). A alocação das Debêntures Suplementares entre as

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/ME nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 09 12

Séries será determinada em conjunto pela Companhia e Coordenadores da Oferta, de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo).

- 1.7 Coleta de Intenções de Investimento.** Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, a ser organizado pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição com a Emissora (“Procedimento de Bookbuilding”) da (i) realização da Emissão somente na primeira série ou em duas séries, (ii) quantidade das Debêntures da Primeira Série (caso haja emissão de Debêntures Adicionais e/ou Debêntures Suplementares) e da emissão e quantidade das Debêntures da Segunda Série, e (iii) Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme definida abaixo) e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme definida abaixo), observados os limites previstos nos itens 1.4, 1.5 e 1.6 acima e 1.17 e 1.18 abaixo.
- 1.8 Data de Emissão, Prazo e Data de Vencimento.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será de 15 de outubro de 2012 (“Data de Emissão”). Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e observado o disposto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada pelo Projeto de Lei (conforme definido abaixo) (“Lei 12.431”), o prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de quatro anos e onze meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2017 (“Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série”) e o prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de cinco anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2017 (“Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série”, e quando em conjunto “Data de Vencimento”).
- 1.9 Tipo, Conversibilidade, Espécie e Forma.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória. Desse modo, não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os titulares de Debêntures (“Debenturistas”) em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural e sem emissão de certificados ou cautelas.



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 05 12

- 1.10 Garantias.** As Debêntures não contarão com nenhuma garantia.
- 1.11 Banco Mandatário e Instituição Escriuradora das Debêntures.** O Banco Itaú Unibanco S.A. será o banco mandatário das Debêntures (“Banco Mandatário”) e a Itaú Corretora de Valores S.A. será a instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures (“Instituição Escriuradora”).
- 1.12 Agente Fiduciário.** A Emissora constituiu e nomeou a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão (“Agente Fiduciário”).
- 1.13 Destinação dos Recursos.** Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com as Debêntures da Primeira Série serão utilizados da seguinte forma:
- (i) para o resgate antecipado do maior número de notas promissórias dentre as 380 notas promissórias comerciais, emitidas em 25 de novembro de 2011, com valor nominal unitário de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), totalizando R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais), objeto da segunda emissão de notas comerciais, em série única, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. As notas promissórias que permanecerem em circulação após a utilização dos recursos líquidos decorrentes das Debêntures da Primeira Série serão, a critério da Emissora, (a) resgatadas antecipadamente em sua totalidade mediante a utilização de outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das atividades operacionais da Emissora, ou (b) liquidadas na data de seu vencimento, em 19 de novembro de 2012, mediante a utilização de outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das atividades operacionais da Emissora; e
 - (ii) para recomposição de caixa com vistas à complementação dos montantes a serem distribuídos como dividendos, sendo que os recursos não utilizados nos termos deste subitem serão utilizados conforme o subitem (i) anterior.

A totalidade dos recursos líquidos obtidos pela Emissora com as Debêntures da Segunda Série será destinada para o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimento, conforme serão descritos nos documentos da Oferta, nos termos da Lei 12.431.



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 09 12

- 1.14 Regime de Colocação.** As Debêntures serão objeto da Oferta, consistente de oferta pública de distribuição a ser realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 400, e da Instrução CVM 471, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e contarão com a participação de XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Coordenador Contratado”) e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, convidadas pelos Coordenadores da Oferta a participar da Oferta (“Instituições Consorciadas”). As Debêntures da Primeira Série inicialmente ofertadas, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta. As Debêntures da Segunda Série, as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, as duas últimas, se emitidas, serão distribuídas sob o regime de melhores esforços de colocação dos Coordenadores da Oferta e do Coordenador Contratado.
- 1.15 Prazo de Subscrição.** Após (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM, (ii) a publicação do anúncio de início da Oferta, a ser publicado pela Emissora e Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400 (“Anúncio de Início”), (iii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, (iv) a disponibilização aos investidores do prospecto definitivo da Oferta, incluindo o formulário de referência, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e (v) com relação às Debêntures da Segunda Série, (a) a sanção presidencial ao artigo 71 do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012, bem como a publicação da respectiva lei no Diário Oficial da União, na forma aprovada e encaminhada à sanção presidencial pelo Senado Federal em 17 de agosto de 2012 (“Projeto de Lei”), e (b) a publicação da portaria específica pelo Ministério dos Transportes para fins de classificação dos projetos de investimento como prioritários, conforme serão descritos nos documentos da Oferta (“Projetos de Investimento”), nos termos da Lei 12.431 (“Portaria do Ministério dos Transportes”), no Diário Oficial da União, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início.
- 1.16 Forma e Preço de Subscrição e de Integralização.** A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-52

NIRE nº 35300154461

11 03 12

Valor Nominal Unitário, por meio do SDT e DDA, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à BM&FBOVESPA ou à CETIP, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data (“Data de Subscrição e Integralização”).

- 1.17 Atualização e Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente. As Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração correspondente à taxa máxima de 109,20% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI Over”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o Valor Nominal Unitário após cada Data de Amortização (conforme definida abaixo) (“Saldo do Valor Nominal Unitário”), conforme o caso, a partir da Data de Subscrição e Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série (conforme definida abaixo), conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização (conforme definido abaixo), nos termos da Escritura de Emissão (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série”). Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

- 1.17.1 Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série.** Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado trimestralmente, iniciando-se o primeiro pagamento em 15 de junho de 2013. A tabela abaixo indica cada “Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série”:

<p>Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira</p>



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

Série
15 de junho de 2013
15 de setembro de 2013
15 de dezembro de 2013
15 de março de 2014
15 de junho de 2014
15 de setembro de 2014
15 de dezembro de 2014
15 de março de 2015
15 de junho de 2015
15 de setembro de 2015
15 de dezembro de 2015
15 de março de 2016
15 de junho de 2016
15 de setembro de 2016
15 de dezembro de 2016
15 de março de 2017
15 de junho de 2017
15 de setembro de 2017

1.17.2 Indisponibilidade da Taxa DI Over. Observado o disposto na Escritura de Emissão, na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI Over por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over às Debêntures da Primeira Série por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI Over. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até dois Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI Over ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**) da Primeira Série para deliberar, em comum acordo com a Emissora e, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série a ser aplicado, parâmetro este que deverá ser aquele que melhor refletia as condições de mercado vigentes à época. Até a

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-32

NIRE nº 35300154461

deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série, a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente será utilizada quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da Primeira Série.

1.17.2.1 Caso a Taxa DI *Over* volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a Taxa DI *Over*, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI *Over* nos termos aqui previstos, a última Taxa DI *Over* divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série.

1.17.2.2 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 Dias Úteis contados a partir da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida: (i) resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, sem incidência de prêmio de resgate, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido da Remuneração da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata*

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

temporis desde a Data de Subscrição e Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, caso em que a Taxa DI *Over* a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da Primeira Série será a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente; ou (ii) amortizar integralmente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da Primeira Série e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma pro rata entre os titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação; e (b) durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração da Primeira Série continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa substituta de Remuneração da Primeira Série, que deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época a ser definida pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação, reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, devendo a Emissora, obrigatoriamente, ser convocada para tal Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que a nova remuneração não poderá exceder a última Taxa DI *Over*. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 Dias Úteis utilizada pela Taxa DI *Over*. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas da Primeira Série quanto à taxa substituta de remuneração durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa (i) acima.



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-32

NIRE nº 35300154461

11 03 12

1.18 Atualização e Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Subscrição e Integralização, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme definido abaixo) até a integral liquidação das Debêntures, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série automaticamente ("Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série"), nos termos da Escritura de Emissão. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devidamente atualizado de acordo com este item 1.18, incidirão juros prefixados, correspondente a um percentual ao ano, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, e em qualquer tempo, limitado a 0,25%, somado à taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional, com vencimento em 2016 ("NTN-B16"), que deverá ser a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA, a ser apurada no fechamento do Dia Útil (conforme definido abaixo) imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definidos abaixo), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme definidos abaixo) decorridos, desde a Data de Subscrição e Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nos termos da Escritura de Emissão ("Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série") e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração das Debêntures da Segunda Série").

1.18.1 Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série. Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, o pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série será realizado semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2013. A tabela abaixo indica cada "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série":

**Data de Pagamento dos
Juros Remuneratórios das
Debêntures da Segunda
Série**



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-52

NIRE nº 35300154461

11 09 12

15 de abril de 2013
15 de outubro de 2013
15 de abril de 2014
15 de outubro de 2014
15 de abril de 2015
15 de outubro de 2015
15 de abril de 2016
15 de outubro de 2016
15 de abril de 2017
15 de outubro de 2017

- 1.19 Amortização das Debêntures da Primeira Série.** Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série será amortizado em oito parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de dezembro de 2015 (inclusive), ou seja, a partir do 38º (trigésimo oitavo) mês, inclusive, contatos da Data de Emissão (“Período de Carência das Debêntures da Primeira Série”), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma “Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série”):

Percentual de amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série
12,5%	15 de dezembro de 2015
12,5%	15 de março de 2016
12,5%	15 de junho de 2016
12,5%	15 de setembro de 2016
12,5%	15 de dezembro de 2016
12,5%	15 de março de 2017
12,5%	15 de junho de 2017
12,5%	Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, ou seja, em 15 de setembro de 2017



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 09 12

- 1.20 Amortização das Debêntures da Segunda Série.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, ou seja, em 15 de outubro de 2017 (“Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série” e, quando em conjunto com Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série, “Data de Amortização”).
- 1.21 Repactuação Programada.** Não haverá repactuação programada.
- 1.22 Aquisição Facultativa.** A Emissora poderá, a qualquer momento, adquirir Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definidas abaixo). A Emissora não poderá, nos dois primeiros anos contados a partir da Data de Emissão, adquirir Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definidas abaixo), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei 12.431. Observado o disposto acima, a Emissora poderá adquirir Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. As Debêntures da Primeira Série adquiridas pela Emissora poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures da Segunda Série adquiridas pela Emissora deverão ser canceladas. As Debêntures da Primeira Série adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 1.22, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures da Primeira Série subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controladora e/ou a qualquer coligada da Emissora; ou (iii) a qualquer diretor, membro do conselho de administração, ou cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau das pessoas mencionadas neste subitem (iii) (“Debêntures da Primeira Série em Circulação” ou “Debêntures da Segunda Série em Circulação”, conforme o caso, e, em conjunto, “Debêntures em Circulação”).
- 1.23 Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independente da vontade dos titulares das Debêntures da Primeira Série (“Debenturistas da Primeira Série”), realizar (i) o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série (“Resgate

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-52

NIRE nº 35300154461

11 05 12

Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série”), ou (ii) a amortização facultativa parcial, esta última limitada a 95% do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável, que deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação (“Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série”), nos termos da Escritura de Emissão.

Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas da Primeira Série farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido: (i) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, e (ii) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual (“Taxa do Prêmio de Resgate das Debêntures da Primeira Série”), de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série conforme subitem (i) anterior:

Data do Resgate Antecipado Facultativo Total	Taxa do Prêmio de Resgate
15 de outubro de 2012 (inclusive) até 15 de outubro de 2013 (inclusive)	0,75%
16 de outubro de 2013 (inclusive) até 15 de outubro de 2014 (inclusive)	0,50%
16 de outubro de 2014 (inclusive) até 15 de outubro de 2015 (inclusive)	0,40%
16 de outubro de 2015 (inclusive) até 15 de outubro de 2016 (inclusive)	0,30%
16 de outubro de 2016 (inclusive) até 14 de setembro de 2017 (inclusive)	0,20%

Por ocasião da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série, os Debenturistas da Primeira Série farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada, acrescida: (i) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

última data de pagamento de Remuneração, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e (ii) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual ("Taxa do Prêmio de Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série"), de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série conforme subitem (i) anterior:

Data da Amortização Facultativa Parcial	Taxa do Prêmio de Amortização
15 de outubro de 2012 (inclusive) até 15 de outubro de 2013 (inclusive)	0,75%
16 de outubro de 2013 (inclusive) até 15 de outubro de 2014 (inclusive)	0,50%
16 de outubro de 2014 (inclusive) até 15 de outubro de 2015 (inclusive)	0,40%
16 de outubro de 2015 (inclusive) até 15 de outubro de 2016 (inclusive)	0,30%
16 de outubro de 2016 (inclusive) até 14 de setembro de 2017 (inclusive)	0,20%

1.24 Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa moratória de 2%, e (ii) juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

1.25 Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, observados os prazos a serem previstos na Escritura de Emissão, todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigirá imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 05 12

o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos eventos abaixo relacionados (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) Não pagamento, pela Emissora, de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas respectivas Datas de Vencimento, por período superior a dois Dias Úteis (conforme definidos abaixo), contados das Datas de Vencimento;
- (ii) Provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto materialmente relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, que afetem de forma adversa as Debêntures, conforme notificação do Agente Fiduciário;
- (iii) Falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (iv) Não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora, em valor individual ou agregado, superior a R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão pelo índice geral de preços do mercado (“IGP-M”), salvo se a Emissora comprovar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de cinco Dias Úteis (conforme definidos abaixo) contados a partir da data do não pagamento, que referido não pagamento: (a) foi sanado pela Emissora, ou (b) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (v) Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resulte na perda, pela CCR S.A. (“CCR”), do controle direto e indireto da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em assembleia geral de Debenturistas convocada para esse fim;



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 05 12

- (vi) Apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, de autofalência ou pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal e/ou decretação de falência da Emissora, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (vii) Transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) Alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, exceto se tal alteração referir-se à ampliação da atuação da Emissora, mantidas as atividades relacionadas ao setor de infraestrutura;
- (ix) Término antecipado do contrato de concessão celebrado pela Emissora com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP em decorrência da Concorrência Internacional nº 007/CIC/97, relativa ao denominado Lote 1 (“Contrato de Concessão”);
- (x) Descumprimento, pela Emissora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo esse valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis (conforme definidos abaixo) contado a partir da data fixada para pagamento dos efeitos de tal sentença forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem;
- (xi) Protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo esse valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se: (a) no prazo máximo de até 30 (trinta) Dias Úteis (conforme definidos abaixo) contados da data da intimação do protesto, a Emissora comprovar que referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado, ou (b) a Emissora prestar garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo Poder Judiciário;



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

11 05 12

- (xii) Pagamento de dividendos pela Emissora e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (xiii) Pagamento de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da Emissora seja superior a quatro vezes (“Índice Financeiro”);

Para os fins deste item entende-se por:

“Dívida Líquida” a somatória dos valores correspondentes a (a) empréstimos bancários de curto prazo, (b) debêntures no curto prazo; (c) empréstimos bancários de longo prazo (d) debêntures no longo prazo e, ainda, (e) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores, menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários;

“EBITDA”, para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora (a) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (1) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão, (2) provisão de manutenção, e (3) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses;

“Dívida Líquida/EBITDA” a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA; e

O quociente Dívida Líquida/EBITDA será verificado semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou submetidas à revisão especial de auditores independentes, conforme o caso, e publicadas nos prazos legais aplicáveis.



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

(xiv) Redução do capital social da Emissora sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das Debêntures em Circulação, manifestada nas respectivas assembleias gerais de debenturistas convocada para esse fim.

- 1.26 Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures prevista na Escritura de Emissão até o primeiro Dia Útil (qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional, “Dia Útil”) subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.
2. Aprovaram a distribuição parcial das Debêntures no âmbito da Oferta, a qual será mantida independentemente da quantidade de Debêntures que vier a ser distribuída ou do montante que vier a ser captado com a Oferta, observado que as Debêntures da Primeira Série serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta.
3. Autorizaram a diretoria da Emissora a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas sem limitação, praticar os atos necessários à celebração: (i) da Escritura de Emissão, (ii) de aditamento à Escritura de Emissão para ratificar o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, bem como eventuais aditamentos que se façam necessários à Escritura de Emissão, desde que mantidas as características da Emissão ora aprovadas, (iii) do Contrato de Distribuição, e (iv) da contratação dos Coordenadores da Oferta, Coordenador Contratado e outras instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como instituição intermediárias na Oferta, do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, da Instituição Escriutadora, consultores jurídicos e demais instituições cuja contratação eventualmente se faça necessária para a realização da Oferta, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como assinatura de aditamentos a tais instrumentos ou documentos que deles derivem. A diretoria da Emissora também poderá realizar a publicação e o registro dos documentos de natureza societária ou outros relativos à Oferta perante os órgãos competentes e o registro da Oferta perante a CVM e a

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.


CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE nº 35300154461

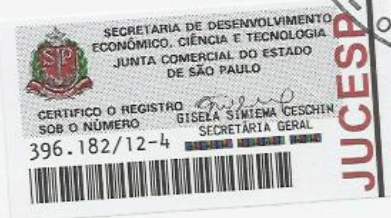
11 09 12

ANBIMA, inclusive o respectivo pagamento de eventuais taxas que se fizerem necessárias. Todos os atos relativos às deliberações ora aprovadas que tenham sido praticados pela diretoria da Emissora anteriormente à data desta reunião ficam também expressamente confirmados e ratificados.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a assembleia geral de acionistas foi encerrada e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Jundiaí, 29 de agosto de 2012. Sr. Renato Alves Vale, Presidente, e Sr. Marcus Rodrigo de Senna, Secretário. **Acionistas:** (1) CCR S.A., p. Sr. Renato Alves Vale e Sr. Marcus Rodrigo de Senna, (2) COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES, p. Sr. Leonardo Couto Vianna e Sr. Italo Roppa. **Conselheiros:** (1) Sr. Renato Alves Vale; (2) Sr. Antônio Linhares da Cunha; (3) Sr. Arthur Piotto Filho; (4) Sr. Italo Roppa; (5) Sr. José Braz Cioffi; (6) Sr. Leonardo Couto Vianna; (7) Sr. Marcus Rodrigo de Senna; e (8) Sr. Paulo Yukio Fukuzaki. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio.


Marcus Rodrigo de Senna

Secretário



-
- Súmula de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Brasil

Data de Publicação: 31 de agosto de 2012

Comunicado à Imprensa

Rating 'brAAA' atribuído à futura emissão de debêntures da Autoban

Analistas: Marcus Fernandes, São Paulo 55-11-3039-9734, marcus_fernandes@standardandpoors.com; Bernardo Gonzalez, Cidade do México (52) 55-5081-4492, bernardo_gonzalez@standardandpoors.com

Ação de Rating

São Paulo (STANDARD & POOR'S) 31 de agosto de 2012 – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje o rating 'brAAA' na Escala Nacional Brasil à futura emissão de debêntures da **Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.** ("AutoBAN"), no valor de até R\$ 950 milhões e vencimento final em 2017.

Fundamentos

O rating da Autoban reflete a forte geração de caixa do projeto, como resultado da resiliência do tráfego da companhia mesmo durante períodos de menor crescimento econômico, o que tem permitido à Autoban historicamente converter 30% do EBITDA em geração de caixa livre. Adicionalmente, avaliamos mais favoravelmente o risco regulatório no qual o setor está exposto, o que é reforçado pelo histórico positivo de negociações com o Poder Concedente, tanto com relação a tarifas, quanto a mudanças no cronograma de investimentos da concessão, o que tem contribuído para a estabilidade dos fluxos de caixa da companhia.

O rating atribuído à emissão de debêntures da Autoban segue o rating corporativo da companhia, pois não vemos subordinação da nova emissão de dívidas a outras existentes. Apesar do volume significativo da emissão, não esperamos aumento da alavancagem da companhia, uma vez que a maior parte dos recursos será utilizada para o refinanciamento de dívidas alocadas no curto prazo.

A AutoBAN é a empresa responsável por operar a concessão do sistema rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, que liga o interior à capital do Estado de São Paulo, o qual responde por cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. A empresa continua a apresentar aumento de receitas como resultado da variação positiva no tráfego (2,3%) e do aumento na tarifa média de 9,8% no primeiro semestre de 2012, quando comparadas às do mesmo período do ano anterior. As receitas líquidas totalizaram R\$ 751,8 milhões nos primeiros seis meses deste ano, com uma margem EBITDA de 69%. Esperamos que a empresa continue elevando a receita na casa dos dois dígitos mesmo com uma expectativa de crescimento moderado do PIB e de taxas mais altas de inflação em 2012/2013. Apesar do endividamento da companhia ter aumentado após a emissão de notas promissórias em 2011, a AutoBAN continua a apresentar baixa alavancagem em comparação com seus pares internacionais, com um índice de geração interna de caixa (FFO, na sigla em inglês) sobre dívida bruta de 44% em junho de 2012 (considerando os últimos 12 meses), e de dívida total sobre EBITDA de 1,9x. Esperamos que a empresa continue a reportar métricas de crédito similares ao longo de 2012, mas que apresente uma pequena melhora em 2013, com dívida bruta sobre EBITDA em torno de 1,7x, e FFO sobre dívida acima de 40%.

Artigos e Critérios Relacionados

- *Liquidity Descriptors For Global Corporate Issuers*, 28 de setembro de 2011.
- *Business Risk/Financial Risk Matrix Expanded*, 27 de maio de 2009.
- *2008 Corporate Criteria: Analytical Methodology*, 15 de abril de 2008.

LISTA DE RATING

Novo Rating de Emissão

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn)

Futura emissão de debêntures, no valor de até R\$ 950 milhões e vencimento final em 2017.

brAAA

Rating de Crédito Corporativo

Escala Nacional Brasil

brAAA/Estável/–

Copyright© 2012 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br, www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

McGRAW-HILL

-
- Declarações de Veracidade da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.
Av. Profª. Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, 200
Bairro do Retiro - 13209-500 - Jundiaí - SP
tel / fax: 55 (11) 4589 4000
www.grupoccr.com.br/autoban



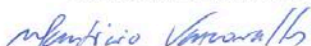
**DECLARAÇÃO DA
CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO DA CVM 400**


Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini nº 200, 13209-500, na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.451.848/0001-62, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), no âmbito da oferta pública de distribuição da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da Companhia ("**Debêntures**" e "**Oferta**", respectivamente), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, o quanto segue:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) o prospecto preliminar da oferta pública de distribuição da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da Companhia ("**Prospecto Preliminar**") contém, e o prospecto definitivo da oferta pública de distribuição da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da Companhia ("**Prospecto Definitivo**") conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (iii) as informações prestadas pela Companhia, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, na data de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Jundiaí, 31 de agosto de 2012

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.


Nome: Mauricio Soares Vasconcellos
Cargo: Diretor Presidente


Nome: Roberto Siriani de Oliveira
Cargo: Diretor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

A **HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.933.830/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, ("Coordenador Líder"), na qualidade de instituição intermediária líder responsável pela coordenação e colocação da distribuição pública de, inicialmente, até 950.000 (novecentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, sob os regimes de garantia firme e melhores esforços de colocação, da 4ª emissão da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. ("Companhia"), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de outubro de 2012 ("Data de Emissão"), perfazendo o valor total de até R\$ 950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, sem considerar as debêntures suplementares que venham a ser emitidas nos termos do artigo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e as debêntures adicionais que venham a ser emitidas nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400 ("Oferta" e "Debêntures", respectivamente), declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (i) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em 06 de agosto de 2012, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou os seus auditores independentes para (i) aplicação dos procedimentos previstos na Norma e Procedimento de Auditoria nº 12, de 7 de março de 2006, emitida pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo; e (ii) emissão de carta de conforto para o Coordenador Líder;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos considerados, pela Companhia, relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- (vi) a Companhia confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (vii) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio do seu assessor legal.



O Coordenador Líder declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integra o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, das suas atividades, da sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 03 setembro de 2012.

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo: Chief Operational Officer - G&M

Alexandre Maciel Thorpe
Matr. 1666975

Nome:

Cargo:

Vieri Ermanno Bracco
DIRETOR EXECUTIVO CTVM
Matr. 3133257



-
- Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2012.

DATA, HORA E LOCAL: Em 12 de julho de 2012, às 09h00min, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Foram cumpridas, no Livro de Presença, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da lei 6.404/76, constantando-se a presença dos acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no “Livro de Registro de Presença dos Acionistas”.

MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Renato Alves Vale e o Sr. Marcus Rodrigo de Senna, como secretário.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia, nos seguintes termos: (i) alteração do *caput* do artigo 3º; (ii) alteração da alínea (b) do artigo 6º; e (iii) consolidação do Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos dos acionistas, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, após debates e discussões, mediante prévias aprovações da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte Terrestre do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP”), conforme previsto na alínea (a) do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, foram aprovadas as seguintes alterações de dispositivos estatutários, conforme segue:

- (i) Alteração do *caput* do artigo 3º, em decorrência do disposto no Termo Aditivo Modificativo nº 16/06, de 21/12/2006, ao Contrato de Concessão


Página 1 de 12

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

Rodoviária nº 005/CR/1998, celebrado entre a Companhia e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 3º - O prazo de duração da Companhia será de 344 (trezentos e quarenta e quatro) meses ou o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.”

- (ii) A alínea (b) do artigo 6º do Estatuto Social é alterada, em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor de 08/09/2011, protocolo nº. 160.830/10, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Executivo - Seção I, em 10/09/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

(b) os grupos empresariais Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Soares Penido, sócias controladoras da CCR S.A, obrigam-se, a todo o momento até o termo final do Contrato de Concessão nº 005/CR/98, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., a manter o controle acionário da sociedade, sendo-lhes vedada qualquer transferência de ações ordinárias de suas propriedades sem a prévia autorização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, que represente uma diminuição de 51% dos percentuais de participação em ações ordinárias na CCR S.A., de propriedade dos grupos empresariais Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Soares Penido, ou qualquer outro percentual que possa afetar o controle acionário detido na Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A;”

- (iii) Em decorrência das deliberações acima, bem como da alteração do *caput* do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, conforme aprovado pelas Acionistas em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30/04/2010, o Estatuto Social da Companhia é consolidado, e compõe o ANEXO I a esta Ata, tendo uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, sendo dispensada a publicação integral. Permanecem inalterados os demais dispositivos estatutários.



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a Assembléia foi encerrada e lavrada a presente ata em forma de sumário, conforme admitido pelo artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas presentes. Jundiaí, 12 de julho de 2012. Sr. Renato Alves Vale, Presidente e Sr. Marcus Rodrigo de Senna, Secretário. Acionistas: (1) CCR S.A., p. Sr. Renato Alves Vale e Sr. Marcus Rodrigo de Senna; e (2) Companhia de Participações em Concessões, p. Sr. Leonardo Couto Vianna e Sr. Italo Roppa. Conselheiros: (1) Sr. Antônio Linhares da Cunha; (2) Sr. Arthur Piotto Filho; (3) Sr. Italo Roppa; (4) Sr. Leonardo Couto Vianna; (5) Sr. José Braz Cioffi; (6) Marcus Rodrigo de Senna; (7) Sr. Paulo Yukio Fukuzaki; e (8) Sr. Renato Alves Vale.

Certifico que a presente é cópia fiel do original.


Sr. Marcus Rodrigo de Senna
Secretário

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL

DA

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-
BANDEIRANTES S.A.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A “CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.” é uma sociedade anônima com sede e foro na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.457, de 05 de maio de 1997 (“Lei das S.A.”).

Parágrafo Único - A Companhia poderá abrir filiais, escritórios, agências ou sucursais, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, a critério do Conselho de Administração.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social exclusivo realizar sob o regime de concessão, a exploração do Sistema Rodoviário Anhangüera-Bandeirantes, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, construção do prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes, serviços complementares, bem como os de apoio aos serviços complementares e não

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

delegados, e atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP em decorrência da Concorrência Internacional nº 007/CIC/97, relativa ao denominado LOTE – 1 (“Contrato de Concessão”).

Parágrafo Único - É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos ao seu objeto social, salvo mediante expressa autorização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP”).

Artigo 3º - O prazo de duração da Companhia será de 344 (trezentos e quarenta e quatro) meses ou o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 4º - O capital social da Companhia é de R\$246.750.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões, setecentos e cinquenta mil reais), divididos em cento e setenta e cinco milhões de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Artigo 5º - Cada ação ordinária dará direito a um voto na Assembléia Geral da Companhia.

Artigo 6º - Dependerão de prévia aprovação da ARTESP os seguintes atos:

(a) qualquer alteração deste Estatuto Social;



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

(b) os grupos empresariais **Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Soares Penido**, sócias controladoras da CCR S.A., obrigam-se, a todo o momento até o termo final do Contrato de Concessão nº 005/CR/98, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., a manter o controle acionário da sociedade, sendo-lhes vedada qualquer transferência de ações ordinárias de suas propriedades sem a prévia autorização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, que represente uma diminuição de 51% dos percentuais de participação em ações ordinárias na CCR S.A., de propriedade dos grupos empresariais Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Soares Penido, ou qualquer outro percentual que possa afetar o controle acionário detido na Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.;

(c) utilização das ações correspondentes ao controle acionário da Companhia como garantia dos financiamentos ou como contra-garantia de operações vinculadas ao desenvolvimento dos serviços objeto da concessão; e

(d) redução do capital social.

CAPÍTULO III
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, observadas as prescrições legais e estatutárias.

Artigo 8º - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou de acordo com as prescrições legais.



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Artigo 10 - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 8 (oito) membros efetivos, acionistas da Companhia e residentes no país, dentre os quais um será eleito o Presidente, um o Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas para um mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição, devendo os mesmos permanecerem nos cargos até a posse dos novos membros eleitos.

Artigo 11 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente, pela maioria de seus membros ou pela Diretoria Executiva, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo constar da convocação a respectiva ordem do dia.

Parágrafo Único - Nas ausências ou impedimentos eventuais do Presidente, suas funções serão exercidas pelo Vice-Presidente. No caso de vacância de qualquer dos cargos de Conselheiro, será eleito, no prazo de 30 (trinta) dias, um novo membro para substituí-lo.

Artigo 12 - Competirá ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as seguintes matérias:

(a) eleger os membros da Diretoria Executiva e aprovar o Regulamento Interno da Companhia, atribuindo as respectivas funções aos cargos do organograma da Companhia;



Página 7 de 12

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

- (b) aprovar, previamente à sua celebração, contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou outras sociedades integrantes do mesmo grupo econômico destes acionistas;
- (c) aprovar a alienação e a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente de valor total individual superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- (d) celebração, pela Companhia, de contratos de qualquer natureza, de valor total superior a R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais), vedado, em qualquer hipótese, o desdobramento de contratos com a mesma parte, direta ou indiretamente; caso o desdobramento seja imprescindível, os valores de cada contrato desdobrado se acumularão para efeito de aplicação do limite de valor aqui estabelecido;
- (e) realizar as chamadas para integralização do capital subscrito nos termos e condições previstos no Plano de Negócio da Proposta, documento integrante do Contrato de Concessão, observado o disposto no item 17.2.1 do Edital de Concorrência Internacional nº 007/CIC/97;
- (f) propor, quando for o caso, à Assembléia Geral, a emissão de debêntures, partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- (g) aprovar os empréstimos e/ou financiamentos a serem tomados pela Companhia, sendo vedado aqueles cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão;
- (h) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados e/ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- (i) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (j) aprovar as proposições da Diretoria Executiva para estabelecimento de:



Página 8 de 12

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

- 1 - planejamento tributário;
- 2 - política de colocação de seguros;
- 3 - planejamento orçamentário e orçamento anual;
- 4 - política salarial e de benefícios; e
- 5 - propositura de ações judiciais contra o poder público federal, estadual ou municipal, inclusive autarquias, fundações e empresas estatais.

(l) aprovar a concessão de garantias ou contragarantias pela Companhia, ficando vedadas as garantias em favor de terceiros, inclusive acionistas.

Artigo 13 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria absoluta de votos.

Parágrafo Único - Deverá ser observado o quorum qualificado de 51% (cinquenta e um por cento) dos votos.

Artigo 14 - A administração corrente da Companhia será assegurada por uma Diretoria Executiva formada por um Diretor Presidente, um *Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Obras e um Diretor Operacional, a serem eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de 1 (um) ano, entre pessoas de reconhecida competência profissional, cujas atribuições individuais serão definidas por deliberação do Conselho de Administração, admitida a reeleição, devendo os mesmos permanecerem nos cargos até a posse dos novos membros eleitos.

Artigo 15 - Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração.

Artigo 16 - A representação ativa e passiva da Companhia, em Juízo e fora dele, será sempre exercida, por pelo menos, 2 (dois) diretores em conjunto, ou por 1



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

(um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais e específicos, ou por 2 (dois) procuradores em conjunto com poderes especiais e específicos.

Parágrafo Único - Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 2 (dois) diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a 1 (um) ano, vedado o subestabelecimento, salvo aqueles com finalidade *ad judícia*, que poderão ter prazo indeterminado.

Artigo 17 - A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO FISCAL

Artigo 18 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, que funcionará somente nos exercícios em que for instalado, por deliberação dos acionistas.

CAPÍTULO VI
DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

Artigo 19 - O exercício social da Companhia encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço geral e as demonstrações financeiras com observância das prescrições legais.

Artigo 20 - A Companhia poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação do Conselho de Administração, declarar e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros.

Parágrafo 1º - A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da referida lei.

Parágrafo 2º - A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, inclusive “pro-labore” aos administradores-acionistas, previstos neste Estatuto Social, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendos ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas decorrentes do Contrato de Concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado em exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros.

Artigo 21 - Em virtude do disposto no item 17.8.1 do Edital de Concorrência Internacional nº 007/CIC/97, a Companhia somente poderá distribuir dividendos a seus acionistas ou pagar participações nos resultados a seus administradores, no exercício seguinte ao da entrada em operação total das AMPLIAÇÕES PRINCIPAIS (prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes SP-348 entre km 95+500m e o futuro entroncamento com a Rodovia Anhanguera, SP-330, km 158+500m desta, incluindo as respectivas faixas de domínio, edificações, instalações e equipamentos previstos).



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.
CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62
NIRE nº 35300154461

CAPÍTULO VII

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA, DISSOLUÇÃO

Artigo 22 - A ARTESP deverá aprovar, previamente, quaisquer processos de fusão, incorporação ou cisão da Companhia, desde que mantidas as condições de controle estabelecidas no Contrato de Concessão.

Artigo 23 - Poderão ser admitidos terceiros na Companhia, desde que isso não implique em alteração de seu controle acionário.

Artigo 24 - A Companhia se dissolverá nos casos previstos na lei, competindo à Assembléia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período.

